



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia

FERNANDA CORREIA SILVA

**A QUESTÃO CULTURAL NO
MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO/SP:**

a importância de políticas públicas no processo de preservação urbano-ambiental

Selo do Projeto Capital Brasileira da Cultura – CPB, 2010

Presidente Prudente
2010

FERNANDA CORREIA SILVA

A QUESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO/SP:
a importância de políticas públicas no processo de preservação urbano-ambiental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Geografia Humana e Regional
da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade Estadual Paulista, para obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Professora Doutora Eda Maria Góes

Presidente Prudente
2010

S58q Silva, Fernanda Correia
A questão cultural no município de Álvares Machado : a importância de políticas públicas no processo de preservação urbano-ambiental / Fernanda Correia Silva. - Presidente Prudente : [s.n], 2010 120 f.

Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientadora: Eda Maria Goés
Banca: Denise Cristina Bomtempo, Adriano Amaro de Sousa
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Patrimônio cultural. 3. Planejamento urbano-ambiental. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDA CORREIA SILVA

A QUESTÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO/SP:
a importância de políticas públicas no processo de preservação urbano-ambiental

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora Profa. Dra. Eda Maria Góes
 Departamento de Geografia Humana e Regional, UNESP

Ma. Denise Cristina Bomtempo
Departamento de Geografia Humana e Regional, UNESP

Me. Adriano Amaro de Sousa
Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo

Presidente Prudente, 29 de Novembro de 2010

*Aos meus queridos
avós paternos, Jairo e Divina (in memorian),
avós maternos, Valdomiro e Nininha (in memorian)
e pais, Jairo e Neide,
por todo amor, incentivo e apoio.*

*À vocês,
dedico este trabalho, pois nunca deixaram
de acreditar que um dia este dia seria possível.*

AGRADECIMENTOS

Sou uma mulher que considera importante a memória e sua preservação. A minha, em especial, vem carregada de momentos bons e ruins e pequenas trajetórias da vida no formato de representação de pessoas ficarão registradas aqui através da linguagem escrita, existindo outras formas como a visual e a falada para relembrar. O tempo passa, mas as lembranças ficam. E é com muita alegria que finalizo esta primeira etapa da minha vida acadêmica. Muitos obstáculos ocorreram até então e muitas pessoas passaram por este longo caminho deixando seus rastros. Peço desculpas pelos que aqui não foram citados, porém a lembrança que carrego comigo será e vem em outro formato. Meus sinceros e mais carinhosos agradecimentos:

Aos meus pais, Jairo e Neide por terem sido meus primeiros educadores, ensinando a dura lição de persistência e fé. Nada disso seria possível se não tivessem abdicado de suas vidas para eu ter a minha. Aonde quer que eu esteja, estou e estarei sempre pensando em vocês.

Aos meus irmãos Vinicius e Carla, que foram minha inspiração constante pela coragem e garra por viver, sempre! Não se entregaram aos problemas sérios que tiveram de saúde e conquistaram suas respectivas vagas na UEL e na USP. Queridos, nós somos a prova que diante das negativas de muitos, de viver na periferia da grande São Paulo, de ter feito uma escola pública deficitária, de às vezes ter que intercalar entre nós quem iria para a escola, pois não tínhamos dinheiro para o transporte entre outras coisas... Conseguimos com tudo isso fazer parte da pequena porcentagem que entra na universidade pública. Vitória!

Ao meu amor, Wilian França Costa, meu amigo-companheiro, meu companheiro-amigo. Correto, honesto, inteligente, com uma paciência impressionante... Teria que escrever mais delongas para agradecer tudo que você fez por mim. Você sabe que foi fundamental na minha jornada e no processo de finalização deste trabalho.

Aos amigos de São Paulo nos 11 anos vividos na escola Alberto Torres, no Butantã: Cintia, Ernani, Igor, Peter, Michele, Mirian, Ricardo, Robson, Izabel, Vivian, Vinicius, Wagner; Professores: Eliete, Ernesto, Érika, Maria do Carmo e Zezé (que tempo bom, que não volta nunca mais!)

Aos amigos de São Paulo nos 4 anos vividos no cursinho Psico e na USP: André, Antônio, Alexandre, Cidinha, Ceará, Estela, Fábio, Giselly, Jane, Joari, Humberto, Mônica, Nadine, Pierre, Rogério, Ronaldo, Simonete, Simone. Vocês fizeram parte da minha persistência e atuação na idealização do Projeto Busca e no acesso à universidade pública; Em especial, a Fabiana Cunha que me acompanhou como hóspede no Crusp e a Solange Andrade que acreditou no meu sonho, pagando um ano de cursinho na qual eu não tinha condições financeiras de sustentar sendo esse o ano, depois de insistentes 6 anos prestando vestibular que entrei na Unesp. Nunca me esquecerei deste gesto.

Aos amigos de Presidente Prudente: funcionários da FCT que forneceram suporte em muitos momentos, principalmente na diretoria (Nair e Cleide), na secretaria do departamento de graduação (Lúcia), na seção de graduação (Flávia e Antônia), na biblioteca (Fátima e Silvana) e os rapazes da seção de jardinagem (o bloco do 'arranca mato'); Aos momentos tensos e agradáveis vividos com Ademilson, Akemi Pafunda, Alessandra Souza, Andréia Brito, Ayla Mendes, Bruna Corveloni, Clayton Dal Pozzo, Danilo Santos, Edmur Pugliesi, Elienai Constantino, Flávia Cristine, Fransérgio Noronha, Frederico Gambardella, Glayson, Ivanildo Dias, Jana Campos, Janine, Jovelino Junior, Kátia Fernanda, Lucélia Martins, Maikon Selmini, Renata Medeiros, Ricardo Devides, Roberta, Rodolfo Finatti, Tiago Lira, Tiago Trindade, Ulli Koch, Washington Lincon, galera da turma de 2004 e os especiais trabalhos de campo realizados na minha agitação, galera do Rosa dos Ventos, galera da banda Primatas, galera da capoeira, galera do B3 e renegados (moradia estudantil) e galera do futebol-arte dos fins de semana com direito a uma piscina e dos bons momentos como representante do Diretório Acadêmico. Sempre fui ligada na tomada!

Aos professores do departamento de geografia e planejamento que fizeram parte da minha jornada acadêmica. Cada um do seu modo esteve e estará sempre presentes: Antônio Sobreira, Arlete Meneguete, Arthur Whitacker, Bernardo Mançano, Cláudio Benito, Clifford Andrew Welch, Edilson Flores, Encarnita Salas, Eraldo Ramos, Everaldo Melazzo, Francisco de Francisco, João Lima, Margarete Amorim, Miguel Gimenez, Nivaldo Hespanhol, Paulo Cesar, Rosângela Hespanhol, Rose Frezza, Tadeu Tomaselli e Thomaz Júnior.

Em especial, ao Caetano por ter me dado a oportunidade logo no segundo ano de trabalhar na Câmara Municipal de Presidente Prudente e ver de perto as dificuldades de se trabalhar trilhando um caminho certo enquanto todo o restante está indo no caminho errado; a Carminha e ao Eliseu, pela oportunidade de aproximação de idéias trabalhando como secretária pessoal e do grupo de pesquisa GaSPERR, numa equipe de bolsistas cheios de energia (apesar de alguns se esquecerem muitas vezes que antes de ser secretária do grupo eu era, sobretudo, aluna e não precisavam me tratar de uma forma diferenciada). Nas palavras do Eliseu: Fernandinha tem sempre uma resposta na ponta da língua! Ao Cesar Leal por ter contribuído enquanto era coordenador de curso nos anos de 2005 e 2006 autorizando e apoiando o meu trabalho voluntário como agente cultural da Petrobrás Cultural, trazendo a comunidade universitária e a população da cidade para dentro da universidade, no objetivo de divulgar o cinema brasileiro. Nestes anos eu era conhecida como 'a menina do Cine BR'. Ao João Osvaldo, por sempre me ouvir de uma forma serena e me dar um apoio em momentos difíceis, quando estava a cair pelos corredores do departamento passando mal por má alimentação (risos): Se cuida guria! A Marília Coelho e Ruth Künzli, cada uma com suas peculiaridades, por acreditarem na importância da cultura na sociedade. A Ruth, por acreditar que eu pudesse contribuir em suas atividades específicas no Museu. Conhecer Pelotas/RS, a cultura local e apresentar um trabalho por lá, sem dúvida não aconteceria se não fosse sua participação financeira. Ao Castilho, que apesar de ser rude, muitas vezes, com as palavras colaborou, mesmo que sem querer, para que eu fosse insistente e determinada, mostrando a ele e a outras pessoas que os geógrafos têm muito a contribuir e não vivem no mundo das idéias, "viajando". Eu sou realista, acredito no meu potencial e defendo sem dúvida minha classe, sendo este trabalho a prova plena.

A Professora Marly Rodrigues, historiadora que admiro tanto, querida amiga. É com grande carinho com que venho agradecer a tudo o que fez por mim desde os tempos de quando eu trabalhava em seu escritório. Um axé, sempre!

A Professora Eda Maria Goés por ter aceitado o desafio, entendendo o meu momento e me orientando com seu cuidado e destreza intelectual.

Por fim, a banca examinadora, Denise Bomtempo e Adriano Amaro pelas contribuições na defesa, tornando este trabalho denso, porém mais aprimorado.

"Preparar o futuro significa fundamentar o presente"
(Le Petit Prince - Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

O presente trabalho analisa a importância de políticas públicas no processo de preservação urbano-ambiental da cidade de Álvares Machado - São Paulo, onde foi dada prioridade às questões voltadas ao patrimônio cultural.

Adotando o conceito de território como base deste estudo para o entendimento das complexidades existentes na cidade, este trabalho elucida e contextualiza historicamente a legislação sobre patrimônio através do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade. O trabalho enfoca também a contribuição do geógrafo à frente dos estudos relacionados ao planejamento urbano-ambiental.

Palavras-chave: Políticas públicas, patrimônio cultural, Álvares Machado/SP, planejamento urbano-ambiental, geógrafo.

ABSTRACT

This work analyzes the importance of public policies in the process of urban-environmental preservation of the Alvares Machado city at state of Sao Paulo in Brazil, where priority was given to questions related to cultural heritage.

Adopting the concept of territory as base to understand the complexities in the city, this work clarifies and contextualizes the historical heritage legislation through the Master Plan and the City Statute. The work also focuses on the contribution of the geographer toward studies related to urban-environmental planning.

Keyword: Public policy, cultural heritage, Alvares Machado/SP, urban-environmental planning, geographer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Croqui 1 - Divulgação entre os imigrantes sobre a localização da colônia.....	57
Esquema 1 - Inauguração das estações construídas no Oeste Paulista.	53
Esquema 2 - Funções atuais das estações ferroviárias no Oeste Paulista.....	55
Figura 1 - Como funciona a outorga onerosa.....	40
Figura 2 - Como funciona a transferência do direito de construir.....	41
Figura 3 - Como funciona o direito de preempção.	41
Figura 4 - Impacto de vizinhança.	42
Foto 1 - Trabalhadores da empresa Sanbra, descaroçadora de algodão (1940)	56
Foto 2 - Trabalhadores na colheita de algodão (1948).....	56
Foto 3 - Atividades do <i>Shokon-sai</i>	62
Foto 4 - <i>Bon-odori</i> realizado após o pôr-do-sol e ritual das velas nos túmulos do cemitério.....	62
Foto 5 - Entrada principal do cemitério e vista dos túmulos da colina onde se localiza a antiga escola do núcleo e a maioria das atividades do <i>shokon-sai</i>	63
Foto 6 - Cadastramento e acomodação do acervo de imagens.....	80
Foto 7 - Doações feitas pelos moradores de Álvares Machado.	80
Foto 8 - Vista da fachada e torre da igreja matriz de Álvares Machado	87
Foto 9 - Vista do esgoto a céu aberto em uma via do Distrito de Coronel Goulart....	97
Foto 10 - Vista da igreja de Santa Luzia, coreto e salão paroquial	99
Foto 11 - Piso hidráulico da igreja de Santa Luzia	99
Fluxograma 1 - Etapas de um plano diretor	43
Gráfico 1 - Censos demográficos de Álvares Machado	69
Gráfico 2 - Censos demográficos do Distrito de Coronel Goulart.....	96
Mapa 1 - Localização de Álvares Machado.....	52
Mapa 2 - Cursos d'água e produção da terra em Álvares Machado.	60

Mapa 3 - Localização das nascentes dos córregos em Álvares Machado.	66
Mapa 4 - Vias de acesso de Álvares Machado.	71
Mapa 5 - Áreas devolutas e não legitimáveis da área sede de Álvares Machado.....	78
Mapa 6 - Localização dos sítios arqueológicos de Álvares Machado.	82
Mapa 7 - Áreas de exclusão no perímetro urbano de Álvares Machado.....	84
Mapa 8 - Relação de bens culturais a serem preservados pelo plano diretor em Álvares Machado.....	86
Mapa 9 - Áreas destacadas e vazios urbanos em Álvares Machado.....	89
Mapa 10 - Abrangência da bacia hidrográfica do Alto Limoeiro.	92
Mapa 11 - Localização do Distrito de Coronel Goulart.	95
Mapa 12 - Propostas urbanísticas para o Distrito de Coronel Goulart.	100
Mapa 13 - Caracterização dos lotes no Distrito de Coronel Goulart.....	102
Mapa 14 - Localização dos equipamentos comunitários no Distrito de Coronel Goulart.	103
Quadro 1 - Origem dos insumos agropecuários de Álvares Machado	68
Quadro 2 - Destino dos insumos agropecuários de Álvares Machado.....	68
Quadro 3 - Destino da população pelo transporte coletivo em Álvares Machado	69
Quadro 4 - Instrumentos de Planejamento Municipal e Política Urbana em Álvares Machado.....	72
Quadro 5 - Equipamentos culturais e meios de comunicação em Álvares Machado	74
Quadro 6 - Acervo do Museu Municipal de Álvares Machado.....	81
Quadro 7 - Características dos bens culturais a serem preservados no plano diretor	88
Tabela 1 - Entrada de imigrantes japoneses no Brasil	58
Tabela 2 - Entrada de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo	58
Tabela 3 - Integração de Álvares Machado na economia local	67

Tabela 4 - Municípios com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural por natureza do bem tombado73

Tabela 5 - Municípios com legislação sobre área e/ou zona de interesse especial e tipos de área de interesse73

Tabela 6 - Municípios com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos em Álvares Machado75

LISTA DE SIGLAS

ACEAM = Associação Cultural, Esportiva e Agrícola Nipo-Brasileira de Álvares Machado

AGB = Associação dos Geógrafos Brasileiros

AI-5 = Ato Institucional número 5

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH = Banco Nacional de Habitação

CCJ = Comissão de Constituição e Justiça

CDCMAM = Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

CDUI = Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior

CEIC = Comissão de Economia, Indústria e Comércio

CEMESPP = Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas

CEPAM = Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CNDU = Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano

CONDEPHAAT = Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

DECEL = Divisão de Esporte, Cultura e Lazer

EIA = Estudo de Impacto Ambiental

ETE = Estação de Tratamento de Esgoto

FAPESP = Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo

FEPASA = Ferrovia Paulista S.A.

FMI = Fundo Monetário Internacional

FNRU = Fórum Nacional de Reforma Urbana

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN = Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDU = Lei de Desenvolvimento Urbano

MDU = Ministério do Desenvolvimento Urbano

MNRU = Movimento Nacional da Reforma Urbana

ONG = Organização não governamental

PND = Plano Nacional de Desenvolvimento

PND = Programa Nacional de Desestatização

PNDU = Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PPP = Política Público-Privada

REGIC = Região de Influência das Cidades

RIMA = Relatório de Impacto Ambiental

SABESP = Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SANBRA = Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SEADE = Sistema Estadual de Análise de Dados

SERFHAU = Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH = Sistema Financeiro da Habitação

SUMÁRIO

Apresentação.....	14
Introdução.....	15
1. Uma introdução às abordagens do território na história do pensamento geográfico.....	18
1.1 A cidade: território de simbologias	23
1.2 O material e o imaterial no território da cidade.....	26
2. A legislação e as políticas públicas de preservação urbano-ambiental	30
2.1 Contextualização do Estatuto da Cidade	31
2.2 O Estatuto e a relação com o Patrimônio Histórico	36
2.3 O Plano Diretor como instrumento de política urbana e rural	43
3. Levantamento histórico e cultural de Álvares Machado.....	50
3.1 Expansão urbana de Álvares Machado.....	64
3.2 Os instrumentos de política urbana e de proteção do patrimônio histórico de Álvares Machado.....	72
4. O Plano Diretor de Álvares Machado	76
4.1 Primeira etapa: Área Sede.....	77
4.2 Segunda etapa: Área de Aglomeração Urbana.....	88
4.3 Terceira etapa: Distrito de Coronel Goulart.....	94
Considerações finais	104
A contribuição do profissional em Geografia.....	105
Referências	109
Bibliografia.....	116

Apresentação

A identificação com o tema do presente trabalho se deu muito antes do curso de graduação em Geografia, nas tentativas de estudar História, Arquitetura e Urbanismo e de “sugar” de todas as formas a cidade de São Paulo, minha terra natal. Algo que sempre foi inquietante e atraente ao mesmo tempo, este anseio levou à busca de uma oportunidade de aprofundar os estudos.

Eis que surge, já na graduação, a partir de um trabalho meramente burocrático na Câmara Municipal de Presidente Prudente a observação e o conhecimento desta cidade média e de seu entorno em cidades pequenas - no que se refere à questão habitacional - mas grandes no aspecto cultural. Esta constatação se deu também na participação da elaboração de Planos Diretores Urbano-Ambientais para as Prefeituras dos Municípios de Santo Anastácio, Pirapozinho e Álvares Machado, juntamente com uma equipe interdisciplinar da Faculdade de Ciências e Tecnologia, sob a coordenação do Prof. Dr. José Roberto Fernandes Castilho. Posteriormente, surge o convite para um estágio na Divisão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Álvares Machado, onde os trabalhos relacionados ao Plano Diretor deram continuidade e a contribuição foi seguida com as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil em 2008, colaborando para as festividades na cidade, a inauguração do Museu Histórico e de sua primeira exposição sobre a Imigração Japonesa, sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Künzli.

Muitos lugares passados, muitas experiências vividas. Este trabalho traz momentos no cotidiano desta cidade com amigos, colegas e com a própria população. É muito importante saber que através do conhecimento adquirido atitudes podem mudar a vida das pessoas, independente se as conhecemos ou não.

Seguir lutando por uma sociedade mais justa é uma das metas nesta vida terrena.

Introdução



A idéia de estudar a questão cultural em Álvares Machado relacionada aos estudos da Geografia (e de áreas afins) surge devido às experiências anteriores em cidades pequenas e às indagações feitas durante o tempo de convívio na cidade, servindo de base para a formulação deste trabalho: o desinteresse de seus moradores pela cidade, os escassos espaços de lazer, o resguardo dos imigrantes e seus descendentes japoneses e, principalmente, o descaso do poder público local no decorrer da história do município. Para compreender como e porque surge esta problemática, o trabalho se desdobra no contexto das Políticas Públicas.

Escolher Álvares Machado como realidade empírica possibilitou pensar em duas contribuições: a primeira, para a cidade, cujo direito a cultura através de políticas públicas, fazendo um planejamento das ações públicas promovendo a qualidade de vida e o direito à cidadania. A segunda, para os próprios estudos da Geografia, área na qual, muitas vezes, a temática sobre o patrimônio cultural é deixada em segundo plano. O saber geográfico permite que as informações obtidas possam se entrelaçar, favorecendo um entendimento mais amplo e não sendo meramente um material descritivo. Esta contribuição se deu também para o Bacharel em Geografia que, como agente de produção e de transformação do espaço, deve procurar sempre aliar teoria à prática. Potencializar este trabalho para atuação do Bacharel é avaliar, sobretudo, a importância da presença deste profissional, reconhecendo a necessidade da realização da análise geográfica na inter-relação com outras áreas do conhecimento e nos espaços de trabalho, seja no ambiente público, seja no privado.

Para realização deste trabalho as fontes utilizadas foram as seguintes: 1. bibliográfica - de autores que trataram de temas afins, sejam eles disponíveis em livros, periódicos, dissertações, teses, artigos de jornais, leis e rede mundial de computadores. A maioria dos textos utilizada não é de geógrafos o que demonstra, quanto a este estudo, a diversidade de articulação com as outras áreas do saber e a importância da interdisciplinaridade na busca por soluções para os problemas urbano-ambientais. 2. Documental: buscado através de Centros de Documentação, Arquivos Públicos, Museus e Bibliotecas. 3. Entrevistas e questionários: com a população residente do distrito de Coronel Goulart. 4. Pesquisa iconográfica - mapas, cartas e outras formas imagéticas. Além disso, também produzimos imagens realizadas em campo, o que favoreceu a visualização do trabalho.

Para um melhor entendimento da pesquisa realizada, o trabalho foi dividido nos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo percorre as abordagens existentes sobre o conceito de território na história do pensamento geográfico, explicitando necessariamente a *cidade* dentro da sua territorialidade física e simbólica;

No segundo capítulo contextualizamos com a legislação brasileira a relação com o patrimônio histórico e com uma política urbana e rural no país;

O terceiro capítulo traz um levantamento histórico e cultural da cidade de Álvares Machado, sua expansão urbana e seus instrumentos de política urbana na proteção do patrimônio histórico.

O quarto capítulo conduz como foi a realização do plano diretor da cidade de Álvares Machado, dividido em três etapas, identificando os principais problemas e soluções encontradas pela equipe e pelo poder público local.

Nas considerações finais, são trazidos elementos que ressaltam a importância da contribuição do profissional em geografia na realização de atividades ligadas ao planejamento urbano-ambiental. Apesar de considerar que falta muito a ser explorado, espera-se que este trabalho traga reflexões nas ações públicas e na relação de responsabilidade que os profissionais de todas as áreas têm com a sociedade em que vivem.

1. Uma introdução às abordagens sobre o território na história do pensamento geográfico



Sabemos que o conceito de território é muito amplo e existem diferentes interpretações produzidas no decorrer da história do pensamento geográfico. De acordo com variadas concepções teórico-metodológicas, os pensadores contribuem com mais ênfase em alguns aspectos, seja do ponto de vista econômico, político, social, cultural ou na relação destes, visto a dinâmica existente dentro do espaço em constante modificação. Neste trabalho o uso do conceito é essencial para a análise das políticas públicas do município de Álvares Machado considerando uma referência importante para a temporalidade existente no território (SPOSITO, 2004).

Este conceito foi difundido inicialmente nos séculos XVII e XVIII pelas ciências naturais – definindo seus respectivos objetos, ordenando-os – e no século XIX pelas ciências sociais, quando o significado de território foi usado na escala do território nacional, constituindo a consolidação dos Estados Modernos. A própria definição da Geografia como ciência é fruto da construção de uma disciplina escolar acadêmica na Alemanha e na França, definindo naquele momento um sentimento de pertencimento a uma nação.

O alemão Friederich Ratzel com seu determinismo geográfico foi um geógrafo preocupado com o controle do Estado sob o território, pois o Estado sem território não existiria, visto que é no território que se encontra os recursos naturais que sustentam a sociedade. Daí a definição de Ratzel para legitimar a expansão territorial e de recursos de uma nação, conceituando-o de espaço vital, conforme a análise feita por Andrade:

O progresso ou a decadência de um Estado dependeria de sua capacidade de expansão - ampliação do território sob seu domínio - ou de redução - diminuição do território dominado. (...) Daí se desenvolveria a idéia do espaço vital, tão usada por Hitler nos meados do século XX e que seria a relação entre a população de um Estado e a capacidade de utilização do seu território (ANDRADE, 2008, p. 85).

As idéias de Ratzel se difundiram entre seus discípulos criando-se posteriormente a expressão Geopolítica, tão empregada nos dias de hoje. Segundo Moraes (1990, p.22) “(...) o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe dá identidade (...)”. Daí ser um instrumento de dominação, ampliando a área de influência econômica e cultural.

Já nas primeiras décadas do Século XX, o conceito de território é deixado um pouco de lado e as discussões seguiram em torno da organização regional do espaço e da paisagem através do possibilismo dos franceses com Vidal de La Blache:

Quando a abordagem do conceito ganha conotações históricas, a primeira noção que surge é a de região natural, considerada como um elemento da geografia física, da natureza, pois a leitura que Vidal de La Blache fazia, no início do século, estava alicerçada na geologia (SPOSITO, 2004, p.102).

La Blache afirmava que as pessoas poderiam determinar seu desenvolvimento a partir de seu interesse físico, ou seja, sua escolha determinaria a extensão de seu avanço cultural, mantendo uma grande carga naturalista.

Contrapondo-se a Geografia Tradicional até então predominante, surge a Nova Geografia ou a Geografia Teorético-quantitativa com um conjunto de idéias e abordagens comprometidas com o fortalecimento e interesses do capitalismo.

A paisagem e o território deixam de fazer parte da interpretação da realidade geográfica e o espaço surge como conceito estrutural, estabelecendo novos parâmetros epistemológicos, regados nas ciências naturais, principalmente na Física e na Matemática.

Nas palavras de Barbosa (2006):

A natureza no posicionamento teórico da Nova Geografia toma outras dimensões muito diferentes das escolas geográficas anteriores, pois a natureza está, segundo esta concepção, inserida num espaço geométrico, matemático, hierarquizado e com finalidades voltadas para os interesses dos Estados (BARBOSA, 2006, p.78).

Assim, a partir da década de 1950 até o final da década de 1970, a Geografia torna-se então um recurso disponível para o aperfeiçoamento dos países para a lógica capitalista.

Claude Raffestin (1993 [1980]) faz uma análise mais econômica e política do território, trazendo uma crítica a Geografia praticada até a década de 1970. Para ele, o território é um produto produzido através das diferentes ações humanas e da relação que estas mantêm com a própria natureza, considerando-as um instrumento de poder:

Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar as relações com a natureza com as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

Assim, as relações de poder que são adquiridas em diferentes escalas, produzem uma multiplicidade de territórios, cada qual com uma territorialidade diferente. Deste modo, o Estado não é a única organização capaz de estabelecer espaço e construir (ou desconstruir) uma territorialidade.

Deste modo, Raffestin (1993 [1980]) afirma que "é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território", esclarecendo também que "o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida". E complementa:

(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (...) (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Fica claro que os conceitos de espaço geográfico e território são indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. Apesar de o autor conceber o espaço como algo dado, sua principal contribuição foi trazer uma abordagem relacional do território, na qual ele é indissociável do poder, fazendo uma referência implícita a noção de limite nos lembrando sempre de que esta não é a única abordagem que temos sobre a formação do território.

Diante das mudanças profundas nos anos de 1970 e 1980, Milton Santos (2002[1978]), crítico da teoria quantitativa neopositivista até então praticada, caracteriza o Geógrafo enquanto um pensador da sociedade atual. A importância do espaço geográfico como objeto transformador da ordem social foi uma característica de seu pensamento:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico

mas é também tributária das imposições espaciais (SANTOS, 2002, p. 172).

Desta forma, Santos constrói um pensamento a partir do materialismo histórico dialético que já no subtítulo de sua obra demonstra o momento em que está vivendo: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. O advento desta redefine o território como parte de apropriação da sociedade por meio das relações sociais de produção. Argumenta que o território traz influências, configurando e reconfigurando o espaço mundial, sendo à base das relações sociais:

O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território (SANTOS, 2002, p. 233).

A preocupação dos pensadores neste momento naquele momento foi compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas, assim como a reorganização territorial do espaço mundial. Santos (1994) traz o retorno do conceito como a busca por novos paradigmas, sendo um instrumento para a transformação do mundo:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí (SANTOS, 1994, p.16).

E complementa:

Cabe, todavia, lembrar que, graças aos milagres permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto (SANTOS, 1994, p.19).

Este retorno, como menciona Santos (1994), está relacionado às mudanças da reestruturação dos processos produtivos emergindo como um processo vinculado

à globalização e que são tomadas em função do território. Em suas palavras, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1994).

O conceito de território é fundamental para o entendimento sobre as cidades em geral e sobre Álvares Machado, a cidade de estudo deste trabalho. Trazer estas reflexões mostra caminhos a serem percorridos pelos profissionais que estão na gestão pública lidando com a política urbana-ambiental local.

1.1 A cidade: território de simbologias

Refletir sobre a cidade, na intenção de contribuir para o debate teórico-metodológico é fundamental no processo de conhecimento. Como ciência, a Geografia tem como tarefa compreender a realidade, contribuindo para o entendimento da sociedade.

Do ponto de vista da Geografia, explanaremos sobre a cidade como um fenômeno espacial e sua dimensão na realidade social, porém não deixaremos de levar em conta olhares acerca da cidade de outros estudiosos: “a cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis” (LYNCH, 1997, p.1).

A expressão que Raquel Rolnik (1995[1988], p. 9) nos dá cria uma motivação curiosa: “a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza”. Seu processo de surgimento delimita uma nova relação entre o homem e o meio ambiente.

Podemos, assim, chamar essa delimitação de domínio sobre um determinado território. Como já explicitado anteriormente na abordagem desta categoria geográfica, o território (aqui, a cidade) é dotado de uma organização política, encarregada de sua gestão para organização de sua vida coletiva.

Portanto, sede do poder e da administração desde seus primórdios, a cidade de hoje ultrapassa seus próprios territórios contínuos definidos em cartas geográficas: podemos percorrer a Avenida Paulista, através do *Google Earth*, mesmo não estando nela. A ampliação dos meios de circulação imaterial como a telefonia, televisão e internet permite os deslocamentos e as descontinuidades desse território.

De todo modo, a cidade em si materializa sua própria história registrando suas experiências humanas. Estimulada pela necessidade de memorização, a cidade enquanto lugar das relações registra através de documentos e de sua arquitetura os que por ali passaram e os que ali fizeram.

Percorrendo cidades ditas *históricas*, vemos símbolos e significados do passado interceptando o nosso presente, criando uma complexidade de valores. Nas palavras de Lynch (1997, p. 1): “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados”. A cidade não é somente o território de simbologias, mas também o símbolo de uma sociedade complexa.

A falta de instrumentos jurídicos de proteção da história de algumas cidades faz com que sejam conhecidas como deterioradas, se tornando símbolos de marginalidade ou pobreza. Exemplos não faltam em diversas cidades brasileiras onde Palacetes que antes serviram de moradia para uma família rica, nos dias atuais se tornaram cortiços com mais de três famílias.

Claro que esta nova forma de morar confere também um novo significado para aquele território percorrendo, desde o campo do planejamento à semiótica: sempre há uma reação da sociedade quanto ao cenário físico simbolizando a passagem do tempo, numa resposta aos contrastes urbanos, sejam eles espacial, de status ou de uso (LYNCH, 1997, p. 50).

Diante disso, surgem estudiosos preocupados com o futuro da memória das cidades que, com vistas à preservação de sua memória coletiva, tornam necessária à conservação de bens materiais e imateriais, prolongando o seu tempo de vida.

Quanto à apropriação do espaço urbano, esta se manifestou pela primeira vez na divisão do trabalho que se estabeleceu, quando a concentração limitada de um aglomerado, possibilitou um sistema de trocas entre as pessoas. De acordo com Rolnik (1995[1988]):

A expansão do caráter mercantil da cidade se dá quando se constitui uma divisão de trabalho entre cidades. Quando isto acontece, as atividades podem se especializar ainda mais na medida em que a produção deverá suprir uma demanda muito mais ampla do que a do mercado local. A condição para que isto aconteça é que esta divisão de trabalho interurbana esteja politicamente unificada, ou seja, que o território alcançado pelo mercado esteja sob um poder único e centralizado (ROLNIK, 1995[1988], p. 26-27).

A explanação acima mostra que a partir desta expansão mercantil surgiu uma organização da produção baseada na divisão do trabalho, que relaciona campo e cidade e diferentes cidades. Estabelece um circuito produtivo no qual tanto campo quanto cidade puderam consumir os seus respectivos produtos.

Corroborando com está idéia Chauí (2006) aponta que:

A história da sociedade capitalista é a história da inclusão de todos os indivíduos e de todas as coisas no mercado ou a redução de todos e de tudo à condição de mercadoria (CHAUÍ, 2006, p. 46).

Vemos comumente a representação física da evidência do consumo nas cidades, haja vista que é o elemento central de organização econômica e espacial de sociedades capitalistas. Neste ponto de vista, o urbano é considerado condição geral do processo de reprodução do capital.

A cidade como meio através do qual se realiza a distribuição, a circulação e o consumo individual e coletivo, demonstra a importância de refletir sobre seu processo de produção e reprodução. O papel que desempenha na divisão territorial do trabalho exige a ampliação de suas bases territoriais. Quem colabora com isso são os agentes de produção da cidade (a esfera privada, pública e a sociedade civil), que são socialmente concretos e trazem uma complexidade de práticas que se combinam ou que são contraditórias.

Deste modo, podemos dizer que a urbanização é uma dimensão temporal, expressa pelo movimento de transformações do espaço-tempo, portanto inseparáveis da existência humana. Já a cidade é a dimensão espacial contextualizada historicamente, portanto articulada à existência social.

Na sociedade contemporânea o espaço e o tempo articulam-se e são articulados pela relação entre o local e mundial. Vemos que não há urbanização sem cidades e nem cidades sem urbanização.

1.2 O material e o imaterial no território da cidade

O território da cidade tem formas de representação que o define, sendo símbolo da vida urbana. A produção cultural, que é nosso foco, fica bem determinada quando desmembramos estas formas para uma melhor compreensão de suas complexidades.

Os conceitos de memória e lugar e os conteúdos histórico-culturais inseridos na cidade são importantes para compreender suas formas e usos.

No que se refere às formas de representação *material*, temos àquelas que são fundamentais e instituídas pela ação pública:

- Ocupação do Solo: consiste em grandezas e índices que indicam aspectos relevantes relativos à densidade e à paisagem urbana. Podem variar de cidade para cidade e de zona para zona, no interior de uma determinada cidade, estando integrado com o zoneamento (SOUZA, 2003).
- Zoneamento: conforme Souza (2003) nos mostra divisão espacial dos diferentes usos do solo e de sua densidade urbana, existindo diversas formas de divisão, variando de acordo com sua finalidade (residencial, industrial, misto, etc.)
- Circulação: em geral, uma cidade é estruturada por um conjunto de vias organizadas. Podem ser rodovias, avenidas, ruas ou ferrovias. Para muitas pessoas, são estes os elementos predominantes em sua imagem. Lynch (1997, p. 52), sobre esta questão, considera que “os habitantes de uma cidade observam-se à medida que se locomovem por ela, e, ao longo, dessas vias, os outros elementos ambientais se organizam e se relacionam”. Assim:

(...) Qualquer exposição visual da via, ou do seu fim, contribui para intensificar a sua imagem. (...) A linha de circulação evidencia-se nitidamente aos nossos olhos e pode tornar-se o símbolo de uma função urbana fundamental (LYNCH, 1997, p. 109).

- Mobilidade e Acessibilidade: De acordo com Vasconcellos (2001), a mobilidade depende das dimensões do espaço urbano e as atividades desenvolvidas pelas pessoas e a relação com os bens, possibilitando o ir e vir no

cotidiano. A acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, com autonomia, aos destinos desejados (NBR 9050:2004).

Quanto às formas de representação *imaterial*, estas são instituídas através do cotidiano, pelas formas de fazer da população. O registro pessoal ou coletivo de algo que foi vivenciado, fruto da memória carregada por uma história de vida, possibilita a identificação de um determinado território, de um espaço vivido, e que traz uma historicidade. Deste modo, mostra a importância do território como lugar de relevância para a permanência, registro, resgate e a criação da identidade dos que fizeram parte da construção de uma determinada sociedade.

Para que possamos entender as lembranças pelas quais as pessoas remetem a um passado, devemos entender a memória como ferramenta primordial para essa análise. Quando Tuan (1983, p.11) considera que “a experiência é constituída de sentimento e pensamento”, ele está justificando que estas lembranças vêm embutidas destes valores. Nesse sentido, encontramos em Chauí (1995, p.125) a concepção da memória como “nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo”.

Partindo disso, podemos então dizer que a experiência é fundamental para essa construção que, mediada pelo tempo, nos leva a identificação das lembranças.

O tempo da memória ora se aproxima, ora se distancia. E no momento que tomemos como reflexão estas lembranças, as mesmas se aproximam tornando-se mais permanentes no nosso ambiente atual (TUAN, 1983).

Há situações em que jovens, adultos e idosos percebem que o mundo está mudando e se modificando, numa velocidade cada vez maior, assim tentam relembrar algo do passado que ficou estabilizado e que pode ser identificado como importante para a lembrança no presente. Para Tuan (1983):

(...) Quando uma pessoa sente que ela mesma está dirigindo as mudanças e controlando os assuntos importantes para ela, então a saudade não tem lugar em sua vida: a ação, em vez de lembranças do passado, apoiará seu sentido de identidade (TUAN, 1983, p.208).

Portanto, essa lembrança individual torna-se também social na medida que surgem, gradativamente, recortes dessa memória coletiva que vai se individualizando e cria formas de como ser lembrado e no que ser lembrado, permanecendo apenas o que é relevante.

Assim, acreditamos como Bosi (1994, p.31) que “o tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também repercute no modo de lembrar”.

Esse modo de lembrar também resgata traços da sociedade que, influenciados por referências familiares e aspectos culturais bem definidos, nos levam a entender quando as pessoas consideram sua memória como ponto fundamental para a construção de seu discurso.

Caracterizando todas essas referências no âmbito do lugar, acreditamos ser pertinente o aprofundamento deste conceito geográfico que levou Tuan a tentar compreendê-lo melhor. Ele traz diversos exemplos e dentre eles cita os tipos de pessoas e suas relações com os lugares. Considera, por exemplo, que “os velhos casais estão presos ao lugar, mas estão na verdade presos às pessoas, aos recursos da comunidade e um ao outro” (TUAN, 1983, p.154).

Sem dúvida, isso é relevante para o grau de importância do lugar para o resgate e preservação da memória de determinada pessoa, pois as relações que ali se estabelecem não se referem somente ao ambiente ou às pessoas, mas à integração existente entre elas e o tempo em que estão inseridas, o que pode gerar conflitos de gerações. A memória de idosos, por exemplo, a todo momento vem sendo valorizada e desvalorizada, se moldando conforme o valor que se dá à ela. Chauí (1995, p.128) identifica estas contradições quando vê “o descaso em nossa sociedade, ao contrário de outras em que os idosos são portadores de todo o saber da coletividade, respeitados e admirados por todos”.

Isso pode ser melhor compreendido quando os valores que a memória proporciona podem estar cobertos por intencionalidades que estão voltadas ao sistema em que estão sendo vividas. Isso faz com que os idosos percam seu direito ao lugar e a memória, de acordo com Bosi (1994):

A função social do velho é lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança (...) destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial decorativa (BOSI, 1994, p.18).

A referência que se tem da memória do idoso acaba sendo moldada não pelas lembranças dos fatos vividos, do que ele quer realmente citar, mas sim do que a sociedade quer que ele lembre.

Bosi (1995, p.407) vai mais adiante, quando revela que muitas de nossas lembranças e idéias não são originais: “foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o decorrer do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente”.

De certo, os fatos que acompanham nossa vida, são preenchidas de experiências e embates. Esses fatos ligados as pessoas e aos lugares variam de acordo com o grau que damos a elas. Para os idosos, sem dúvida, isso é ainda mais reforçado, pois trata de algo que não pode ser mais vivido, mas lembrado. O lugar vira um tipo de objeto a que acrescentamos núcleos de valor (TUAN, 1983). Sendo assim, o lugar torna-se tão próximo, muito familiar inclusive, que ultrapassa a idéia de somente ser um espaço onde as relações acontecem. Na verdade, “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado, (...) permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor” (Tuan, 1983, p. 151-153). Assim, a subjetividade do lugar mostra como a memória é variante, pois a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Em todo caso, a memória é a garantia de nossa própria identidade. Bosi considera que a memória “é uma forma de percepção interna chamada introspecção, cujo objetivo é interior ao relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escritas (1994, p.126). Assim, podemos considerar que a memória de um determinado grupo, a partir de suas experiências, geradas por um tempo que as carrega, traz lembranças tanto individuais quanto coletivas, que constroem um lugar para suas lembranças inseridas num determinado espaço, seja ele físico ou psíquico, mas que dependem da inserção e aceitação destas numa determinada sociedade. Cada geração tem a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história.

2. A legislação e as políticas públicas de preservação urbano-ambiental



2.1 Contextualização do Estatuto da Cidade

Em diversos setores da sociedade ronda há mais de três décadas uma reivindicação relacionada ao planejamento urbano. Sociólogos e Geógrafos urbanos como Lefebvre (2001[1969]), Castells (2009[1970]) e Harvey (1980[1973]) foram pioneiros, influenciando a pesquisa urbana, a exemplo do observado nas obras de Milton Santos e dos que vieram *a posteriori*. Apesar de divergências em suas obras, a influência destes estudiosos de cunho marxista mostra algo em comum: uma severa crítica ao planejamento como uma ferramenta do *status quo* capitalista (SOUZA, 2003[2001]).

Mas no Brasil - tratando-se de uma sociedade marcada por desigualdades estruturais com um panorama complexo - faltavam instrumentos para que as cidades cumprissem sua função social. Em 1919, a França já se preocupava com o avanço de suas cidades. A Lei Cornudet obrigava toda a cidade com população acima de 10mil a elaborar um plano de *aménagement, émbellissement et exténsion* (CASTILHO, 2000).

Um pouco tardia, ocorre no ano de 2001 a aprovação da Lei Federal 10.257 (Estatuto da Cidade)¹, regulamentando os dois artigos da Constituição Brasileira de 1988, que tratam da política urbana (artigos 182 e 183), materializando o “direito à cidade” discutido por Lefebvre (2001[1969]). Compreendemos que somente a lei não será capaz de trazer uma melhor qualidade de vida urbana no Brasil. Paralelo a isso é essencial considerarmos importante a conduta popular e a conduta política da gestão municipal para que esta melhoria seja realmente realidade.

No processo de formação do Brasil urbano, observamos que em cinquenta anos a população cresceu mais de 150 milhões. No que se refere à sua expansão, em 1950, de 18 milhões de pessoas, 36% destas viviam em cidades. Hoje, mais de 170 milhões de pessoas no país, ultrapassando 80%, vivem em cidades.

Apesar da porcentagem pequena vivendo em cidades, havia na década de 1960 problemas nas grandes cidades, como falta de saneamento básico, transportes coletivos e política habitacional. Isso ajudou a desencadear um grande debate da

¹ Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição nº 133, de 11/7/2001.

sociedade civil por reformas sociais nacionais, nas áreas da saúde, educação, agrária, cultura entre outras.

Em 1963, um Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana na cidade de Petrópolis - RJ, coordenado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, vem colaborar com o debate caloroso. Segundo alguns autores, foi um evento marco na formulação do que viria a ser o Estatuto da Cidade. Apesar da repercussão deste encontro, a visibilidade de outra mobilização (das ligas camponesas pela reforma agrária) na época fez com que esta ficasse em segundo plano.

Porém, com o golpe militar de 1964 e após a decretação do AI-5 em 1968, as mobilizações sociais retrocederam revertendo as conquistas obtidas até aquele momento (MARICATO, 2002[2001]). O governo ditatorial utilizou o documento resultante do Seminário para elaborar a Lei 4.380, criando o SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, o SFH - Sistema Financeiro da Habitação e o BNH - Banco Nacional de Habitação. A existência de vazios urbanos e da especulação imobiliária alimentada pelo fluxo intenso de financiamento faria crescer a periferia e a segregação socioespacial:

Os conjuntos habitacionais de promoção pública foram localizados em áreas desvalorizadas, em zonas rurais ou periféricas, alimentando a manutenção de vazios e a expansão horizontal urbana. Dessa forma, a política pública preservava as áreas mais valorizadas para o mercado privado e alimentava a especulação fundiária (MARICATO, 2002[2001], p.85).

Conforme Souza (2003[2001]), o ideário de Reforma Urbana no Brasil, apesar de remontar dos anos de 1960, tem expressão mais antiga que traz intrínseca uma “captura por um ideário de esquerda tardiamente”:

Aquilo que, antes dos anos 60 e, principalmente antes dos anos 80, era chamado de reforma urbana, deveria, mais apropriadamente, ser chamado de reforma *urbanística* (SOUZA, 2003[2001], p. 155, grifo do autor).

Com o apoio da igreja católica, já nos anos 1970, ocorre um retorno dos movimentos sociais urbanos reivindicando mudanças nas políticas urbanas, exigindo providências do poder público e marcando o cenário nas grandes cidades.

Em 1973, são contratados estudiosos do urbanismo no país para a aplicação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU². Entre os profissionais envolvidos, havia geógrafos, mas os conhecimentos geográficos eram ainda muito mecanicistas e funcionalistas sobre a sociedade e o espaço. Os estudos urbanos foram no viés da Geografia Quantitativa ou Nova Geografia³ (SOUZA, M. 2004[1999]).

Neste período, conforme Grazia (2003), proliferam-se planos tecnocráticos, sendo a maioria dos projetos engavetados pelos órgãos públicos. A natureza técnica corporativa da administração brasileira ligada aos setores imobiliários fez com que se adiasse a primeira proposta de lei federal do desenvolvimento urbano no país e a mesma não fosse aprovada de imediato:

A primeira tentativa de aprovar uma Lei de Desenvolvimento Urbano - LDU - surge no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU -, em 1977, cujo corpo técnico avaliava que as administrações locais não dispunham de um instrumental urbanístico para enfrentar a especulação imobiliária e a distribuição dos serviços públicos urbanos (GRAZIA, 2003, p. 57).

Inicia-se um debate a partir de 1974 sobre a questão urbana, propondo a adoção no Brasil do “solo criado⁴”, trazendo críticas contundentes, principalmente dos setores ligados à construção civil. Esta proposta presente no Projeto de Lei citado anteriormente surge em Roma, em 1971, mas a forma brasileira entra nos moldes do *plafond legal de densité*, um dos instrumentos constantes do direito urbanístico francês, criado em 1975.

O Congresso Nacional aprovou em 1979 a Lei 6.766 (Lei Lehmann)⁵ que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelecendo padrões mínimos, definindo diretrizes para sua aprovação e criminalizando o loteador clandestino. Esta

² O PNDU era uma ação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral com pretensões a oferecer uma política urbana. Cria-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil – II PND, da qual o PNDU era um dos capítulos constituintes, sendo extinta no fim da década de 1980. Em sua elaboração, ainda estava em vigor o I PND (1971-1974), articulando-se com outras instituições (IBGE, Ipea, Iplan) e revelando à época a preocupação com o conhecimento do espaço geográfico e do território brasileiro.

³ O PNUD foi coordenado pelo arquiteto Jorge Guilherme Francisconi e pela Geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza (Cf. CSABA; SCHIFFER, 2004[1999], p.111-144)

⁴ É o nome popular do instrumento conhecido como *concessão* ou *outorga onerosa do direito de construir*. Define-se como sendo a criação de áreas adicionais não apoiadas sobre o solo, pressupondo a adoção de um coeficiente único de aproveitamento do solo (Cf. SOUZA, 2003[2001], p. 233).

⁵ Tramita atualmente a PL 3057/2000, que versa sobre a revisão da Lei 6.776. Ainda muito questionada, visa regulamentar os loteamentos fechados, atualmente ilegais. Os que moram nessas condições estão sujeitos a uma ação civil, proposta pelo Ministério Público, que pode considerar que os condomínios ferem a atual lei de parcelamento.

substituiu tardiamente a Lei 58, de 1937, que definiria o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

Após duas décadas de sua primeira discussão, em 1983 o próprio governo militar envia ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 775 do Desenvolvimento Urbano. Elaborado pelo CNDU, e caracterizado por excesso de centralismo que deixava os municípios fragilizados, a proposta buscava dar materialidade jurídica ao princípio da função social da propriedade:

Até 1988, os artigos que tratavam desta questão eram tão vagos e gerais que tinham pouca ou nenhuma efetividade. Na nova Constituição a função social da propriedade tem uma definição clara para o caso da propriedade rural (CARDOSO, 2003, p.36).

Porém, a Constituição da época (1967/1969) ignorava a natureza já predominantemente urbana do Brasil. A reação dos setores conservadores da sociedade, e da própria base parlamentar governista, foi imediata e sustou a tramitação da proposta, que nunca chegou a ser votada.

Como o enfraquecimento do regime autoritário, inicia-se uma discussão nacional sobre os 21 anos do BNH exigindo sua reestruturação. Em 1985 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano - MDU e somente em 1986 o BNH foi extinto, sendo sua herança transferida para a Caixa Econômica Federal.

Ainda em 1986, com as atenções voltadas para a nova carta Constitucional e sua elaboração, surgiu uma proposta de emenda através da iniciativa popular, retomando uma luta iniciada desde os anos de 1960. Elaborada pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana - MNRU, entidade constituída por representações dos movimentos populares, ONGs, universidades e entidades de representação técnico-profissionais (como a AGB, por exemplo), a mesma se destaca em contraposição à ausência dos setores conservadores:

A proposta do Movimento Nacional da Reforma Urbana se centrou principalmente em termos da definição de uma nova esfera de direitos - os direitos urbanos - diretamente ligados ao papel do Estado na garantia da reprodução social, e na defesa de uma nova concepção de democracia, pautada da participação popular na gestão da cidade. Estes princípios envolviam, ainda, necessariamente, uma maior regulação da ação dos capitais privados no urbano, o que se expressa principalmente através da

idéia de limitação ao direito de propriedade (CARDOSO, 2003, p. 31).

Embora contrariando os setores que encaminharam a Emenda Popular, algumas das propostas apresentadas foram incorporadas ao texto constitucional (e não inseridas integralmente), resumindo-se a um capítulo da política urbana e submetendo a responsabilidade ao Plano Diretor⁶.

Para Grazia (2003), o capítulo da política urbana “tem uma importância relevante e inovadora em termos de América Latina e talvez em termos de ‘Terceiro Mundo’”. Naquele momento, a autora considera que o MNRU:

(...) assume enfrentar um desafio por uma disputa política que defende a concepção da garantia do direito à cidade objetivando mudanças na qualidade de vida, através de políticas públicas voltadas para o conjunto da população (GRAZIA, 2003, p.53).

No entanto, Souza (2003[2001]) vai mais além e considera que:

O que é relevante não é tentar determinar se o Brasil foi ou não, em termos absolutos, pioneiro nesse tipo de debate. Aparentemente, de todo modo, a síntese intelectual que se operou no Brasil nos anos 80 e 90 fruto da sinergia de décadas de acúmulo de importantes análises com a reflexão técnica sobre o planejamento e a experiência dos movimentos sociais, foi a mais importante ou, pelo menos, a que adquiriu maior visibilidade (SOUZA, 2003[2001], p. 156).

Entre 1989 e 1990, articulados pelo FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana, com representação de várias entidades da sociedade civil que consideravam o capítulo da política urbana um tanto vazio e impreciso, conseguiram apoio de alguns parlamentares na Câmara e no Senado para que elaborassem um projeto regulamentando o capítulo na Constituição recém aprovada. Após muitos desdobramentos, em 1990 foi aprovado o Projeto de Lei 5.788⁷, enfrentando assim inúmeras dificuldades ao longo dos seus 11 anos de tramitação⁸. Podemos destacar a constante atuação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, enfrentando pressões políticas, mudanças internas no regimento parlamentar, até ser finalmente aprovado em 2001.

⁶ Esta será discutida mais a frente.

⁷ Todos os projetos anteriores somaram-se a esse, inclusive o que o intitulou de Estatuto da Cidade (PL 181/89).

⁸ Entre 1991 e 1993, o projeto transitou nas seguintes Comissões: CCJ, CDUI, CEIC e CDCMAM; entre 1993 e 1997 ficou parado na CEIC; em 1998 foi para a CDCMAM; em 1999 foi para a CDUI; em 2000 foi para a CCJ.

A aprovação do Estatuto da Cidade, ainda que parcialmente, contribuiu para legalizar o planejamento urbano na escala nacional (mais de 80% da população hoje vive no meio urbano) – apesar de um atraso de mais de 20 anos – refletindo um extenso debate sobre os princípios estabelecidos pela Reforma Urbana no país. Colaborando para o fortalecimento de vários instrumentos do planejamento urbano, o Estatuto da Cidade acabou por gerar processos mais democráticos nas cidades. O planejamento que antes tinha como base um poder bastante tecnocrata, foi se recuperando deste modelo, criando possibilidades de aproximação da população com a gestão.

No sentido de melhorar ainda mais as políticas urbanas e reforçar a importância e aplicação do Estatuto, em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, responsável pela disseminação de uma campanha nacional de sensibilização e mobilização visando à elaboração dos Planos Diretores, como um dos instrumentos de política urbana municipal.

Porém, os impedimentos que fizeram com que a reforma urbana e o planejamento urbano no país fossem implementados apenas recentemente são frutos de práticas históricas inerentes à desigualdade, degradação ambiental e segregação socioespacial. São manifestações locais de problemas oriundos da escala regional, nacional e mundial. Ora, é impossível resolvê-las de uma vez só. Portanto, esta aí a grande superação – mesmo que lenta – a ser reconquistada: a materialização real de cidadania e dos Direitos Humanos.

2.2 O Estatuto e a relação com o Patrimônio Histórico

Já comentamos anteriormente que os artigos que dispunham sobre a Política Urbana eram enxutos na Constituição de 1988 e não traziam os anseios da sociedade. Podemos dizer que não foi diferente no campo cultural, visto a quantidade de emendas incluídas posteriormente. Após 17 anos de discussões, somente em 2003, 2005 e 2006 foram realizadas revisões nesta área.

É legítimo que todo cidadão de acordo com o art. 5º/LXXVIII possa propor ação popular contra ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural. Infelizmente não são todos os cidadãos que sabem ou fazem com que este ato favorável ao coletivo seja

praticado. Muitos até mesmo colaboram para tal infração, inclusive o próprio poder público. Entretanto, sabemos pelo art. 23, que são objetivos do Poder Público:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;*
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;*
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;*
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.*

Pelo art. 24, compete também ao Poder Público legislar sobre:

- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*
- IX - educação, cultura, ensino e desporto.*

Nestes artigos são descritos os objetivos comuns e a competência no ato de legislar atuando em cooperação, prevalecendo às regras gerais estabelecidas pela União, salvo quando houver lacunas, as quais poderão ser supridas, por exemplo, pelos Estados.

Quanto à competência municipal, é estabelecida mediante observação das legislações federal e estadual, a edição de normas que atendam a realidade local ou até mesmo preencham lacunas (art. 30).

No que se refere à diversidade étnica e racial, os direitos relacionados a interculturalidade foram assegurados em lei. O art. 210, que garante o direito ao uso das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, mostrou um avanço na legislação, principalmente para a cultura indígena, trazendo uma descentralidade institucional em diversos programas atuais, quadro totalmente diferente da centralidade histórico jurídica anterior à Constituição. Ainda no tocante a cultura indígena, vale ressaltar a importância do art. 231, que reconhece a organização espacial e originária, competindo ao poder público demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens.

Todavia, ainda é inconsistente a almejada diversidade étnica e racial no espaço escolar definido pelo art. 210. A perpetuação de certas práticas sociais precisa ser revista, para que se alcance realmente um ambiente democrático. Em 2003, a lei 10.639 incluiu em todas as escolas públicas e privadas do país a garantia do ensino da cultura afro-brasileira. Além dessa medida ser um pouco tardia, nossa experiência na área de ensino mostra que ainda não é realidade a vivência legítima dentro do ambiente escolar⁹.

No art. 215, a garantia dos direitos das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, além dos grupos participantes do processo civilizatório nacional, demonstra o poder do Estado no apoio, incentivo a valorização e difusão das manifestações culturais.

Há pouco tempo, o que se entendia pelo dito acima era a fixação de datas comemorativas de “alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais” (§2º), resultando apenas em feriados desconexos, com problemas quanto à prática social, levando a nação a acreditar em símbolos problemáticos, como é o caso do feriado de Tiradentes.

Longos 17 anos se passaram e somente no ano de 2005, a Emenda 48 incluiu neste artigo uma metodologia devida, estabelecendo um Plano Nacional de Cultura, visando um desenvolvimento e uma integração das ações do poder público.

Quanto a constituição do patrimônio cultural brasileiro, o art. 216 reforça e define:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

As formas de acautelamento e preservação foram citadas no artigo, cabendo a administração pública as providências na forma da lei para gestão. Porém, apesar dos avanços legais, ainda é facultado aos Estados vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento da receita tributária líquida para o

⁹ Lecionando como professora há três anos (um ano como substituta e dois anos como titular de cargo) na rede pública do Estado de São Paulo, no período vespertino e noturno, para alunos do ensino fundamental e médio, tendo passado por Presidente Prudente, Álvares Machado, Regente Feijó e atualmente contribuindo com a prática docente na cidade de São Paulo com carga horária de 20 horas.

financiamento de programas e projetos culturais (§6º). Este inciso só foi incluído na Emenda Constitucional em 2003, mostrando claramente a dificuldade que os políticos têm de tratar a cultura e incluí-la dentro dos tributos.

Observamos também que pelo art. 221, as emissoras de rádio e televisão devem atender alguns princípios para a produção de suas programações:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;*
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;*
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;*
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.*

Contudo, as emissoras de rádio e televisão, com raríssimas exceções, estão mais preocupadas nos valores que recebem para inclusão em suas programações de propagandas ligadas ao consumo do que em promover e estimular a cultura nacional. O artigo é falho quando não prevê formas de fiscalização que façam valer o que a lei exige destes órgãos de comunicação.

Em compensação, o art. 225 que trata do meio natural, disponibiliza formas de fiscalização através de um Regulamento (Lei 9.985/2000). Sendo o meio ambiente parte do patrimônio cultural nacional, na lei está muito bem estabelecida a incumbência do poder público em preservar, restaurar, prover, definir, controlar, promover, proteger a fauna e a flora:

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Este artigo mostra em seus incisos uma preocupação maior pelo meio ambiente do que pelas outras formas de manifestação que fazem parte da grande diversidade do patrimônio cultural nacional. Contudo, não é isso que vemos de modo

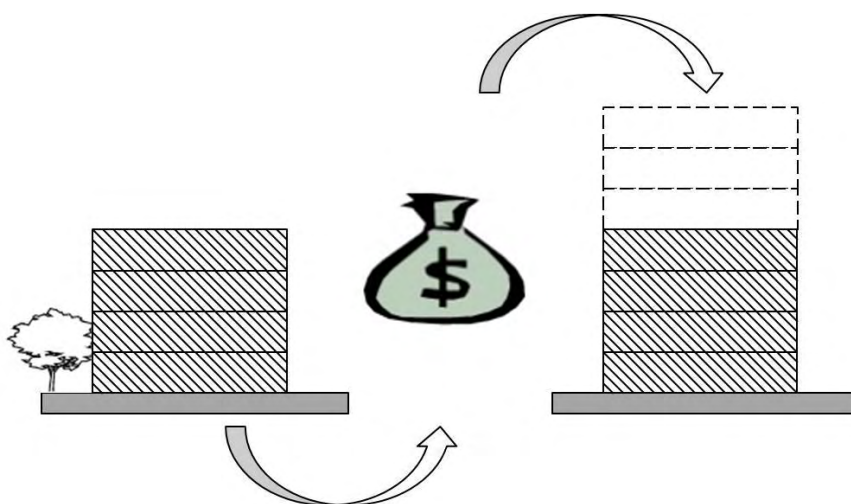
efetivo pelo território brasileiro, o que nos traz questionamentos sobre os procedimentos mais eficazes.

A despeito disso, várias são as críticas quanto a política de preservação que concentra a proteção em monumentos de pedra e cal. Assim, no ano 2000, o Decreto 3.551 preencheu uma dívida histórica com os bens culturais imateriais: os saberes, as celebrações, as expressões como bens imateriais que resguardam práticas populares da nação e passaram a ter proteção especial com a possibilidade de serem também tombados.

Quanto ao Estatuto da Cidade e sua relação com a proteção das áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico - além da conservação ambiental - esses são reforçados por instrumentos urbanísticos como:

- *Outorga onerosa do direito de construir (“solo criado”)*: conforme a Figura 1 nos apresenta, é a separação entre o direito de propriedade e o direito de construir.

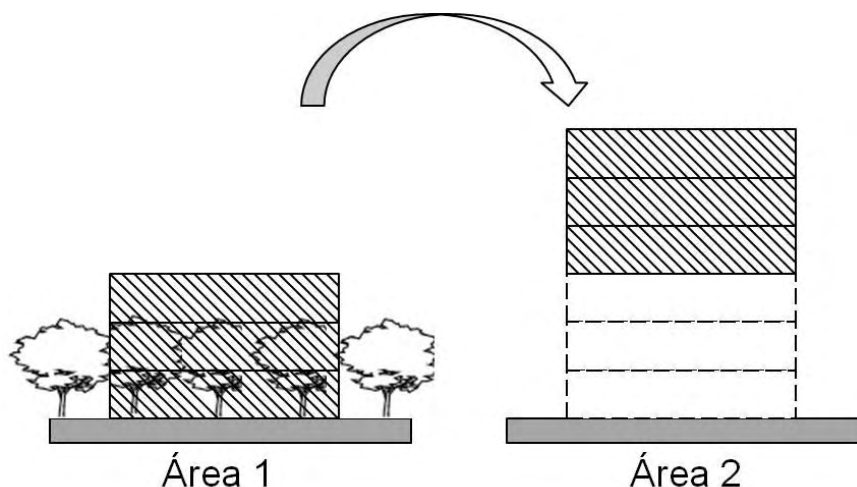
Figura 1: Como funciona a outorga onerosa



Org.: Fernanda Correia, 2010.

- *Transferência do direito de construir*: permite que o proprietário venda ou passe para outra propriedade dele, ou de outro proprietário, o direito de construção que não pode mais exercer no terreno original (Figura 2).

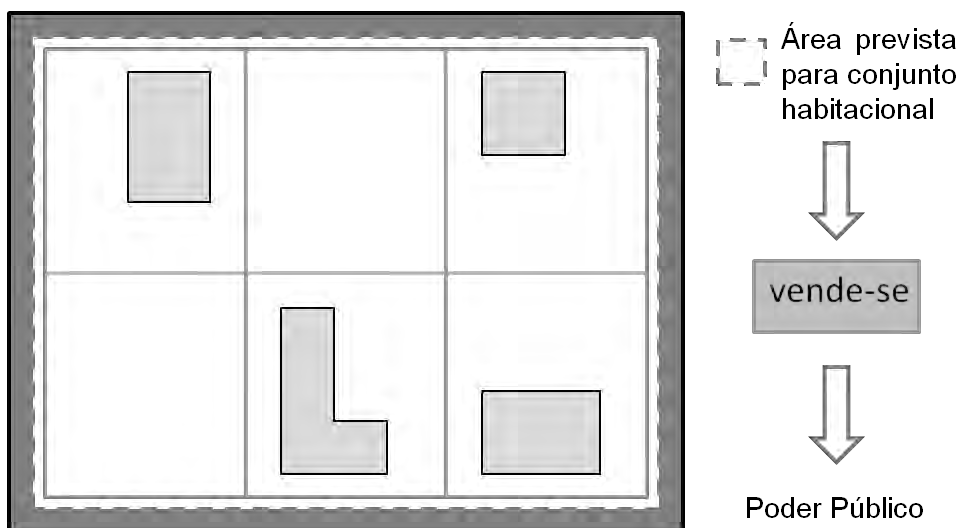
Figura 2: Como funciona a transferência do direito de construir



Org.: Fernanda Correia, 2010.

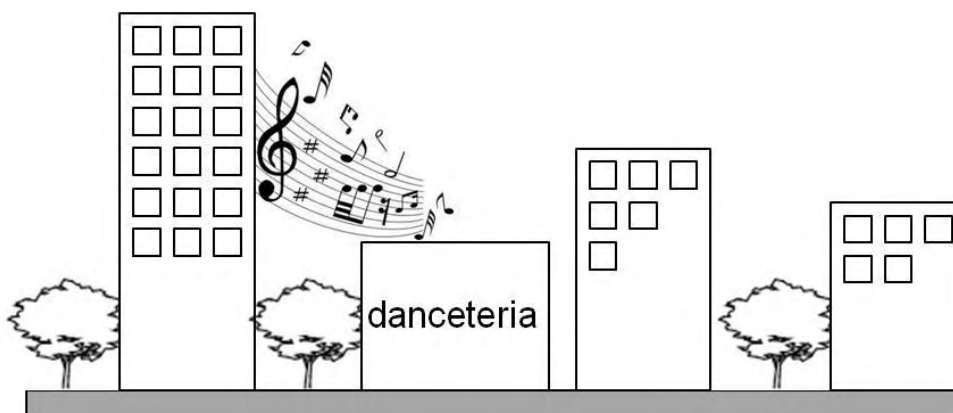
- *Direito de Preempção:* o poder público têm preferência na aquisição do imóvel urbano colocado à venda no mercado. Poderá ser exercido sempre que o poder público necessitar de áreas para preservação ambiental e patrimônio histórico (Figura 3).

Figura 3: Como funciona o direito de preempção



Org.: Fernanda Correia, 2010.

- *Estudo do Impacto de Vizinhança:* avalia a capacidade do meio ambiente urbano em comportar a existência e o funcionamento de determinados empreendimentos e atividades, não colocando em risco ou provocando danos a outros valores ou garantias assegurados à coletividade (Figura 4).

Figura 4: Impacto de Vizinhança

Org.: Fernanda Correia, 2010.

- *Unidades de Conservação:* Regulamentado pela Lei 9.985 de 2000, são espaços territoriais com contornos definidos como, por exemplo, os sítios arqueológicos e paleontológicos.
- *Incentivos e benefícios fiscais e financeiros:* divididas entre o poder público e comunidade cooperam na repartição mais eqüitativa dos encargos e ônus decorrentes da aplicação do regime de proteção dos bens culturais.

É primordial que o poder público se comprometa com as proposições estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, devendo ser repudiados comportamentos que visam ignorar os dispositivos previstos no mesmo. De nada adianta o ordenamento jurídico proclamar a necessidade de proteção do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, artístico e urbano, se não forem adotados mecanismos efetivos para concretizar esta proteção. É imprescindível também a atuação da população no sentido de exigir a efetividade das normas legais, podendo utilizar ação civil pública como base para apurar a sanção de agentes públicos que causarem danos ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

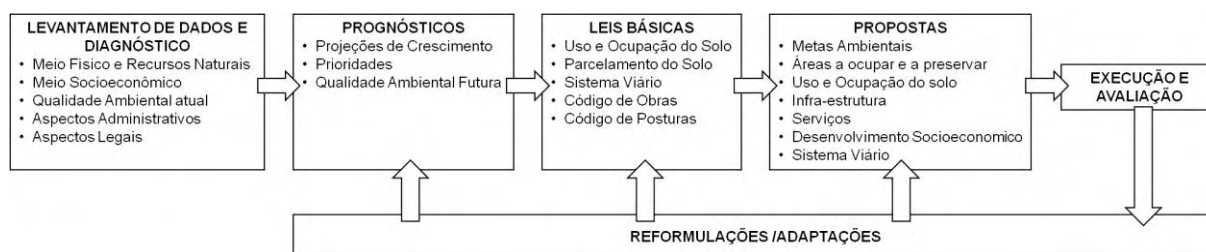
2.3 O Plano Diretor como instrumento de política urbana e rural

A qualidade de vida da sociedade perpassa também pela preservação de seus laços históricos e culturais acompanhados de um processo compartilhado entre o poder público e seus cidadãos. Cada vez mais complexas, as áreas urbanas e rurais exigem novas estratégias de gestão obrigando-nos a refletir a partir da dinâmica destas áreas.

O Estatuto da Cidade deixou a responsabilidade para que cada município concretize os seus dispositivos segundo as características e interesses locais, regulamentando-os pelo plano diretor. Considerando os recursos naturais, associados aos aspectos sociais, econômicos e culturais, o plano pode representar um excelente instrumento de conservação ambiental.

De uma forma mais elucidativa, o fluxograma 1 apresenta as etapas de constituição de um plano diretor:

Fluxograma 1: Etapas de um plano diretor



Fonte: Suetônio (2003) apud Mota (1997). Org.: Fernanda Correia, 2010.

Para sua realização é necessário desempenhar um planejamento e uma gestão. Qualquer tipo de planejamento sempre remeterá ao futuro, sendo próprio das atividades humanas. Já a gestão sempre remete ao presente. Assim, são interdependentes e está aí o grande desafio para qualquer cidade: fazer um bom planejamento para que se realize uma boa gestão (SOUZA, 2004).

No que se refere à Geografia, durante longo tempo, o seu ensino nas escolas do Brasil caracterizou-se por uma visão de cidade-campo muito distorcida: o meio urbano como o território do novo, de tecnologias e modernidade, e o meio rural como sendo o território do velho, do antigo e atrasado. Essa visão prejudicou a interação

de fatores socioeconômicos, ambientais e culturais entre esses dois espaços, até então vistos como dicotômicos.

Apesar disso, a presença forte da mecanização destes territórios cada vez mais vastos fez com que estudiosos como Milton Santos, já em 1980, descrevesse este momento como sendo o *meio-técnico-científico-informacional*, no qual a “construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (SANTOS, 2008[1993], p.37). Ainda em suas palavras:

Há acentuada especialização de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil quanto necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também socioeconômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema na especialização dessas produções, que são cada vez mais capitalistas. É verdade que durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, obstáculo à sua difusão. Hoje, porém, o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e difunde-o rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas (SANTOS, 2008[1993], p.43).

Embora Milton Santos e tantos outros defendam uma hegemonia e fluidez destes territórios, ainda é manifestado na elaboração dos planos diretores, o privilégio do planejamento do meio urbano em detrimento do meio rural, como se essas duas formas de representação territorial não fossem complementares e, portanto, não exigissem ter o seu desenvolvimento planejado de forma integrada.

Com o Estatuto da Cidade reforçando o papel do plano diretor como parte integrante do processo de planejamento municipal, o mesmo deve incluir características capazes de mudar o quadro de desigualdade socioespacial apresentado no município. Aprovar e implementar um plano com tais características se confronta com os interesses de determinados grupos que, muitas vezes, também controlam o poder local.

No que se refere aos instrumentos jurídicos, criada em 1985, a Lei 7.347¹⁰ é uma grande ferramenta em defesa aos interesses coletivos, pois conforme Castilho

¹⁰ Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor histórico, entre outros. A referida legislação sinaliza ainda em um de seus incisos, a prerrogativa de abarcar lesão a direitos difusos ou coletivos. (Cf. CASTILHO, 2005).

(2000, p. 13), “com a possibilidade da ação civil pública, o governo local ou cumpre a lei, ou mediante o controle social, pode sofrer sanções severas”.

Nas primeiras décadas do século XX não faltaram intervenções urbanísticas em nosso país. Inicia-se um discurso por parte do Estado sobre a necessidade de uma integração urbana a partir de planos diretores. Além de muitos municípios sequer conhecerem este instrumento, os que tinham os planos também nem sempre conseguiram se integrar. Muitos não foram além do zoneamento e aí está uma grande confusão.

É notório observar no histórico de origem das capitais brasileiras¹¹ a idéia do Poder Público considerar o zoneamento no século XIX como planejamento urbano. Na verdade, o zoneamento não é o planejamento urbano, mas sim *faz parte* dele. Também vale ressaltar que o zoneamento não é um plano diretor, embora todo plano diretor deva incluir um zoneamento.

Estas intervenções urbanísticas aconteciam apenas nas capitais e se baseavam em modelos importados da Europa e dos Estados Unidos, advindos do urbanismo modernista, os quais prezavam o embelezamento de grandes avenidas, praças, parques e a higienização a partir do saneamento.

Jane Jacobs¹², fazendo uma crítica a este tipo de urbanismo que realoca de uma forma desumana os menos favorecidos, coloca a proeminência da contradição do poder público no planejar:

O raciocínio econômico da reurbanização atual é um embuste. A economia da reurbanização não se baseia unicamente no investimento reacional através de subsídios públicos, como proclama a teoria da renovação urbana, mas também em vastos e involuntários subsídios, arrancados de vítimas locais indefesas. E os resultados da elevação de impostos nesses lugares, auferidos pelas municipalidades em resultado desse “investimento”, são uma miragem, um gesto lamentável e contraditório em relação às somas de dinheiro público cada vez maiores necessárias para combater a desintegração e a instabilidade que emanam da cidade cruelmente abalada. Os meios que a reurbanização planejada utiliza são tão deploráveis quanto seus fins (JACOBS, 2007[2000], p. 3).

Extremamente conservadoras, estas intervenções introduziram um modelo de segregação socioespacial que perdura até hoje. Tinham também a concepção de

¹¹ Pesquisa realizada em *sites* das seguintes capitais: Teresina, Aracaju e Goiânia.

¹² Obra publicada pela primeira vez em 1961 e traduzida para o Brasil somente no ano 2000.

uma cidade ideal, de acordo com o interesse de uma classe dominante, sendo que as questões sociais foram totalmente ignoradas, conforme a interpretação de Villaça (2004[1999]) nos alerta e conforme era comum naquele contexto político:

O que se inicia no Brasil corresponde (...) a interesses e soluções específicos das elites brasileiras (...). Nos seus quase cem anos de existência entre nós, [o zoneamento] quase que exclusivamente serviu para atender a interesses claros e específicos, particularmente os dos bairros da população de mais alta renda (VILLAÇA, 2004[1999], p. 178).

Ainda, segundo Villaça (2004[1999]), o que ocorre nos dias de hoje é um enraizamento do mau uso deste instrumento de planejamento:

na maioria dos planos diretores brasileiros o zoneamento aparece apenas como princípios vagos e não-operacionais. Ao contrário, as leis específicas de zoneamento, separadas dos planos diretores são operacionais, aprovadas nas Câmaras Municipais e executadas (VILLAÇA, 2004[1999], p. 178).

É o caso da cidade do Rio de Janeiro, que na época foi tomada por estas intervenções urbanísticas (lá surgiu o primeiro zoneamento, em 1866) e ainda que tivesse obtido posteriormente mais de quatro planos desde 1930, todos foram um tanto quanto negligentes, principalmente em termos de enfrentamento da pobreza urbana (SOUZA, 2004).

Na história do planejamento brasileiro foram disseminados planos que projetaram e construíram cidades novas na intenção de seguir o urbanismo moderno de Paris e Washington. A Cidade de Belo Horizonte foi uma das capitais planejadas (1897) e apesar de seu plano contar com uma estimativa populacional grande (200 mil), atualmente ela enfrenta problemas com loteamentos irregulares devido à superpopulação (2,3 milhões).¹³

Passados os anos das criações de cidades planejadas e na intenção de continuar com a idéia de dar uma roupagem modernista ao país (a exemplo, temos Brasília, como cidade bastante estudada mundialmente), a partir de 1950 surgiu um processo intenso de industrialização, com fortes mudanças na ocupação, produção e reprodução do espaço urbano.

¹³ Outras capitais planejadas: Teresina/PI (1852), Aracaju/SE (1855), Goiânia/GO (1937), Palmas/TO (1990) e Brasília/DF (1960).

Com o golpe militar, em 1964, o planejamento urbano do país se tornou conservador e autoritário, mantendo a ordem econômica, social e política vigente no objetivo de ordenar a cidade para permitir maiores possibilidades de lucro, criando uma explosão urbanística desenfreada e intensificando ainda mais a segregação (SOUZA, 2004).

Com o fim do regime ditatorial, muitas instituições herdadas foram extintas devido a crise do estado capitalista. No entanto, Souza (2004) salienta que:

(...) as práticas conservadoras continuaram existindo, ainda que sob uma nova roupagem. Nos anos 80 e 90 assiste-se a um enfraquecimento do antigo planejamento urbano regulatório, isto é, do planejamento fortemente baseado em normas, leis e ações criadas pelo Estado para regular e normatizar os diferentes usos dos espaços da cidade (SOUZA, 2004, p.53).

Na década de 1990, o planejamento regulatório que até aquele momento era um legado do regime ditatorial se enfraquece e diversas cidades acabam optando por outro tipo, numa perspectiva “mercadófila”, segundo a proposta de Marcelo Lopes de Souza, no sentido de ajustar o capital aos interesses de alguns. Esta perspectiva traz embutida uma diminuição do papel do Estado sugerida na ampliação das parcerias público-privadas (PPPs), o “Estado Mínimo” – uma incorporação da ideologia neoliberal (SOUZA, 2003[2001]). Como exemplo temos o Programa Nacional de Desestatização (PND), política reforçada durante a década de 1990 e o início do século XXI.

Com o Estado dando suporte a esta forma de planejamento, cria-se um uso dos espaços públicos voltado aos interesses do mercado, agravando ainda mais as desigualdades nas cidades. Estes espaços passam a ser monitorados e vigiados, disseminando a violência e criando uma sociedade do medo, tudo para legitimar o uso e o acesso destes pela forma recomendada pelos empresários em parceria com o poder público.

Souza (2003[2001]) caracteriza que o planejamento “mercadófilo”:

tem deixado de lado os planos diretores em favor dos chamados “planos estratégicos” (...) não contém regras e instrumentos com cuja ajuda se possa buscar uma organização espacial mais justa e mais de acordo como objetivo de preservação ambiental; muito menos consiste em uma lei. Ele é um conjunto de intenções que contém metas, esboços de programas e onde são mencionados grandes

obras e grandes projetos urbanísticos a serem concretizados, tudo isso embelezado com a ajuda de *slogans* e frases de efeito (SOUZA, 2003[2001], p. 59).

Embora o plano diretor constitua uma lei obrigatória¹⁴, existe certa negligência por parte do poder público local em aplicá-la. Confirmando esta idéia, Souza (2003[2001]) interpreta que o planejamento “mercadófilo” é uma versão do planejamento estratégico¹⁵, um modelo que cria uma ação combinada de diferentes agências multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID etc.) e de consultores internacionais, amplamente difundidos na América Latina e no Brasil após a abertura econômica neoliberal. Maricato (2002[2001]) também esclarece que:

O Plano Estratégico cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar e dar a mercado um espaço absoluto. Ele incorpora a noção de cidade/universo autônomo, a qual necessita instrumentalizar-se para competir com as demais na disputa de investimentos (...) (MARICATO, 2002[2001], p.59).

Ainda sobre o contexto do neoliberalismo na transformação do planejamento no país, em seu texto escrito entre 2001 e 2002, Castilho (2005) contribui dizendo ser este um problema que ele definiu como “privatização do urbanismo”:

Ora, é evidente que o afastamento do Estado em relação ao planejamento urbanístico (atuação estatal sobre a economia, por direção) implica diretamente a perda da qualidade de vida porquanto permite que a “lógica do capital” imobiliário, de maximização da renda, se estabeleça plenamente e se imponha sobre os outros atores sociais. Assim, se o planejamento é direção, é controle, é regulação, o discurso neoliberal caminha em outro sentido, no sentido do mercado (CASTILHO, 2005, p. 19).

Souza (2003[2001]) assinala que, apesar da euforia na realização de planos, os “novos planos diretores” vigentes tinham um ideário da Reforma Urbana – contudo – a participação popular foi deixada em segundo plano em detrimento dos instrumentos de planejamento, perdendo-se um potencial de crítica social e criando uma versão de esquerda do planejamento estratégico, o chamado “planejamento politizado”, expressão usada por ele que corresponde à incorporação da dimensão

¹⁴ As cidades com população acima de 20 mil deveriam ter elaborado ou revisto seus planos diretores até o ano de 2007.

¹⁵ Introduzido no Brasil a partir do final dos anos de 1980, o Planejamento Estratégico disseminou-se e foi adaptado amplamente nos locais onde foi utilizado, particularmente no setor público.

política de elementos da linha de abordagem de Carlos Matus¹⁶, gerando um “tecnocratismo de esquerda” (SOUZA, 2003[2001]).

Diante dos entraves do planejamento urbano no país e de seus instrumentos para melhoria da qualidade de vida de sua população, surgem questionamentos pertinentes. Toda esta "nova" legislação acerca do urbanismo no Brasil está sendo seguida e colocada em prática? As Diretrizes e ações que se referem ao Estatuto da Cidade são realmente válidas para a realidade brasileira? As políticas públicas darão conta de aplicar as recomendações de tal Lei? Cabe a nós, neste momento, contribuir com tal reflexão através da análise do Plano Diretor do município de Álvares Machado, com especial atenção as normas e instrumentos relacionados à questão cultural.

¹⁶ Carlos Matus foi Ministro do Governo Allende, em 1973, no Chile. Ministrou vários cursos no Brasil nos anos de 1990 (Escolas Sindicais, IPEA, Ministérios, Governos Estaduais e Municipais) e desenvolveu a teoria do Planejamento Estratégico.

3. Levantamento histórico e cultural de Álvares Machado



Os valores do Patrimônio Histórico são reconhecidos enquanto expressão dos modos de vida e das raízes identitárias dos cidadãos, pois perpetuam a memória de uma determinada sociedade. O conceito de patrimônio histórico e sua abrangência estão explicitados na Constituição Brasileira de 1988 e, apesar de constar em lei – referenciados com os tratados e convenções internacionais – a forma como estes bens culturais são preservados não evita a descaracterização e até mesmo sua destruição face o descaso do poder público, esbarrando na compreensão do cumprimento da função social e cultural para o coletivo.

Neste trabalho apresentamos as ações mais recentes relacionadas ao Patrimônio Cultural da cidade de Álvares Machado e como estas são contempladas pela população local e pelo poder público, no processo de manutenção e produção de uma identidade cultural. A proposta de analisar a gestão municipal remete necessidade de averiguar se o município está ou não cumprindo com a legislação, afinal ele está entre os municípios que são obrigados, segundo o Estatuto da Cidade, a ter um Plano diretor urbano-ambiental.

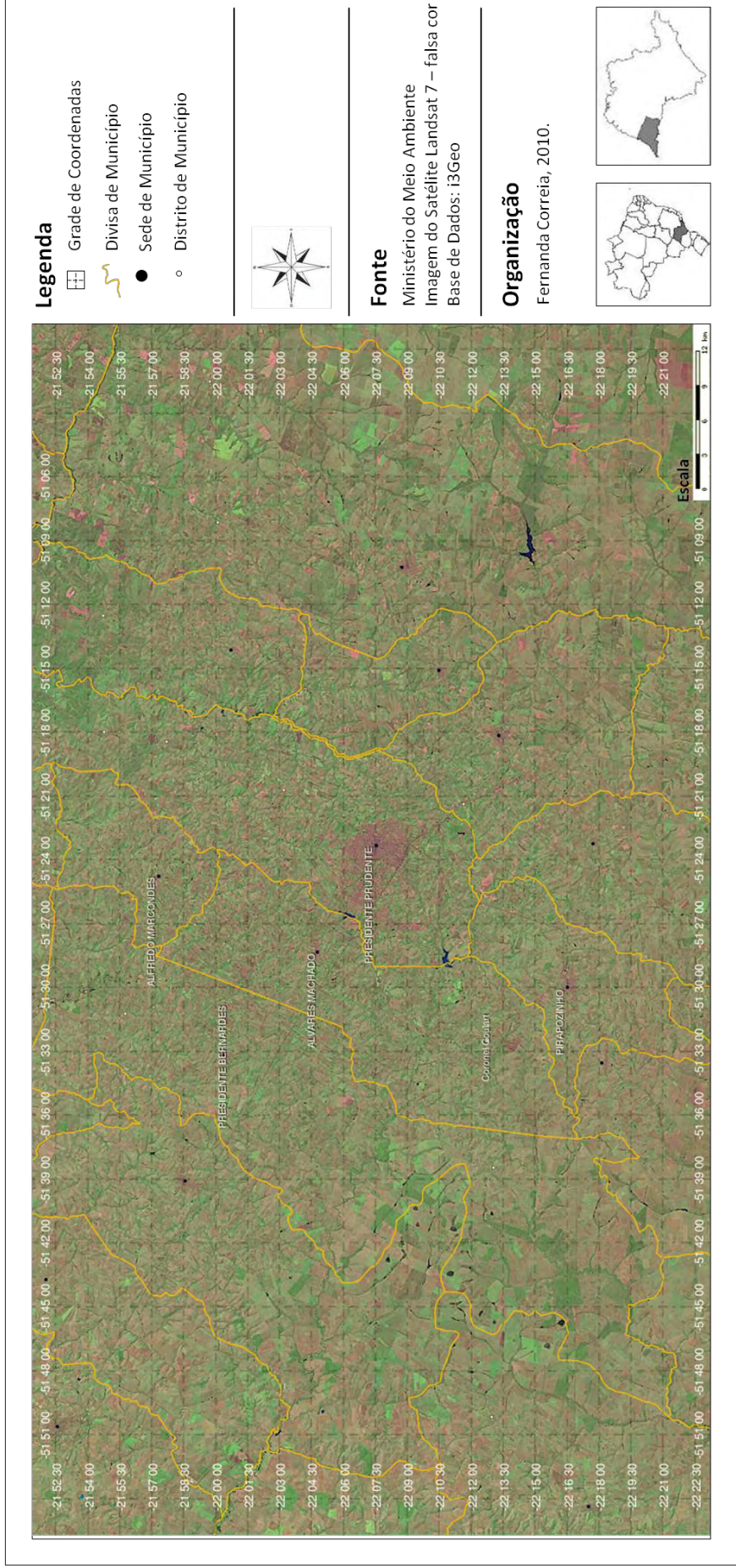
Localizado no extremo oeste paulista, na Décima Região Administrativa do Estado de São Paulo, o município dista 576 km da capital, possui uma área de 346,3 km², uma altitude de 475m do nível do mar e tem aproximadamente 23.779 habitantes (IBGE, 2009).

Conta também com dois distritos, Álvares Machado e Coronel Goulart, este último localizado a 20 km da sede, estando mais próximo da cidade de Pirapozinho (8 km) e em processo de aglomeração urbana com Presidente Prudente¹⁷. Embora pertencentes ao perímetro urbano, os bairros Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros, pertencentes a Álvares Machado, estão mais próximos da cidade de Presidente Prudente.

Por estas peculiaridades, o plano diretor de Álvares Machado foi realizado em três etapas, demonstrando sua formação territorial. O mapa 1 apresenta a localização dos municípios limítrofes.

¹⁷ Cf. Myazaki, V.K. (2008).

Mapa 1: Localização de Álvares Machado



A região onde o município está localizado era pouco povoada e suas determinantes locais tem semelhanças com a maioria das cidades originadas no início do século XIX. A ocupação de terras ganhou impulso com a chegada de pessoas oriundas de Minas Gerais, devido à anterior decadência da mineração naquele Estado. Estas começaram a comercializar terras intensificando a ocupação e a especulação na comercialização de terras produtivas, fortalecendo ainda mais a cultura do café na região (ABREU, 1972).

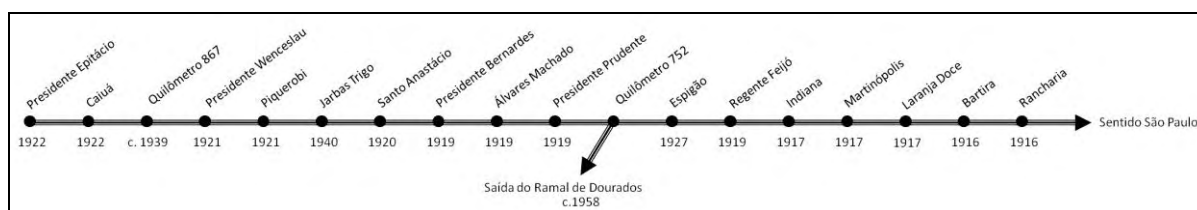
A configuração urbana que se inicia e a formação da paisagem que se cria é direcionada aos interesses da classe dominante. A importância da ferrovia na paisagem das cidades do interior paulista foi um dos fatores importantes da origem dessas cidades, conforme Landim (2003) salienta:

A expansão da produção cafeeira no início do Século XX, o conseqüente incremento da rede ferroviária e posteriormente o ciclo rodoviário imprimiriam às cidades um padrão de urbanização bastante similar, pois a ocupação do território paulista aconteceu pela criação de cidades de fronteira (LANDIM, 2003, p. 22).

A cidade de Álvares Machado, assim como tantas outras do interior paulista, só passou a ser reconhecida pelo intermédio da sua paisagem urbana, e essa paisagem é resultante dos elementos econômicos, sociais e culturais que foram produzidos num determinado período e contexto.

Os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, inaugurada em 1872, avançaram pelo interior, alcançando Sorocaba em 1875. Na intenção de ir até o Mato Grosso do Sul, a linha-tronco seguiu em direção ao Oeste Paulista, ampliando as estações num período intenso (Esquema 1).

Esquema 1: Inauguração das estações construídas no Oeste Paulista



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2010. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Apesar de não ter chegado ao seu destino, finalizando a linha em 1922 na cidade de Presidente Epitácio, a intenção do prolongamento da linha férrea cortando

todo o interior do Estado era puramente econômica: escoar a produção de uma forma rápida para a capital e desta para o porto de Santos, para ser exportada.

Muitas estações foram criadas para servir apenas de embarque e desembarque de carga, porém devido às aglomerações de trabalhadores, foram surgindo os núcleos urbanos e somente depois de constituído o núcleo, aqueles pontos de embarque e desembarque tinham seus prédios da estação construídos, atribuindo uma importância maior àquela estação.

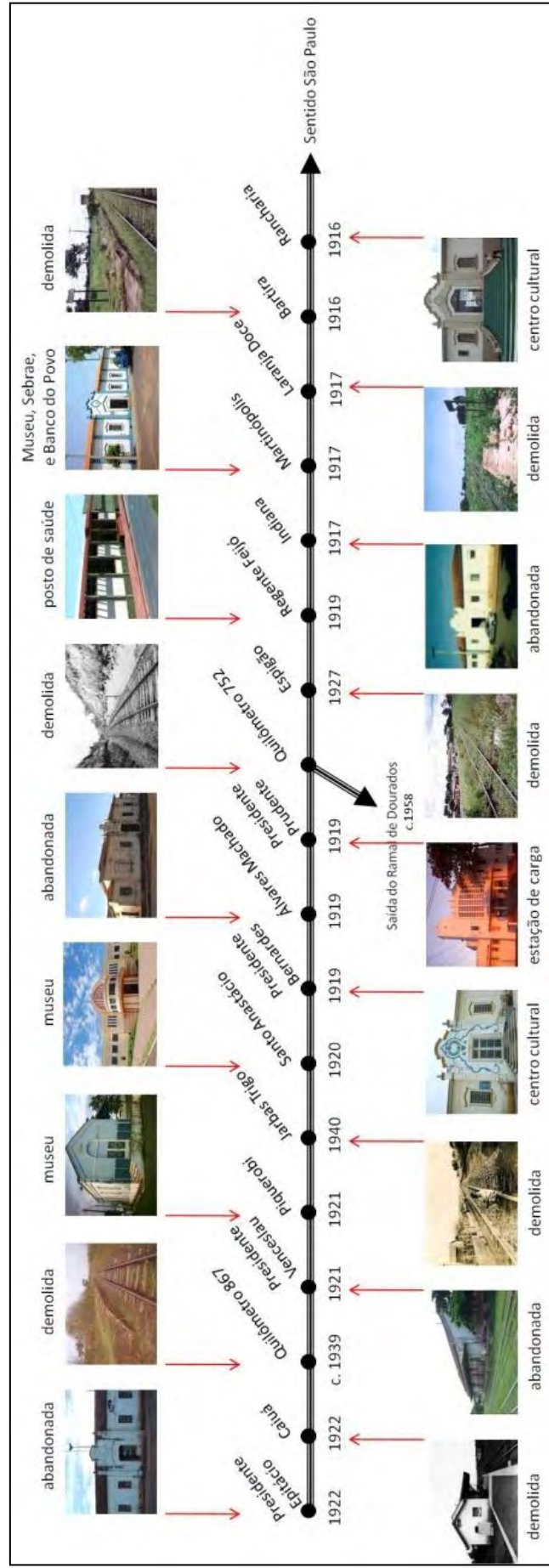
Concordando com Villaça (2004), observamos que o processo de destruição da malha férrea foi tão intenso quanto sua construção. Grande parte das estações faz parte atualmente do esqueleto falido da ferrovia a cargo da União que inseriu muitas companhias no processo de privatização em 1998, conforme apresentado no Esquema 2.

Foi o caso da estação sobre Álvares Machado. Quando os trilhos férreos chegaram em 1919, ela foi inaugurada com o nome de Brejão, apenas com um armazém, sendo esse o nome pelo qual a cidade ficou conhecida em primeiro momento, devido a uma das nascentes dos cursos d'água que por ali passam (o córrego Limoeiro, conhecido também como Três Pontes). Próximo ao córrego, em uma área de terreno úmido, já havia se instalado entre os anos de 1916 e 1917, antes mesmo da ferrovia, o primeiro núcleo de colonização japonesa.

Manoel Francisco de Oliveira, vindo de Minas Gerais em 1916, havia comprado parte das terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio que pertencia à família Goulart, já então instalada desde o final do século XIX na região, colaborando para o surgimento do núcleo urbano de Presidente Prudente em 1917. Sabendo que os trilhos da ferrovia passariam em suas terras, ele só iniciou o loteamento das mesmas em 1921, após a chegada dos trilhos, criando assim o primeiro núcleo urbano, a ser chamado de Patrimônio São Luiz.

No mesmo ano, o Governo do Estado muda a designação da estação para o nome que a conhecemos hoje. Assim, a cidade passou a ter o mesmo nome da estação quando então foram inaugurados o prédio principal e as demais edificações de funcionários.

Esquema 2: Funções atuais das estações ferroviárias no Oeste Paulista



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2010. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Com o crescimento intenso da população e da economia local, a cidade tornou-se importante comercialmente e em 1927 é elevada a distrito de paz, passando então a possuir cartório próprio, com seus registros de casamento, nascimento e óbito ainda vinculados como Distrito a sua vizinha Presidente Prudente. Somente em 1944 foi municipalizada e, já nesta época, havia se tornado um importante pólo comercial de madeira, café, algodão e amendoim (Foto 1 e 2).

Foto 1: Trabalhadores da empresa SANBRA, descaroçadora de algodão (1940)



Acervo: Museu Histórico Municipal de Álvares Machado.

Foto 2: Trabalhadores na colheita de algodão (1948)



Acervo: Museu Histórico Municipal de Álvares Machado.

As ferrovias foram fundamentais para a história do Estado de São Paulo. Estas foram construídas baseadas na produção, principalmente do café paulistano.

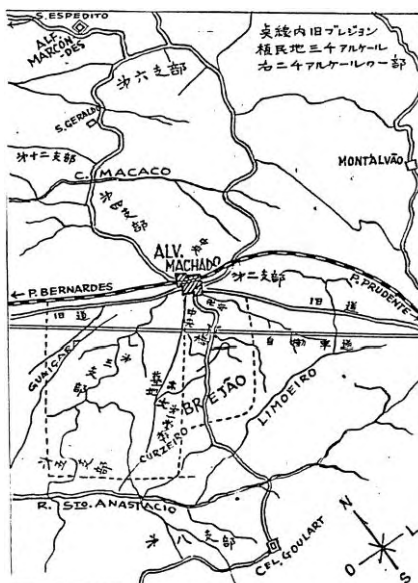
O transporte de outros materiais e também o de passageiros foram importantíssimos como fator de colonização e também de oportunidade para que as pessoas pudessem viajar de um ponto a outro, de forma a aumentar suas oportunidades para melhoria de vida.

Após o declínio da cultura do café, a modernização das ferrovias acabou por se fazer de forma muito lenta e, aliada ao aumento do custo da mão-de-obra de manutenção e principalmente do crescimento muito rápido da indústria automobilística e, conseqüentemente das rodovias, levou à degradação rápida, principalmente a partir dos anos de 1960, do transporte por trilhos em São Paulo e no Brasil.

O processo de preservação do complexo ferroviário da cidade de Álvares Machado como um bem cultural assim como de outros que registraremos adiante se torna relevante para que se possa contar sua história, seu processo de crescimento e declínio, visto o auge comercial ocorrido entre as décadas de 1930 e 1960.

Quanto à descendência de imigrantes, a marcha cafeeira e a ferrovia contribuíram também para a territorialização de japoneses na região. Buscando independência financeira e terras mais baratas e férteis, as colônias que foram criadas surgiram de companhias, instituições e de iniciativas espontâneas, que juntavam familiares e companheiros, organizando escolas e associações, como foi o caso em Álvares Machado, uma das primeiras da região (Croqui 1).

Croqui 1: Divulgação entre os imigrantes sobre a localização da colônia



Fonte: Takenaka (2003) apud Miyashita (1968).

A instalação do núcleo colonial em 1918 trouxe famílias para a lavoura de café, algodão e amendoim. Estudos de Sposito (1983), Giacomini (1996) e Takenaka (2003) mostram que a colonização japonesa contribuiu para a origem do núcleo urbano, constituindo grande parte da estrutura fundiária a base de pequenas propriedades e a alta porcentagem (17,7%) na formação da população do município.

Diferente de outros imigrantes que, com o passar dos anos, iam trocando a zona rural pelo urbano, grande parte dos imigrantes japoneses permaneceu nas atividades rurais e diversificou a produção dos hortifrutigranjeiros no Estado de São Paulo:

Tabela 1: Entrada de imigrantes japoneses no Brasil

Período	Quantidade
1908-1918	25.271
1919-1929	61.306
1930-1940	100.490
1941-1953	3.215
Total	190.282

Fonte: Memorial do Imigrante. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Tabela 2: Entrada de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo

Período	Quantidade
1905-1909	825
1910-1914	14.465
1915-1919	12.649
1920-1924	6.591
1925-1929	50.573
1930-1934	76.527
1935-1939	252.141
1940-1944	2.945
1945-1949	1
1950-1954	2.671
1955-1959	25.912
1960-1961	11.104
Total	229.404

Fonte: Memorial do Imigrante. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Muitos proprietários reservaram as melhores porções para o plantio de café e vendiam para os imigrantes as áreas impróprias, como encostas e fundos de vale. Apesar das dificuldades, foram construídas estradas contornando os braços da bacia

hidrográfica e assim facilitando o acesso para o escoamento da produção (Mapa 2). De acordo com SOUZA (2007):

Como consequência disso, o minifúndio em algumas cidades da Alta Sorocabana dinamizou o acesso dos imigrantes japoneses ao trabalho autônomo e a posse da terra. a adaptação do nipônico na pequena propriedade privada pode ser compreendida pela significativa participação na produção de algodão (SOUZA, 2007, p.122).

Os primeiros imigrantes japoneses acreditavam no retorno a terra natal, visto ter sido esta a propaganda que tiveram do Brasil quando chegaram em busca de riqueza (TAKENAKA, 2003). Por isso passavam aos filhos a tradição cultural do Japão, formando grupos de integração que traziam normas e valores étnicos. Assim, surgem as associações culturais, agrícolas e esportivas com o objetivo de preservar a cultura em todas as suas instâncias.

Como característica principal destas associações está a religiosidade, apesar da adoção forte do catolicismo e do protestantismo, o budismo e o xintoísmo estão ainda presentes, como observado nos templos na cidade, com características arquitetônicas orientais, apesar de algumas modificações na estrutura (Figura 4):

Figura 4: Templos Budistas Koboji e Anakuji.



Fonte: Levantamento em Campo. Créditos: Fernanda Correia.

Outra presença forte no que se refere à cultura imaterial são os eventos anuais que fazem parte das associações como o *undo-kai*, uma gincana poliesportiva que surgiu com o objetivo de comemorar o nascimento do Imperador Hirohito (1901-1989)¹⁸.

Existe também o *shokon-sai*¹⁹, celebração que realiza no período da manhã a missa budista na capela do cemitério, acompanhada de almoço com comidas típicas. No período da tarde iniciam as atividades festivas com o festival de karaokê e o *bon-odori*, no qual se celebram as almas dos antepassados com danças em

¹⁸ Foi com Hirohito que o Japão se rendeu em 1945, rendição anunciada ao povo pelo próprio imperador por meio do rádio. Foi a primeira vez que o povo japonês ouviu sua voz, derrubando a crença da invencibilidade do país, até então supostamente protegido por deuses. Em 1946, o imperador Showa causou outro grande impacto ao seu povo, ao declarar ser um simples ser humano (ninguen senguen), negando sua origem divina, cultuada durante milênios (Cf. MORAIS, 2000).

¹⁹ É o dia de finados no Japão, comemorado naquele país no dia 15 de julho. Com o tempo, a festividade foi alterada para o segundo domingo do mês de julho para possibilitar a participação de mais pessoas.

grupo através do *taiko* (tambor). A Foto 3 mostra a edificação onde funcionava a escola japonesa e no dia do *shokon-sai* onde são vendidas as comidas típicas. Ao lado, o palco onde são realizadas as apresentações de danças e o campeonato de karaokê.

Foto 3: Atividades do *Shokon-sai*



Fonte: Levantamento em Campo. Créditos: Fernanda Correia

Aproximadamente mil pessoas participam do evento que é terminado ao fim do dia com o ritual de acender velas em todos os túmulos do cemitério, numa tradição realizada há 90 anos (Foto 4). Pessoas que não moram mais na cidade e vivem atualmente na cidade de São Paulo fretam ônibus todo ano só para participar das atividades.

Foto 4: *Bon-odori* realizado após o pôr-do-sol e ritual das velas nos túmulos do cemitério.



Fonte: Levantamento em campo. Créditos: Fernanda Correia e Gilson Lorenti.

De acordo com Santos (2002), Takenaka (2003) e Bomtempo (2003), surge um surto de febre amarela na região no início da década de 1920, com a morte de muitos japoneses – em sua maioria crianças – na colônia. Os imigrantes pedem para ser construído um cemitério para o núcleo, pois a distância que tinham que caminhar até o cemitério mais próximo era de 15 km, muitas vezes com o falecido nas costas, pois não tinham meio de transporte²⁰.

O cemitério japonês (*ohaka*), situado a 5 km do centro da cidade, funcionou até o ano de 1942, quando foi desativado pelo governo de Getúlio Vargas (Foto 5). Se opondo aos países que formavam o Eixo (Alemanha, Japão e Itália) durante a II Guerra Mundial, proibiu em Lei que os imigrantes se comunicassem em japonês, fazendo com que as escolas dos núcleos obrigatoriamente ensinassem aos nipônicos a Língua Portuguesa (MORAIS, 2000).

Foto 5: Entrada principal do cemitério e vista dos túmulos da colina onde se localiza a antiga escola do núcleo e a maioria das atividades do *shokon-sai*.



Fonte: Levantamento em campo. Créditos: Fernanda Correia.

A associação, também conhecida como *colônia japonesa*²¹, ainda hoje é responsável pelos eventos e pela administração do cemitério, apesar de sua desativação. Desde 1980 o cemitério encontra-se tombado pelo Condephaat²² (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), sendo o único cemitério japonês da América Latina no qual estão sepultados 784

²⁰ Cf. COISSI, J. Cemitério japonês no interior é o único da América Latina. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 mai. 2008. Cotidiano, p. 12.

²¹ O nome oficial da associação é ACEAM (Associação Cultural, Esportiva e Agrícola Nipo-Brasileira de Álvares Machado). O nome do prédio da associação chamado de *kaikan* é o clube da associação.

²² É o órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo criado pela Lei Estadual 10.247 de 22 de Outubro de 1968.

japoneses²³. De acordo com a Secretaria de Cultura, o tombamento inclui além da área do cemitério, a edificação onde funcionava a escola, um palco e uma casa, todos construídos em madeira e intactos nos dias de hoje:

Os túmulos, traduzindo os costumes orientais, em geral, são em alvenaria de tijolos, com base quadrada sobre a qual se apóia um elemento vertical, às vezes em pedra, com inscrições em ideogramas japoneses. (CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 133, p. 25, 29/05/1981)

O processo de tombamento realizado pelo Condephaat traz em sua documentação o parecer do Prof. Dr. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses que na época considerou o cemitério como parte integrante do patrimônio cultural paulista, enumerando quatro valores: etnográfico, histórico, afetivo e o estético²⁴.

Concordamos com Nascimento (2009) quando considera que o processo de preservação ocorre de um modo mais eficaz quando há um trabalho conjunto com as entidades envolvidas e isso serve para qualquer bem cultural:

O estudo de tombamento do Cemitério transcorreu sem muitos problemas, não houve embates entre o público e o privado, e, nem entre os membros do Condephaat sobre o caso em tela. Portanto, quando há interesse do Estado e da comunidade usuária os trabalhos de preservação realmente acontecem, e atingem seus objetivos. (NASCIMENTO, 2009, p.11)

3.1 Expansão urbana de Álvares Machado

Os estudos sobre as pequenas e médias cidades são pertinentes na compreensão da diversidade urbana brasileira. Os pares de articulação que Sposito (2009) identifica (rural-urbano e cidade-natureza) são primordiais para a intervenção social e para entender quais são os papéis que elas desempenham atualmente:

Não é possível compreender cidades pequenas e médias sem pensar nos próprios espaços municipais que elas comandam, que

²³ Resolução nº 23 de 11 de Julho de 1980, publicada no Diário Oficial, Poder Executivo, Seção I, 12/07/1980, p. 63.

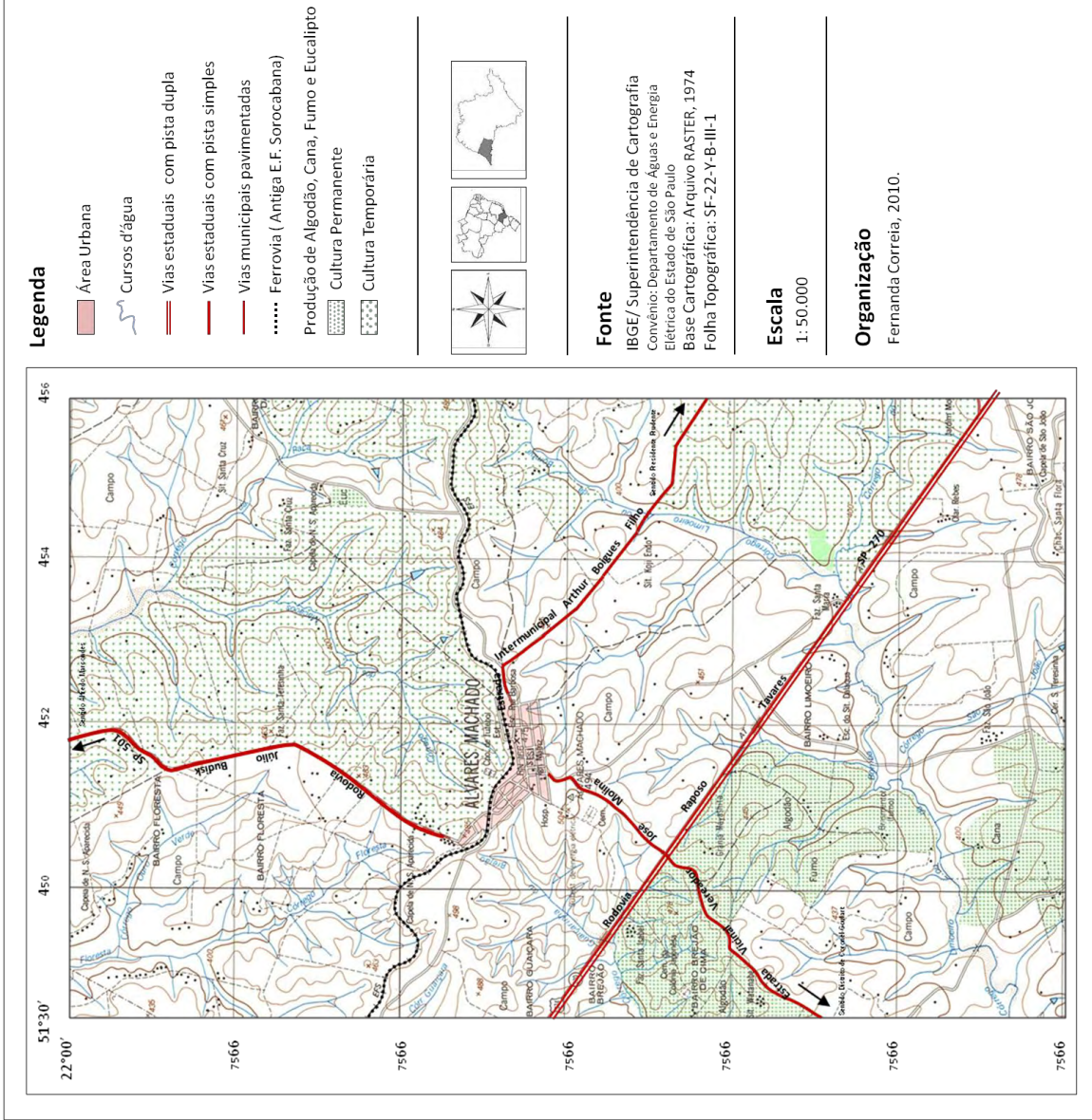
²⁴ Centro de Documentação do Condephaat. Processo n. 21.028/79, p. 59.

elas constituem e que geram a vida de relações econômicas e sociais que as têm como pontos de apoio (SPOSITO, 2009, p.17).

Os processos de produção do espaço urbano são os que mais interferem na dinâmica dos processos naturais.

O núcleo urbano da cidade de Álvares Machado está entre os espigões divisores de água de rios afluentes do rio Paraná (rio Santo Anastácio e rio do Peixe). A expansão se deu no topo e se estendeu pelas nascentes e vertentes, atingindo os fundos de vale. No núcleo urbano encontra-se as nascentes do córrego dos Macacos, do córrego Guaiçarinha ou Brejão, do córrego Floresta e do córrego Limoeiro ou da Bomba, de acordo com a Mapa 3.

Mapa 3: Localização das nascentes dos córregos em Álvares Machado



A impermeabilização através de edificações e pavimentação das ruas e lotes, não possibilita o escoamento das águas pluviais acelerando assim os processos erosivos. Para completar, o desmatamento das matas e o arremesso de resíduos sólidos e líquidos colaboram para a formação de voçorocas²⁵, colocando em risco as moradias e os habitantes. Conforme Pereira (2010) aborda, os problemas não estão somente presentes na área urbana. A área rural sofre também com os processos de produção do espaço:

Uso indiscriminado de pesticidas e herbicidas, ausência de práticas de conservação dos solos, desperdício hídrico nas irrigações com instrumentos ultrapassados e o desmatamento das encostas e matas ciliares têm contribuído para o processo de assoreamento e desperenização dos cursos d'água, reduzindo a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea (PEREIRA, 2010, p.5).

Sabemos que estes problemas são encontrados em outras cidades com tamanhos diferenciados, com desigualdades socioespaciais muito presentes, assim como encontradas em Álvares Machado.

Importante também ressaltarmos o espaço que Álvares Machado ocupa no contexto da integração com sua zona rural e com outras cidades, permitindo a análise da relação entre a cidade e sua região. Podemos observar uma centralidade bastante local, quando analisados os dados sobre o comércio e serviços na cidade apresentados na tabela 3:

Tabela 3: Integração de Álvares Machado na economia local

Número de classes do setor de comércio	37
Percentual da diversidade de comércio	51,39
Nível de centralidade de comércio	4
Número de classes do setor de serviços	40
Percentual da diversidade de serviços	25,32
Nível de centralidade de serviços	5
Número de classes dos setores de comércio e serviços	77
Percentual da diversidade de comércio e serviços	33,48
Nível de centralidade de comércio e serviços	5

Fonte: IBGE/CEMPRE, 2004; IBGE/DGC/CGEO/REGIC, 2007. Org.: Fernanda Correia, 2010.

²⁵ A voçoroca, boçoroca ou ravina consiste na formação de grandes buracos de erosão, causados pela chuva e intempéries, em solos onde a vegetação é escassa e não está protegida, suscetíveis a enxurradas.

Também averiguamos a origem e o destino da produção agropecuária apresentado nos quadro 1 e 2:

Quadro 1: Origem dos insumos agropecuários de Álvares Machado

Nome	Ordem do produto	Nome do município de origem dos insumos	Descrição do produto
Alfredo Marcondes	1	Álvares Machado	Bovinos
Alfredo Marcondes	2	Álvares Machado	Leite
Emilianópolis	1	Álvares Machado	Amendoim
Emilianópolis	2	Álvares Machado	Bovinos
Flórida Paulista	3	Álvares Machado	Leite
Inúbia Paulista	2	Álvares Machado	Bovinos
Lucélia	3	Álvares Machado	Leite
Mariápolis	1	Álvares Machado	Bovinos
Presidente Bernardes	1	Álvares Machado	Bovinos
Presidente Bernardes	2	Álvares Machado	Leite
Presidente Bernardes	3	Álvares Machado	Cana-de-açúcar
Santo Expedito	2	Álvares Machado	Leite
Santo Expedito	3	Álvares Machado	Bovinos

Fonte: IBGE/DGC/CGEO/REGIC, 2007. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Quadro 2: Destino dos insumos agropecuários de Álvares Machado

Nome	Ordem do produto	Nome do município de origem dos insumos	Descrição do produto
Álvares Machado	1	Presidente Prudente	Leite
Álvares Machado	2	Presidente Prudente	Bovinos
Álvares Machado	3	Presidente Prudente	Tomate

Fonte: IBGE/DGC/CGEO/REGIC, 2007. Org.: Fernanda Correia, 2010.

No quadro 1 observamos, porém, o recebimento de produtos vindos de outros municípios, não divergindo muito no tipo de produto. Já no quadro 2, observamos que Álvares Machado direciona seus produtos apenas para uma única cidade.

Vemos uma fraca interação e articulação com outros centros urbanos. A polaridade forte da região pode ser destacada pela cidade de Presidente Prudente que no quadro 3 mostra-se como destino principal de quem sai de Álvares Machado, através do transporte coletivo:

Quadro 3: Destino da população pelo transporte coletivo em Álvares Machado

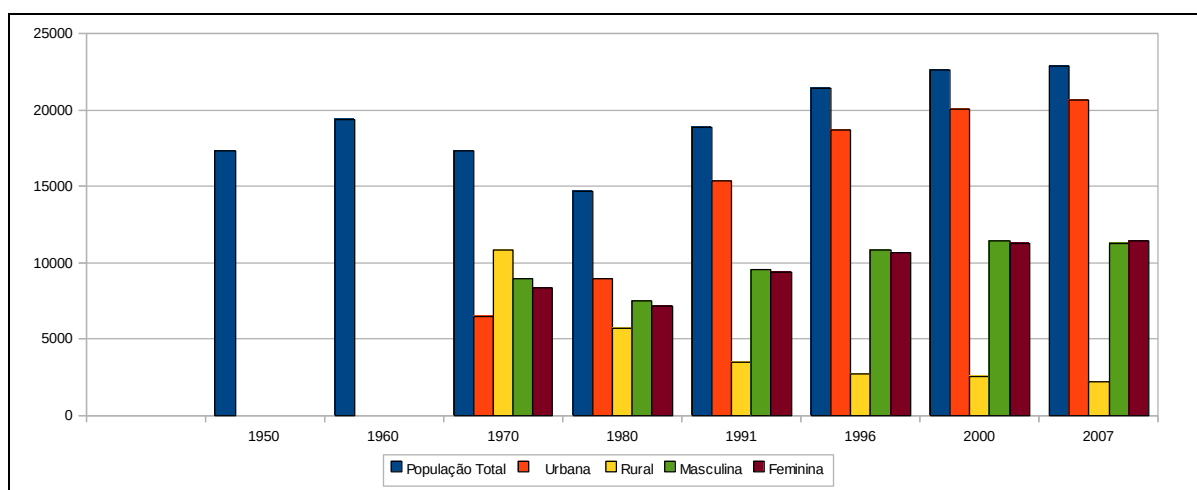
Nome do município de destino	Tipo	Número de viagens	Frequência	Minutos	Horas	Dias
Presidente Prudente	Rodoviário	82	Diária	20		
Alfredo Marcondes	Rodoviário	14	Diária	20		
Santo Expedito	Rodoviário	7	Diária	40		
Presidente Venceslau	Rodoviário	4	Diária	30	1	
São Paulo	Rodoviário	4	Diária	30	7	

Fonte: IBGE/DGC/CGEO/REGIC, 2007. Org.: Fernanda Correia, 2010.

As interações espaciais através dos destinos trazem um importante indicador da polaridade de Presidente Prudente e da influência sobre Álvares Machado. Os estudos do REGIC - Região de Influência das Cidades - mostram que esta cidade também é o destino para quem vai em busca de aeroporto, compras, cursos, lazer e saúde.

Estas relações intensas com Presidente Prudente são justificadas pela expansão territorial num processo de aglomeração em direção a essa cidade.

Vejamos no gráfico 1 uma síntese populacional com dados obtidos pelo Censo Demográfico do IBGE:

Gráfico 1: Censos Demográficos de Álvares Machado

Fonte: IPEADData, Censos Demográficos - IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007. Org.: Fernanda Correia, 2010.

A pesquisa foi realizada a partir do censo de 1950, pois até 1940 Álvares Machado era distrito de Presidente Prudente. De acordo com os dados obtidos, nota-se uma

grande migração da área rural para a urbana e até mesmo uma diminuição da população em 1980, chegando a ser inferior a 1950. Isso denota o processo de migração para outra cidade, reflexo do fechamento de fábricas e indústrias na cidade, sendo que em 1991 observamos um retorno ao tamanho populacional de 1970, fruto da abertura de novos lotes na cidade.

De acordo com Miyazaki (2008), estes novos loteamentos surgiram em áreas descontínuas a malha urbana consolidada. Temos como exemplo o Jardim Panorama e o Parque dos Pinheiros I e II, localizados no limite municipal de Presidente Prudente, que atraíram muitas famílias de baixa renda que trabalhavam nesta cidade. Porém, loteamentos sem planejamento adequado como estes acabam gerando um problema de qualidade de vida para os que o habitam, pois a infraestrutura básica necessita de um maior investimento, que muitas vezes não é realizado pelo poder local. Quando realizado, faz parte de interesses individuais e políticos, como é o caso de loteamentos fechados de alto padrão, localizados na cidade²⁶.

Com a malha ferroviária sucateada e desativada e ao mesmo tempo com a expansão da malha rodoviária, o automóvel trouxe a circulação e o acesso rápido para as cidades da região. Álvares Machado está situada hoje num entroncamento de vias importantes.

A Rodovia Júlio Budisk (SP-501), a Estrada intermunicipal Arthur Boigues Filho - conhecida como Estrada da Amizade - e a Rodovia Raposo Tavares (SP-270), formam uma ligação com a principal cidade da região (Presidente Prudente), onde a expansão se deu também no entorno destas vias, criando uma valorização dos lotes que por ali circundam o eixo viário, como o crescimento do comércio e de residências em seu entorno (Mapa 4).

²⁶ Sobre este tema, ver DAL POZZO, C. F. Fragmentação socioespacial: análise das práticas socioespaciais dos sujeitos segregados em Presidente Prudente-SP (2008).

Mapa 4: Vias de acesso e expansão urbana de Álvares Machado



3.2 Os instrumentos de política urbana e de proteção do patrimônio histórico de Álvares Machado

A presença de instrumentos de planejamento é necessária para a cidade. A partir de dados obtidos pelo IBGE, Seade e pelo material que a autora obteve na realização do plano diretor municipal, verificamos o perfil do município no que compete ao seu patrimônio histórico.

Desde o ano de 1996, Álvares Machado já contava com um Conselho Municipal de Política Urbana, dez anos antes da aprovação de seu Plano Diretor. Porém, a falta de outras ferramentas de aporte necessário ao planejamento urbano implicou em entrava para o seu desempenho, conforme pode ser observado no Quadro 4:

Quadro 4: Instrumentos de Planejamento Municipal e Política Urbana em Álvares Machado

Contempla	Não contempla
	Lei de zoneamento ou equivalente
Código de Posturas	Lei de Solo criado
Lei de parcelamento do solo	Lei de Operação urbana consorciada
Lei de Contribuição de melhoria	Lei de Estudo de impacto de vizinhança
Lei sobre zona e/ou área de interesse social	Lei sobre zona e/ou área de interesse especial*

* (caracteriza-se como área especial: ambiental, histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e arqueológico)

Fonte: Perfil dos municípios brasileiros. IBGE, 2009. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Por sua centralidade extremamente local, o município não integra áreas de interesse turístico e de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental no âmbito regional. Isso não quer dizer que não existam problemas ambientais e tampouco atividades turísticas capazes de movimentar a economia nesta área.

Quanto à cultura, percebemos que os investimentos nesta área são ainda escassos. Não existe uma legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural ou com uma área de interesse especial, tampouco um Conselho Municipal de Cultura. Este é um problema que envolve também cidades de mesmo porte, conforme demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4: Municípios com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, por natureza do bem tombado

Grande Região, classes de tamanho da população dos municípios e Unidade da Federação	Municípios			
	Total	Com legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural		
		Total (1)	Natureza do bem tombado (2)	
			Patrimônio material	Patrimônio imaterial
Brasil	5 565	1 618	1 559	401
De 20 001 a 50 000	1 055	382	365	90
Sudeste	1 668	942	920	222
São Paulo	645	163	163	48
De 20 001 a 50 000	294	180	174	40

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2009. Org.: Fernanda Correia, 2010.

(1) A mesma legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural pode tratar dos patrimônios material e imaterial.

(2) O mesmo município pode ter mais de um tipo de bem tombado.

Tabela 5: Municípios com legislação sobre área e/ou zona de interesse especial e tipos de área de interesse

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com legislação sobre área e/ou zona		Tipos de área de interesse						
		Especial de interesse social	De interesse especial	Ambiental	Histórico	Cultural	Paisagístico	Arquitetônico	Arqueológico	Outra
Brasil	5 565	1 489	1 804	1 548	742	785	515	461	176	238
De 20 001 a 50 000	1 055	420	506	440	220	229	152	144	44	69
Sudeste	1 668	492	721	606	364	377	202	206	75	73
São Paulo	645	187	235	207	99	89	77	77	29	35
De 20 001 a 50 000	294	131	175	151	89	85	46	52	17	21

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2009. Org.: Fernanda Correia, 2010.

Os investimentos em equipamentos culturais e meios de comunicação demonstram que o poder público conta com poucas despesas ou que as mesmas não foram organizadas no planejamento da prefeitura, como a busca por recursos inserindo projetos e planos no âmbito federal. Dados da Fundação Seade, de 2008, mostram que o total em reais usado na área, no ano de 2002, foi de R\$5.117, 2004 para R\$16.197, alcançando R\$57.331 em 2005 e decaindo em 2007 para R\$9.907. Vejamos no quadro 5, a existência de tais equipamentos no município:

Quadro 5: Equipamentos culturais e meios de comunicação em Álvares Machado

Existentes	Não existentes
Bibliotecas públicas	Centro cultural
Clubes e associações recreativas	Cinemas
Estádios ou ginásios poliesportivos	Geradora de TV
Livrarias	Shopping centers
Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs	Rádio AM
Museus	Rádio FM
Provedor de internet	Unidades de ensino superior
Rádio comunitária AM ou FM	Teatros ou salas de espetáculos
Videolocadoras	

Fonte: Perfil dos municípios brasileiros. IBGE, 2009. Org.: Fernanda Correia, 2010.

No plano dos direitos humanos, o município não possui um órgão gestor responsável por tal política, com orçamento próprio e que execute programas e ações. Este tema também não é tratado na Lei Orgânica do Município, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A prefeitura também não conta com uma estrutura organizacional com instrumento para recebimento de denúncias de violação de direitos humanos, nem legislação específica direcionada.

O que existe no município é apenas um programa para o idoso, a existência do Conselho Tutelar e do Conselho de direitos da criança e do adolescente, criado em 1994, com caráter paritário, porém não realizando reuniões há mais de um ano em 2009, quando a pesquisa foi realizada. Veja na Tabela 6, que este problema também é enfrentando por outros municípios de mesmo porte que Álvares Machado.

Tabela 6: Municípios com legislação municipal que dispõe sobre alguns temas de direitos humanos

Grande Região, classes de tamanho da população dos municípios e Unidade da Federação	Municípios							
	Total	Com legislação municipal que dispõe sobre temas de direitos humanos						
		Adaptação de espaços culturais, artísticos e desportivos para facilitar o ingresso, locomoção e acomodação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Concessão de meia entrada para maiores de 65 anos nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal	Criação de locais específicos para pessoas com deficiência que necessitem de cadeiras de rodas para sua locomoção, nos locais de espetáculos culturais, artísticos e desportivos no município	Assegura o ingresso de cães-guia para pessoas com deficiência visual em espaços culturais, artísticos e desportivos	Concessão de meia-entrada para pessoas com deficiência nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela administração direta e/ou indireta municipal	Reconhece direitos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Outras legislações relacionadas à direitos humanos
Brasil	5 565	567	365	279	80	210	92	361
De 20 001 a 50 000	1 055	147	91	64	13	57	13	88
Sudeste	1 668	212	157	107	41	91	30	143
São Paulo	645	106	85	64	29	51	13	64
De 20 001 a 50 000	294	46	38	24	4	24	2	33

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2009. Org.: Fernanda Correia, 2010.

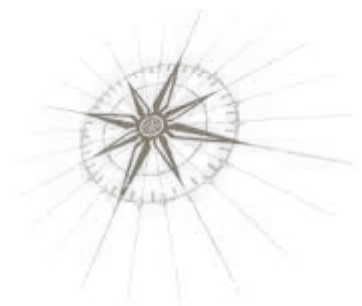
Segundo os dados do Seade, Álvares Machado pertence aos municípios com baixos níveis de riqueza, porém com bons indicadores de longevidade e escolaridade. Isso se deve a diminuição dos índices de mortalidade infantil e perinatal e na educação, ao aumento do número de pessoas que concluíram o ensino fundamental e médio.

Todas as informações a cerca da cultura refletem a dificuldade de uma cidade em sua ordenação. Em 1971, aconteceu o Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil na qual recomendou a criação pelas administrações estaduais e municipais, de Museus, Bibliotecas e Arquivos regionais, para a proteção de objetos de valor histórico e artístico, de livros raros e de documentos existentes nas diferentes áreas; ampliação dos recursos financeiros destinados à proteção dos bens culturais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

(...) A ausência de uma política de organização ou ordenamento espacial ou territorial, além de outros inconvenientes econômicos e sociais, tem feito com que as próprias autoridades governamentais, muitas vezes inadvertidamente, tenham provocado dano ou destruição de bens naturais e culturais de valor inestimável e cuja perda é, sempre, irreparável (IPHAN, 1971, p.141).

Propor uma política cultural, numa cidade pequena como Álvares Machado, caracterizada por carências e privilégios de setores da sociedade que ocupam a administração pública, não é tarefa fácil, sendo importante na tomada de decisões definir claramente as prioridades, sobretudo, realizar um planejamento rigoroso dos recursos.

4. O Plano Diretor de Álvares Machado



4.1 Primeira etapa: Área Sede

O convênio firmado em julho de 2005 com a UNESP, trouxe em seu *caput* a priorização do anteprojeto para a área sede em relação ao distrito e as demais áreas existentes no território. Com duração de um ano, foram investidos R\$18 mil para a remuneração de 5 bolsistas e 2 consultores externos.

Aprovado em outubro de 2006, o plano trouxe uma série de exigências que o poder público deveria cumprir. Um fator positivo e importante no processo de proposição da política urbana foi a identificação do patrimônio devoluto municipal para posterior elaboração de lei e de um plano de legitimação de posses, com vistas a regulamentação fundiária, conforme foi representado no Mapa 5.

Quanto ao Macrozoneamento urbano, ferramenta básica de ordenação e controle do uso do solo, este foi bastante discutido principalmente no que refere a delimitação do perímetro urbano.

Foram estudadas áreas destacadas de interesse social, de ocupação prioritária, de preservação permanente, de proteção ambiental, de interesse ambiental e de risco para ocupação, de modo a garantir um macrozoneamento responsável.

A definição dessas áreas visa promover uma melhor integração territorial desses locais com o restante do Município, assim como garantir o cumprimento pleno da função social da propriedade, barrando a especulação imobiliária e os inconvenientes gerados pela sub-utilização desses locais.

Até a elaboração do plano diretor, o município não tinha uma política cultural. As atividades relacionadas à cultura estavam a cargo do Decel - Divisão de Esporte, Cultura e Lazer do município - que é responsável por inserir as diretrizes propostas em um plano específico, a ser elaborado e executado, para inclusão do patrimônio cultural num roteiro turístico municipal, já que o município conta com duas áreas que estão ao longo da Estrada Vicinal, sentido Coronel Goulart, interessantes para recurso turístico: o Cemitério Japonês, as antigas fazendas de café e algodão e um Hotel Fazenda. Tais medidas visam inserir a cultura no processo econômico, como fonte de geração e distribuição de renda.

Também é importante a implantação de um banco de dados sobre o acervo histórico, cultural e artístico do município e sua disponibilização à consulta da população, dando visibilidade e estimulando a valorização da produção cultural local.

Foram apontados ainda para melhoria nos serviços culturais, a instalação de equipamentos e ampliação do acervo da Biblioteca Municipal, a criação e construção do Centro Cultural e do Museu Histórico de Álvares Machado e a criação de espaços culturais para apresentação de manifestações da cultura popular e para a realização de oficinas.

Estas diretrizes e propostas, porém, não foram inseridas ainda pelo poder público e são importantes para a democratização do acesso aos equipamentos, aos serviços e às ações culturais.

Os programas estaduais e federais de incentivo à cultura são ações primordiais como parcerias para ampliação de projetos culturais. Para isso, é necessária uma gestão consciente que saiba gerenciar os recursos, apoiando demais iniciativas e projetos que valorizem a cultura local.

A criação do Museu Histórico, inaugurado em 2008²⁷ é uma exceção quanto às atividades não realizadas pelo poder público e que constam como ações a serem implantadas através do plano diretor. Porém, este avanço na implantação só foi possível com a iniciativa da sociedade civil que já em 2003 formara uma comissão para constituição do acervo e do Museu Histórico. Constituída por Decreto com representantes da sociedade civil e do poder público, esta comissão iniciou a busca por bens materiais que pudessem integrar o acervo. No ano de 2007, o grupo foi reformulado, dando continuidade aos trabalhos já então desenvolvidos. Surgiu neste

²⁷ Cf. CARDOSO, Z. Museu de Machado inicia as atividades nesta semana. **O Imparcial**, São Paulo, 07 out. 2008. Caderno 2, p.1.

período à necessidade de adquirir provisoriamente um local para que estes bens fossem conservados, iniciando um processo de recebimento, registro e cadastramento, a fim de averiguar seu estado de conservação e importância para a memória da cidade.

Desde 2006, contando com a colaboração de pesquisadores da UNESP, o processo de cadastramento foi efetuado e os bens guardados no antigo clube municipal desativado. A Prefeitura cedeu o prédio do clube para o futuro museu (sala de reserva técnica) e a secretaria.

A partir desta parceria foram realizadas campanhas junto a população com a finalidade de aumentar as doações de materiais para serem somadas aos objetos, os e documentos anteriormente adquiridos (Fotos 6 e 7). Esta parceria só foi possível quando da aprovação do financiamento junto a Fapesp²⁸. O projeto foi elaborado para que a Fundação financiasse a atuação de pesquisadores (técnicos e estagiários da universidade) e para que a reserva técnica fosse empregada na confecção de vitrines e painéis para exposições permanentes e temporárias.

Foto 6: Cadastramento e acomodação do acervo de imagens.



Acervo: Museu Histórico Municipal de Álvares Machado.

Foto 7: Doações feitas pelos moradores de Álvares Machado.



Acervo: Museu Histórico Municipal de Álvares Machado.

²⁸ Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo. O projeto foi intitulado de "A criação de um Centro Cultural (Museu) no município de Álvares Machado/SP", sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Künzli.

No mesmo ano da inauguração do museu aconteceram as festividades do centenário da imigração japonesa no Brasil e em Álvares Machado da Octagenária imigração na cidade. Foi o ano também das finalizações da gestão municipal, ocorrendo desta forma inaugurações em outros espaços da cidade.

No quadro 6, vemos atualmente, em 2010, a situação do acervo do museu, composto de objetos diversificados e da localização dos sítios arqueológicos encontrados pelos pesquisadores da UNESP no ano de 1986²⁹, na área rural do município (Mapa 6).

Quadro 6: Acervo do Museu Municipal de Álvares Machado

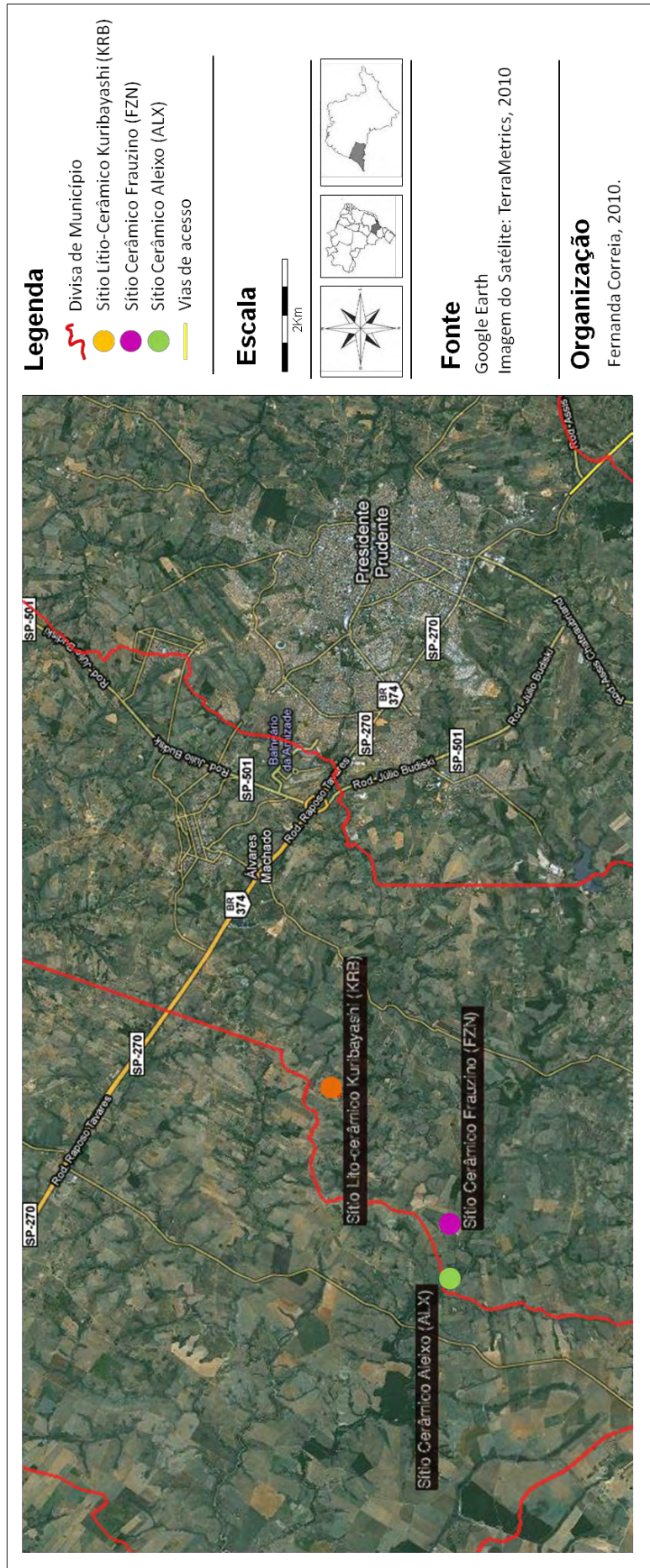
Paleontológico		Constituído por um fêmur de titanossauro com uma idade aproximadamente 80 milhões de anos encontrado no ano de 1977.
Arqueológico *	<i>Pedra Lascada</i>	Constituídas por lascas e estilhas, alguns raspadores e cortadores, pertencentes a populações pré-históricas que viveram na região entre 7.000 anos e 5.000 anos. Foram encontrados no ano de 1986.
	<i>Pedra Polida</i>	Constituídas por lâminas de machado e mão de pilão, além de um fragmento de mão de pilão. Foram encontrados no ano de 1986.
	<i>Cerâmica</i>	Constituídas por vasilhas dos mais variados tipos e decorações. As tradições de pedra polida e cerâmica foram elaboradas por populações lavradoras, ceramistas semi-sedentárias ou sedentárias, com idade aproximada de 1000 anos. Foram encontrados no ano de 1986.
Histórico		Prevalece a relevância histórica do seu acervo, através de objetos doados pela população.
Iconográfico		Conjunto de imagens e fotografias que registram as diversidades e mudanças da população, da natureza e das cidades.
Cartográfico		Constituído por mapas, cartas e plantas, além de teses e monografias sobre o tema.
Cultura Nipônica		Peças representativas da imigração japonesa que foram cedidas, algumas a título de empréstimo, pela colônia japonesa da cidade.

* Constituem Patrimônio Arqueológico Nacional, estando sob guarda do CEMAARQ/UNESP.
Fonte: Museu Municipal. Org.: Fernanda Correia, 2010.

A política cultural do município tem problemas estruturais apesar da aprovação de seu plano diretor há 4 anos contendo em seus artigos e incisos obrigatórios.

²⁹ Equipe de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, sob a coordenação da Profa. Dra. Ruth Künzli.

Mapa 6: Localização dos sítios arqueológicos de Álvares Machado



O Decel ficou encarregado de cumprir com suas responsabilidades na área, porém o que vemos são atividades organizadas de uma forma temporária, sem um compromisso com um período em longo prazo e com ações permanentes. Estas poderiam ser melhor exploradas se já tivesse sido implantado, por exemplo, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, conforme o art. 133 do plano diretor o exige.

A principal atividade permanente que atrai a população da cidade e da região é a FACAM - Feira Agro-Industrial e Comercial de Álvares Machado. Há 13 anos durante uma semana é realizada sempre no mês de novembro, nas comemorações do aniversário de emancipação político-administrativa, contando com shows ao vivo, praça de alimentação, parque de diversões, exposições e artesanatos.

Uma atividade temporária realizada com a iniciativa da CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Prefeito Faria Lima e apoio da prefeitura local, foi o projeto piloto Roda SP. Levando aos municípios cursos de capacitação à distância e sessões noturnas de cinema. Os temas debatidos são: Atendimento ao Cidadão, Licitação, Elaboração de Projetos, e Gestão de Contratos.

Parcerias com entidades fortalecem as ações do poder local, que por falta de recursos ou por uma gestão mal gerida, não consegue muitas vezes criar ações eficazes que visem a melhoria dos serviços para a população.

De acordo com a legislação específica referente ao patrimônio brasileiro e atrelado às constituições³⁰, os Municípios, os Estados e a União têm a responsabilidade em documentar, selecionar, proteger e promover a preservação, a conservação, a revitalização e a divulgação dos bens culturais.

Segundo o IPHAN³¹, o patrimônio cultural é dividido em bens de natureza material que compreende os bens móveis (produção de obras de arte ou objetos utilitários e mobiliários de uso diário de determinada época) e bens imóveis (edifícios e seu entorno, os conjuntos urbanos ou paisagísticos). Compreendem também os bens de natureza imaterial, que são as práticas e as representações das danças, festas, expressões literárias, cênicas, lúdicas, musicais e plásticas, das celebrações,

³⁰ Decreto-Lei 25/37, Lei 3924/61, Decreto 3551/00, Resolução 1/06 e Artigos 216, 226 e 129 da Constituição Federal e 261 e 272 da Constituição Paulista.

³¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura.

da memória oral e, ainda, os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que são associados e caracterizam uma determinada comunidade.

Simão (2006) nos relata que as cidades que reconhecem a importância da preservação do patrimônio trazem o resgate do orgulho pelo lugar tornando-se:

um fator primordial para agregar a comunidade no projeto de transformação da cidade, com a valorização das coisas locais e com a visão contemporânea da importância do referencial do passado e da cultura (SIMÃO, 2006).

Já Lemos (1981) acredita que o preservador deve “identificar o que ainda existe como testemunho das primeiras adaptações espaciais, dos primeiros critérios de instalação e de apropriação do solo”. Estas adaptações associadas nos levam aos “*bens culturais de interesse local*, que são ligados à vida de uma pequena sociedade com limites territoriais definidos, como por exemplo, a estação de estrada de ferro abandonada, a casa do fundador de uma cidade, etc” (LE MOS, 1981).

Preocupando-se em observar os bens enquanto conjuntos de um determinado patrimônio cultural, a partir da relação entre o meio geográfico, natural e os grupos humanos que se apropriaram daquele solo e nele deixaram vestígios, conseguimos identificar que a história das cidades não se resume somente à história de sua arquitetura, abrangendo também outras adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente.

O tombamento³² é uma das ações a serem tomadas para a preservação dos bens culturais na medida em que impede legalmente a sua destruição, estabelecendo limites aos direitos individuais com o objetivo de resguardar e garantir direitos e interesses de conjunto da sociedade. A proteção do patrimônio cultural está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória através do tombamento, por exemplo, é um processo social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público.

Segundo (REISEWITZ, 2004) aponta quando se afirma se um bem material ou imaterial é um bem cultural “a mensagem implícita é a de que, naquela específica

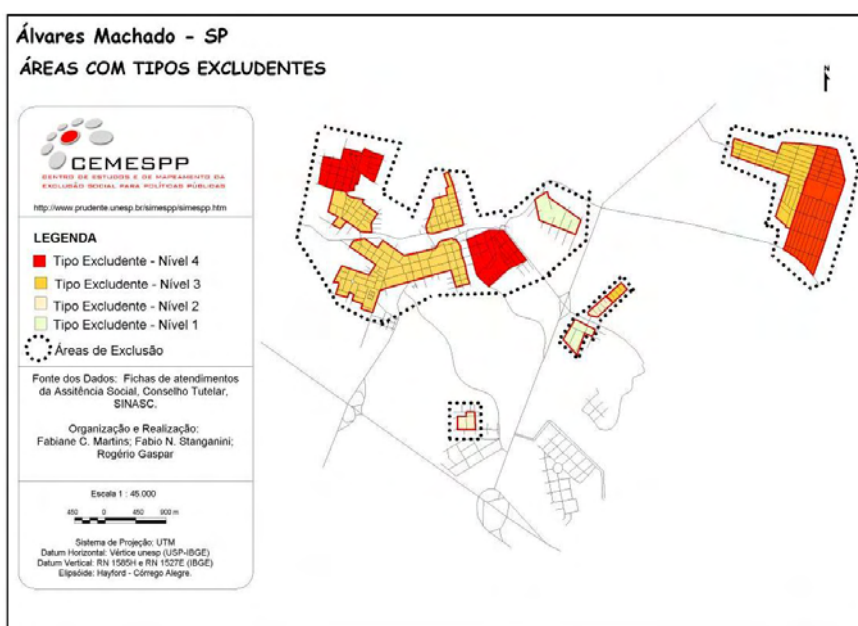
³² Tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público, com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. As expressões “‘Livros de Tombo’ e ‘tombamento’ provêm do Direito Português, onde a palavra ‘tombar’ significa ‘inventariar’, ‘arrolar’, ou ‘inscrever’ nos arquivos do Reino, guardados na Torre do Tombo.” (MEIRELLES apud FONSECA, 2005, p. 179)

circunstância, o principal valor que emana daquele bem é o cultural e o valor cultural é de interesse de todos”. Portanto, esse tipo de bem faz parte do patrimônio cultural da sociedade que o definiu e este tipo de patrimônio é, todavia uma forma de registro, garantindo sua existência e proporcionando às futuras gerações em encontro com sua própria história.

Quanto à política relativa ao patrimônio cultural em Álvares Machado, ainda vemos que não existe um acesso amplo da população na ocupação dos espaços públicos, pois a cidade ainda se caracteriza por forte exclusão social na malha urbana, como podem ser analisadas no mapeamento realizado pelo CEMESPP, desde 2005³³ (Mapa 7).

É necessário o reconhecimento e a apropriação do valor cultural do patrimônio para toda a população, mas para isso é fundamental a diminuição dos índices de exclusão em todos os setores com ações de desenvolvimento. Estas ações devem proteger os elementos paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e dos conjuntos de interesse histórico e arquitetônico, estimulando sua recuperação, porém conservando as características que os particularizam. A promoção de parcerias entre os setores público e privado, também cumpre um papel importante para a recuperação do acervo cultural do município.

Mapa 7: Áreas de exclusão no perímetro urbano de Álvares Machado



Fonte: CEMESPP, 2009.

³³ Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas, localizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP (Cf. CEMESPP, Relatório final de projeto de pesquisa, 2009)

Para que essas medidas sejam atendidas e eficazes e diante da pré-elaboração do Plano, ficou estabelecida, além da criação de um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, a seleção de seis bens culturais, identificados por uma zona envoltória de 150 metros, de forma a garantir sua visibilidade e proteção. Estes bens foram selecionados através do levantamento em campo junto a população realizado dentro do perímetro urbano, conforme pode ser visualizado no Mapa 8 e Quadro 7.

Destes, o bem cultural que está sem uso e necessita de uma atenção maior para sua preservação é o Complexo da Estação Ferroviária, justificando a intenção da Prefeitura em sua apropriação, criando finalidade de uso e obedecendo, dessa forma, ao que se estabelece no Plano Diretor. Porém, o Complexo da Estação está ainda sobre a guarda da União que é responsável pela massa falida da antiga Fepasa³⁴.

A seleção destes bens culturais tem por finalidade conciliar e compatibilizar os diversos tecidos construídos em distintas épocas históricas em um mesmo ambiente. Além disso, resgata uma parte importante da memória coletiva e de identidade dos cidadãos que nela convivem, garantindo a permanência dos bens culturais que contém um legado histórico importante.

Os bens culturais estarão sujeitos a tratamento e cuidados especiais, com critérios e diretrizes de intervenção urbanística e arquitetônica, constantemente revisados e atualizados por uma equipe técnica. Porém sem a criação do Conselho de Preservação, estes bens ficam a mercê de serem descaracterizados.

Foi o que aconteceu com a Igreja Matriz da cidade. Com o intuito de ampliar a quantidade de fiéis nas missas e demais atividades na igreja, a mesma foi destruída em novembro de 2008, restando apenas a torre e a fachada (Foto 8). Com doações recebidas por fiéis, a reforma está em fase de acabamento e sua inauguração oficial está prevista para dezembro de 2010. De toda forma, a torre da igreja matriz ainda funciona como um marco referencial urbano e este talvez seja ainda o motivo pela sua não destruição.

³⁴ Durante a realização da pesquisa (2007-2008), o então prefeito Sr. Luís Takashi Katsutani estava negociando sua aquisição. Em conversa sobre o assunto, o ex-prefeito considerava importante a aquisição para a criação do centro cultural na estação, tornando a entrada da cidade esteticamente mais bela e cumprindo com os dispositivos da Lei. Para quem vem de Presidente Prudente pela estrada Arthur Boigues Filho, uma via que gera grande fluxo de automóveis e pessoas, atualmente observa um lugar deteriorado e esquecido pela cidade e pela população.

Quadro 7 - Características dos bens culturais a serem preservados pelo plano diretor

O entorno da Praça da Matriz (Igreja de São José)		A primeira capela construída era feita de madeira e se localizava ao lado de onde hoje se situa a matriz. Foi constituída paróquia em 24 de Julho de 1937, sendo sua construção durando aproximadamente 12 anos. O Relógio da matriz só foi inaugurado por volta do ano de 1960.
Complexo da Estação Ferroviária	<i>Prédio Principal</i>	Servia de embarque e desembarque encontra-se em utilização parcial para uso comercial e residencial. Houve pequenas alterações internas, com construção de duas paredes. Porém a parte que não está em uso e servindo de abrigo para mendigos, está muito deteriorada. A fachada continua íntegra na sua concepção. Foram derrubados os muros que ligavam o prédio principal até o Armazém. A edificação sofreu várias camadas de pintura e a estrutura de apoio das telhas é posterior a construção do edifício.
	<i>Armazém</i>	O armazém encontra-se em utilização para uso comercial. Sua fachada encontra-se íntegra, de tijolos aparentes. Foram feitas alterações internas, com tesouras a mostra.
	<i>Casas de funcionários</i>	As residências de funcionários e do Chefe da Estação estão em uso domiciliar por famílias de uma forma irregular. Estão num estado de conservação externo mediano, não tiveram alterações arquitetônicas, porém não se sabe de suas características internas, pois as famílias que lá residem não aceitaram a entrada no interior das residências.
Museu Monsenhor Nakamura		Inaugurado em 1991 foi construído com a colaboração de comunidades no Japão, pastoral Nipo-brasileira e colônia japonesa de Álvares Machado, sendo projetado pelo Engenheiro Odílio Iamashita em estilo clássico japonês. A importância deste Museu se dá pela trajetória religiosa da cidade. O Padre Monsenhor Nakamura nasceu no ano de 1865 em Fukue, Nagasaki (Japão) sendo seus pais descendentes dos cristãos que haviam chegado à Ilha, refugiando-se das perseguições religiosas. Chegou ao Brasil em 1923, mas só em 1938 se estabelece na cidade, considerado pelos descendentes japoneses católicos “O pastor dos primeiros imigrantes japoneses”. Falece em 1940, sendo sepultado na própria cidade. Considerando a permanência deste religioso no Brasil por 17 anos e levando em conta também a concentração de imigrantes japoneses (após 1908), trazidos pelo Oeste Paulista a fim de participarem na colheita do café e, posteriormente, do algodão encontra-se neste momento processo de beatificação do Monsenhor.
Templo Budista Anakuji		Inaugurado em 1948, a edificação encontra-se preservada. Reúnem-se uma vez ao mês, comem carne vermelha e trazendo suas oferendas à Buda. Em 1998, foi realizada uma comemoração pelos 50 anos, fixando no jardim do templo uma pedra-monumental em homenagem. A edificação internamente há permanências de sua arquitetura, principalmente quando visualizamos o altar. Há quadros pintados da época de sua criação.
Templo Budista Koboji		Inaugurado em 1955, estando sua edificação preservada. Reúnem-se todos os domingos, não comem carne vermelha e estudam vários santos. A edificação internamente tem uma reforma mais recente. Há quadros pintados de 1960.
Bebedouro de animais		A peça em bronze de 1945, símbolo da passagem das tropas pela cidade para o interior, tem entrada e saída de captação de água. Por um tempo foi localizado nas proximidades da ferrovia, porém com a aquisição do museu, foi transferida para a mesma para ser objeto de exposição.

Fonte: Levantamento em campo. Org.: Fernanda Correia, 2007-2008

Segundo relatos, parte da população foi contra a destruição da igreja, porém não foi feita uma mobilização contrária devido ao receio do padre responsável pela iniciativa. Além disso, o poder público deveria ter protegido e regulamentado sua proteção, desde a aprovação do plano diretor e não tomando as medidas jurídicas colaborou para o processo de destruição.

Foto 8: Vista da fachada e torre da igreja matriz de Álvares Machado



Fonte: Levantamento em campo. Créditos: Lucas Souza

Quanto à falta de consciência preservacionista, Rodrigues (1999) relata através da história da constituição, as dificuldades de atuação do Condephaat devido aos empecilhos do poder público no norteamento das ações a cerca do patrimônio cultural em todo o Estado:

(...) não faltavam propostas para a formulação de uma política preservacionista, mas sim a vontade política de tratar o passado como parte integrante do presente, objeto cujo poder de materializar a memória e referenciar a construção de identidades guarda grande potencial político. A legislação e a estrutura do Condephaat permaneceram inalteradas enquanto cresceram as dificuldades de preservação das representações materiais da cultura, parte da qual parece fada ao desaparecimento enquanto o Estado, peça de fundamental importância para sua conservação, não for permeável aos ventos arejantes do exercício crescente da cidadania e da racionalização administrativa, elementos essenciais para a elaboração de uma política de preservação, e os profissionais do patrimônio não se perceberem enquanto profissionais da memória (RODRIGUES,1999, p. 85-86)

Vemos, portanto, que as paisagens são refletidas por momentos históricos que são produzidos no espaço e no tempo. As características morfológicas das cidades espelham as etapas de construção do espaço urbano conferindo na paisagem urbana particularidade de alguns períodos.

4.2 Segunda Etapa: Área de Aglomeração Urbana

A continuidade no convênio com a UNESP se deu novamente e os trabalhos continuaram até 2007, seguindo o mesmo formato que a etapa anterior. Nesta etapa foram priorizados os núcleos urbanos descontínuos como o Balneário da Amizade, as Chácaras de Recreio, o Núcleo Industrial e os bairros Jardim Panorama e Parque dos Pinheiros I e II, todos localizados na divisa com o município de Presidente Prudente e distantes do núcleo urbano consolidado conforme explicitado na subseção 3.1 deste trabalho que trata sobre a expansão urbana. No mapa 9 vemos a delimitação, observados os vazios urbanos analisados.

A implantação destes parcelamentos se deu no final da década de 1970, numa área sem infra-estrutura e com interesses difusos a uma política urbana coerente. Diante disso, o processo de aglomeração urbana com Presidente Prudente se dá pela proximidade com este núcleo urbano, provocando conflitos políticos entre esses dois municípios e um desordenamento urbanístico no que se refere às políticas públicas.

Deste modo, esta etapa foi caracterizada no Plano Diretor como uma área com tendência a aglomeração e haja vista a densidade de sua população, o Parque dos Pinheiros I, II e o Jardim Panorama, bem como os conjuntos habitacionais adjacentes, são pontos sensíveis dentro do território municipal, devendo receber políticas públicas diferenciadas por parte do poder público, buscando alcançar, estrategicamente, o seu desenvolvimento (SILVA JÚNIOR, 2007).

Conforme já mencionado na primeira etapa do plano sobre a importância do Macrozoneamento urbano, nesta etapa foram delimitados nos bairros existentes perímetros urbanos distintos, a fim de evitar principalmente a existência de áreas urbanas ociosas que propiciem a especulação imobiliária, criando a responsabilidade funcional da Prefeitura no parcelamento do solo.

Nesta etapa foi criada uma área de interesse social nos bairros que apresentam carência de equipamentos comunitários e de lazer, de algum tipo de infra-estrutura urbana, não se integrando plenamente com o restante do tecido urbano.

Foram encontrados problemas na instalação e manutenção da iluminação pública, do telefone de uso público, de pavimentação asfáltica, ocorrendo somente a posterior instalação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial correta. Verificamos também a existência de moradias sem coleta e tratamento de esgoto³⁵, e/ou em que a coleta de resíduos sólidos é insuficiente como é o caso dos bairros Parque dos Pinheiros I e II, Jardim Panorama, Chácara Arthur Boigues e Núcleo Industrial.

A verificação da escassez de áreas de lazer e espaços de recreação foi apontada nesta etapa, criando-se na Lei a urgência na prioridade de implantação nos bairros Parque dos Pinheiros I e II e Jardim Panorama.

Por esses motivos são locais desvalorizados, concentrando a população de baixa renda do município, conforme já mencionado pelo Mapa 7, que delimita as áreas de exclusão social, tendo o poder público o dever de fiscalizar e acompanhar as concessionárias responsáveis em suas respectivas atribuições.

No núcleo industrial, o processo de instalação de novas indústrias deve seguir as normas contidas na Lei Municipal 1473/87 e da realização do EIA/RIMA³⁶, inclusive de indústrias já instaladas no núcleo.

Foi estabelecido no núcleo uma área de amortização de impacto, circundado por espécies arbóreas nativas, de modo a se filtrar os inconvenientes da poluição

³⁵ Está em andamento a construção do sistema de esgotamento que, segundo o relatório de sustentabilidade da SABESP, está previsto para ser finalizada em 2011.

³⁶ No EIA – Estudo de Impacto Ambiental é apresentado o detalhamento de todos os levantamentos técnicos e no RIMA – Relatório de Impacto Ambiental é apresentada a conclusão do estudo, em linguagem acessível, para facilitar a análise por parte do público interessado. Parte integrante do processo de licenciamento ambiental (federal, estadual ou municipal). Essa exigência teve como base a Lei Federal n.º 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274/90, tornando-se uma exigência nos Órgãos Ambientais brasileiros a partir da Resolução do CONAMA n.º 001 de 23/01/86, que exige a execução por uma equipe multidisciplinar, pois existem impactos a serem avaliados no meio biótico, abiótico e socioeconômico (<http://www.mma.gov.br>).

gerada nessa área. Esta é uma forma importante de amenizar o impacto, porém ainda não foi realizada conforme a Lei exige.

O poder público tem um prazo que vence este ano e a responsabilidade de providenciar a infra-estrutura completa de saneamento básico no Núcleo Industrial e no bairro Chácaras Cobral, que encontrava-se até 2007 ainda irregular. Em 2009, foram executadas por completo apenas a distribuição de água destes bairros, chegando a 100% de distribuição de água no município.

Sobre esse assunto, a SABESP assinou em 2007 um contrato de concessão com a Prefeitura para operar por 30 anos os sistemas de água e esgotamento sanitário do município. A coleta de esgoto no município é de 92,34% (o Distrito de Coronel Goulart não possui uma rede coletora), porém o tratamento deste ainda é de 62%. Encontra-se em andamento no valor de R\$5,5 milhões a implantação da reversão de esgoto para a ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Limoeiro para o tratamento de todo o esgoto coletado no município.

Um dos problemas que a população dos bairros Parque dos Pinheiros I, II e Jardim Panorama enfrentam é ter o seu sistema de abastecimento de água realizado pela cidade de Presidente Prudente. Esta passa por discussões desde 2008, quando o contrato de prestação de serviços por 30 anos venceu na cidade. Até o presente momento, a cada seis meses a Prefeitura de Presidente Prudente prorroga o contrato, enquanto não abre licitação, gerando questionamentos da continuidade dos serviços. Caso a SABESP não opera mais em Presidente Prudente, surgirá um problema de gestão pública entre os dois municípios, sendo a população destes bairros prejudicada pela falta de organização administrativa local das duas cidades.

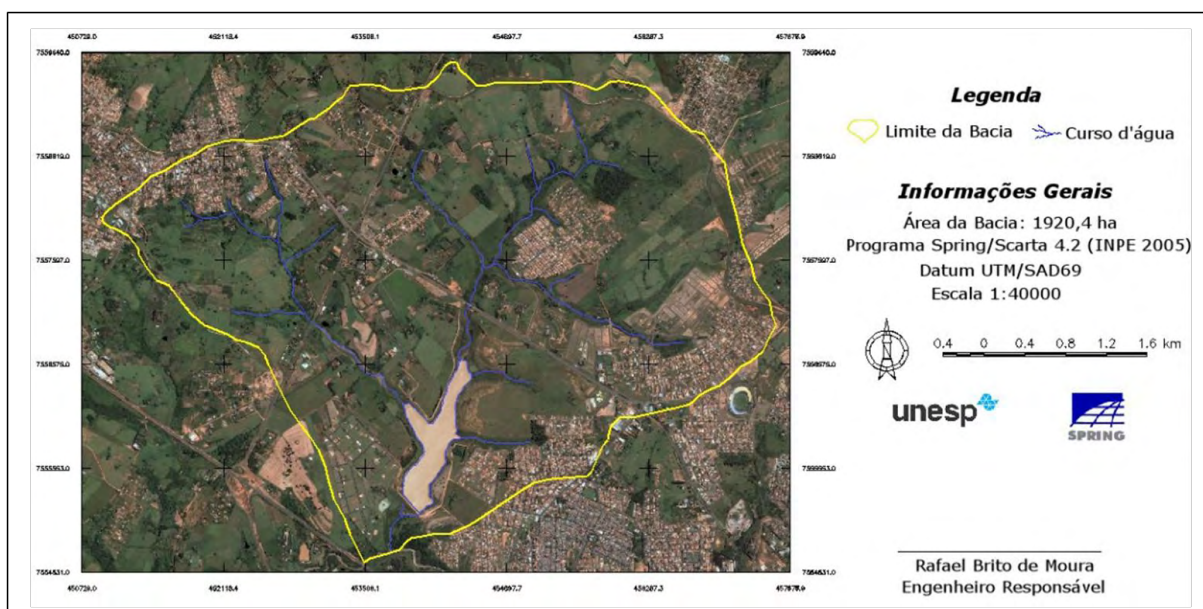
No que se refere a drenagem urbana, a necessidade de criar um plano de gerenciamento integrado no município, principalmente na Bacia Hidrográfica do Alto Limoeiro, na divisa com Presidente Prudente, onde encontra-se as Chácaras de Recreio, o Balneário da Amizade e a ETE (são 20mil pessoas diretamente afetadas que residem na Bacia)³⁷ conforme pode ser visto no Mapa 10.

O plano diretor exige a implantação de lei específica de forma a contribuir com as ações de políticas públicas na adequação do uso e ocupação do solo. No âmbito econômico-cultural, a realização deste possibilitará o acesso da população à recreação no Balneário da Amizade, fortalecendo as finanças dos dois municípios.

³⁷ Referente a este plano integrado na Bacia do Alto Limoeiro, há um termo de referência proposto por Engenheiros Ambientais (Cf. AMORIM et al., 2008).

As ações de recuperação e revitalização do Balneário, um patrimônio ambiental dos dois municípios estão sendo realizadas pelas respectivas prefeituras desde o início do presente ano com previsão para serem finalizadas até 2012. O governo federal liberou recursos para a prefeitura de Presidente Prudente para as obras de pavimentação no contorno do Balneário da Amizade ao final da avenida Ana Jacinta, até o obelisco na divisa com Álvares Machado, com a intenção de construir uma praça pública e revitalizar o espelho d'água através do reflorestamento da mata ciliar.

Mapa 10: Abrangência da bacia hidrográfica do Alto Limoeiro



Fonte: AMORIM et al., 2008.

Quanto a área de vegetação e arborização urbana, apesar dos vazios urbanos nesta segunda etapa que contém rastros de mata nativa em processo de desaparecimento, foram observados algumas regiões ausentes de vegetação natural e da infra-estrutura arbórea urbana. É o caso do bairro Jardim São Francisco na qual foi dado um prazo para que o poder público crie uma praça pública no local, bairro socialmente carente desse equipamento tão importante par o bem estar.

Para criar um mínimo de impacto ambiental na ocupação urbana é necessário um planejamento ambiental eficiente. A delimitação de áreas de preservação

permanente, de reserva legal e de fragmentos de mata são ações que visam a preservação ambiental³⁸.

As áreas urbanizadas desta segunda etapa têm sérios problemas havendo assim, a necessidade e importância de criar diretrizes para um melhor desenvolvimento da região, com o poder público monitorando, fiscalizando e conscientizando a população da importância de se proteger o meio ambiente natural³⁹.

Desde 2009, o poder público criou um projeto (Prefeitura em Ação) que visa conscientizar a população para a necessidade da conservação e da prevenção dos bens públicos, procurando atender todos os bairros do município, principalmente os mais carentes. Os primeiros atendidos foram os bairros desta segunda etapa sendo estendido posteriormente ao Distrito de Coronel Goulart. No projeto são realizados serviços, brincadeiras, atrações musicais e informação para a comunidade local. Na área da saúde, desde aferição de pressão arterial e testes de glicemia, cadastramento de doadores de sangue e de medula óssea, orientações sobre prevenção de câncer de mama e colo uterino, DST/AIDS, corte de cabelo, avaliação bucal e distribuição de kit de higiene pessoal, planejamento familiar, prevenção contra a dengue e outras doenças. Há também orientações jurídicas, gincanas esportivas e emissão de carteira de trabalho com a foto na hora. Na área ambiental, explicações sobre a coleta seletiva de lixo, reciclagem, limpeza adequada de quintais e distribuição de mudas nativas.

Outras atividades que surgiram do poder público, a partir de 2009, na intenção de plantar um número maior de mudas de espécies nativas⁴⁰ foi a caminhada em comemoração ao dia mundial da água. A população percorre pela Estrada da Amizade com faixas e cartazes indo até o Balneário. A fim de conscientizar os estudantes na renovação da área de preservação permanente foi estendida para atender escolas públicas e privadas. O Encontro Regional de Bike da

³⁸ Em 2009, o Instituto Ambiental Biosfera, do Instituto Sócio Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (INSADES) e do Instituto Brasileiro de Estudos Especializados (IBRAE) elegeram os cinquenta prefeitos brasileiros a serem agraciados com a premiação de melhores administrações municipais brasileiras sob o enfoque da sustentabilidade urbana sendo a administração de Álvares Machado convidada a receber o diploma e medalha de destaque Luso-Brasileiro em Gestão Pública Municipal em Lisboa.

³⁹ Em 2009, Álvares Machado recebeu o selo de Município Verde, projeto do governo do Estado que incentiva e reconhece a gestão ambiental municipal, sendo avaliado em dez diretrizes que regem o projeto: esgoto tratado; lixo mínimo; recuperação da mata ciliar; arborização urbana; educação ambiental; habitação sustentável; uso da água; poluição do ar; estrutura ambiental; e conselho de meio ambiente.

⁴⁰ Apesar do selo de município verde, 80% da área urbana não é arborizada. A meta até o final de 2010 é o plantio de 5mil mudas e de 20mil mudas no Balneário da Amizade com a colaboração da Prefeitura de Presidente Prudente. Entre as mudas estão as seguintes espécies: cedro, ipê, ingá, peroba, jatobá, jequitibá e pau d'álho, todas nativas da região.

Amizade associou a recreação às ações ambientais de reposição de mata ciliar à margem do Balneário da Amizade.

Outra recreação ciclística que ocorre há 10 anos é o passeio ciclístico promovida pela Banda Musical Municipal 11 de Julho e apoiada pela prefeitura. Tem entrega de brindes e troféus para os ciclistas, nas categorias: mais idoso, mais jovem, bicicleta mais enfeitada, bicicleta mais antiga e bicicleta mais original. A banda musical também realiza através da música um trabalho social com adolescentes do município, conquistando muitos prêmios em outras cidades que se apresentou.

Atividades como estas citadas reforçam as políticas públicas no município, criando responsabilidade tanto do poder público quanto da população local em criar um ambiente sustentável, equilibrando a ação humana no ambiente natural dando o direito das gerações futuras em ter um ambiente com menos impacto.

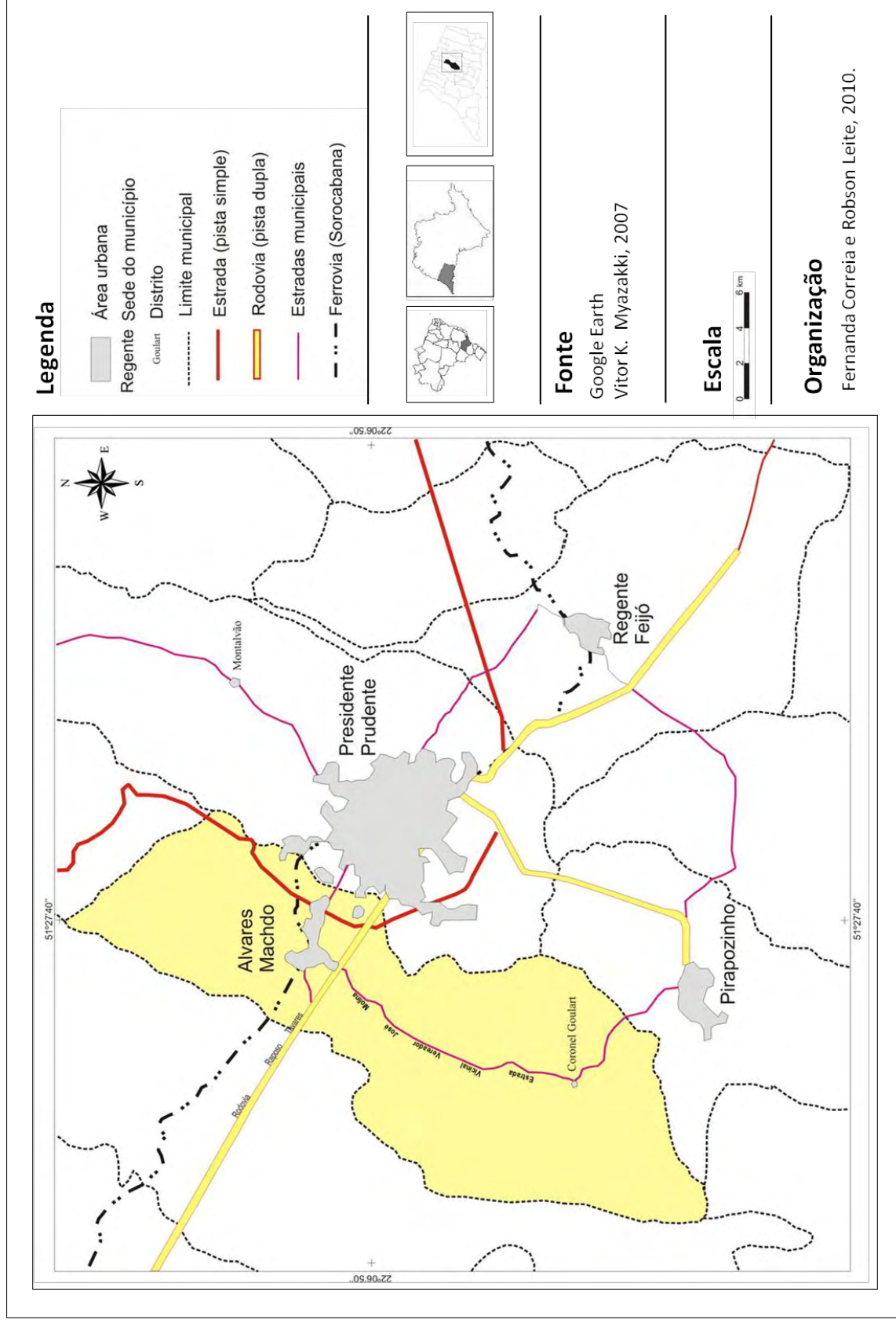
4.3 Terceira Etapa: Distrito de Coronel Goulart

Nesta última etapa se deu sem o convênio com a UNESP, porém o poder público convidou alguns integrantes que já haviam participado das duas primeiras etapas para finalizar a elaboração da etapa final. As pesquisas iniciaram em 2008 e contaram com um tempo menor visto que malha urbana do distrito de Coronel Goulart é pequena.

Este núcleo urbano foi implantado em 1932, tendo como primeiro nome Bela Vista e atraindo uma população, principalmente de imigrantes japoneses, para o plantio do algodão e da cana de açúcar. No entanto, num raio de 6 km do marco zero existe um patrimônio devoluto municipal, o que leva a gestão municipal dar prosseguimento na regularização imobiliária tendo em vista o interesse público no disciplinamento urbano conforme se exige em Lei⁴¹.

⁴¹ A extensão do raio é definida pelo Art. 60 do Decreto-Lei Complementar 9/69 (Lei Orgânica dos Municípios Paulistas) e o marco zero é definido pela Lei Municipal 2070/97.

Mapa 11: Localização do Distrito de Coronel Goulart

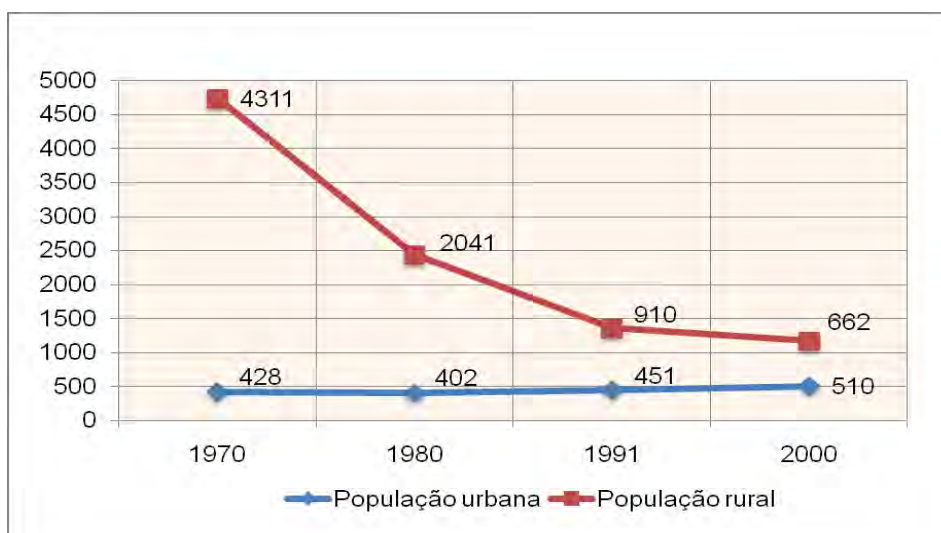


Em 1936 devido a fertilidade de suas terras, possuía inúmeros estabelecimentos comerciais e uma lavoura protegida, quando passou a se chamar Coronel Goulart. Em 1939 passa a ser distrito de Presidente Prudente⁴², no entanto em 1944 o distrito desmembra-se de Presidente Prudente⁴³, passando a pertencer ao município de Álvares Machado já emancipado.

Distante da área sede por aproximadamente 18km tem como ligação a Estrada Vicinal Vereador José Molina estando mais próxima do município de Pirapozinho com apenas 6km de distanciamento.

A população passa por diversos problemas principalmente de uma infraestrutura urbana que melhore a qualidade de vida de seus habitantes, como por exemplo. A maioria de seus moradores trabalha em roças de legumes, transportados por intermediárias e vendidos na capital. Não há saneamento básico, as ruas são de terra, a maioria das casas de madeira. Passado por um período de desenvolvimento, o distrito assim como a área sede sofreu com o declínio da produção e da perda de sua população para outras regiões. Oferecendo poucas oportunidades para seus habitantes passa por um processo de esvaziamento demográfico, sendo este o reflexo do seu baixo dinamismo econômico, o que gera a precariedade em diversos setores (Gráfico 2).

Gráfico 2: Censos demográficos do Distrito de Coronel Goulart



Fonte: IPEADData, Censos Demográficos – IBGE 1970, 1980, 1991, 2000. Org.: Fernanda Correia, 2010.

⁴² Decreto-Lei Municipal 9.775 de 30 de novembro de 1938.

⁴³ Decreto-Lei Estadual 14.334 de 30 de novembro de 1944.

Nesta etapa a política urbana e rural do Distrito teve a preocupação em criar ações para integrar o campo a cidade, proteger o meio ambiente, fomentar a agricultura, garantir a qualidade de vida, promover um desenvolvimento urbano e rural e combater a exclusão sócio-espacial.

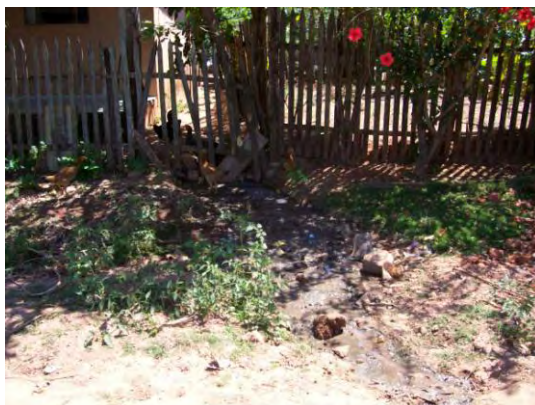
Foram definidas algumas áreas específicas para melhoria de todo o núcleo urbano. As áreas de preservação permanente e de preservação ambiental visam fazer com que o poder público crie medidas para implantar um plano de preservação e recuperação da vegetação natural. Verificamos a perda da mata ciliar nas nascentes localizadas próximas do tecido urbano.

Quanto a área de risco para ocupação, foram identificadas apenas dois locais: o cemitério e a torre de celular. Por ser um núcleo pequeno, algumas áreas serão mais fáceis de ter o controle e fiscalização, desde que a gestão municipal cumpra com o que se exige no plano diretor.

No que se refere ao saneamento básico, o tratamento de água existe desde 1979, porém temos o problema da falta de infra-estrutura para a manutenção dos serviços de coleta, afastamento, tratamento e disposição final do esgoto. De acordo com a SABESP, o mesmo está sendo providenciado até 2011.

Este pode ser um dos motivos também da saída da população da cidade, pois a garantia da saúde pública é um direito que está sendo negligenciado. A falta de esgotamento sanitário pode provocar doenças e maus odores (Foto 9). Sem o sistema de saneamento básico realizado por completo, não se pode pavimentar as vias do distrito. Muitos moradores não sabiam relacionar um problema com outro em questionário aplicado em campo. Para eles é muito mais angustiante ter uma via sem asfalto, devido aos dias de chuva e vento, do que um esgoto tratado.

Foto 9: Vista do esgoto a céu aberto em uma via do Distrito de Coronel Goulart



Fonte: Levantamento em Campo. Créditos: Fernanda Correia.

Outro problema gerado devido aos vazios urbanos encontrados na cidade é a proliferação de resíduos sólidos, além de uma frequência inapropriada, gerando a deposição destes resíduos em lugares proibidos. Para que não ocorra mais este problema foram sugeridos pontos de instalação das lixeiras levando em consideração a concentração de lotes ocupados, áreas que atualmente recebem lixo inadequadamente e o acesso da população.

Vimos a ausência de mobiliário urbano, ocasionando a falta de uma sinalização e infra-estrutura que garanta a funcionalidade e segurança de motoristas e pedestres.

Nesta parte podemos também citar a iluminação pública. Desde a década de 1950 existe luz no distrito, porém é necessário a adequação gradativa dos trechos com iluminação inexistente ou deficitária.

O sistema de telefonia tão importante para localidades distantes do núcleo urbano consolidado foi seu acesso ampliado após a instalação da torre de celular. Contudo, as cabines telefônicas no distrito são insuficientes, gerando muitas reclamações da população. Daí a necessidade do aumento conforme a demanda.

No que se refere aos equipamentos comunitários, o poder público deve assegurar o direito de toda a população no acesso à educação, saúde, esporte, cultura e lazer. A reclamação da população quanto a este tema refere-se a ausência de lazer coletivo beneficiado pelo poder público. Assim, foi proposta a implantação de uma praça pública baseando-se na estratégia de prevenção como interesse da drenagem pluvial, contemplando elementos arbóreos e localizando-se na via principal, único local de concentração arbórea no perímetro urbano (Mapa 12).

Quanto aos bens culturais do distrito, estes estão sujeitos à aplicação de políticas prioritárias para execução de projetos de revitalização e recuperação que visem à conservação e preservação patrimonial. A partir do levantamento em campo e de entrevistas realizadas junto a população, ficou estabelecido que o bem cultural a ser protegido de antemão no plano diretor é a Igreja de Santa Luzia e seu entorno, constituído de coreto e salão paroquial, num raio de 100m visando garantir sua visibilidade e proteção (Foto 10).

Soubemos da intenção do padre responsável pela paróquia em reformar a igreja retirando seu piso original, tipo hidráulico. Com a intenção de deixar o

ambiente para os fiéis mais moderno, a descaracterização da obra original provoca uma perda irreparável na história construtiva do bem cultural.

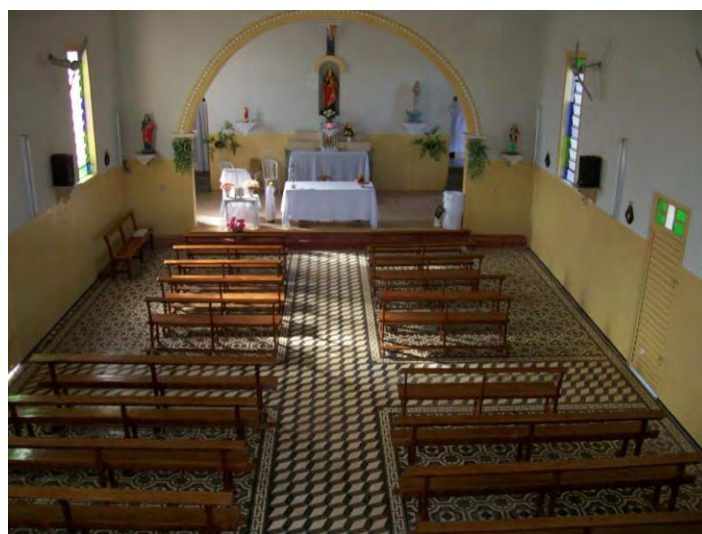
Daí a necessidade da criação de um Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, que entre suas atividades, deverá esclarecer a população dos problemas e soluções que podem ser encontradas na intenção de preservar o patrimônio cultural.

Foto 10: Vista da Igreja de Santa Luzia, coreto e salão paroquial



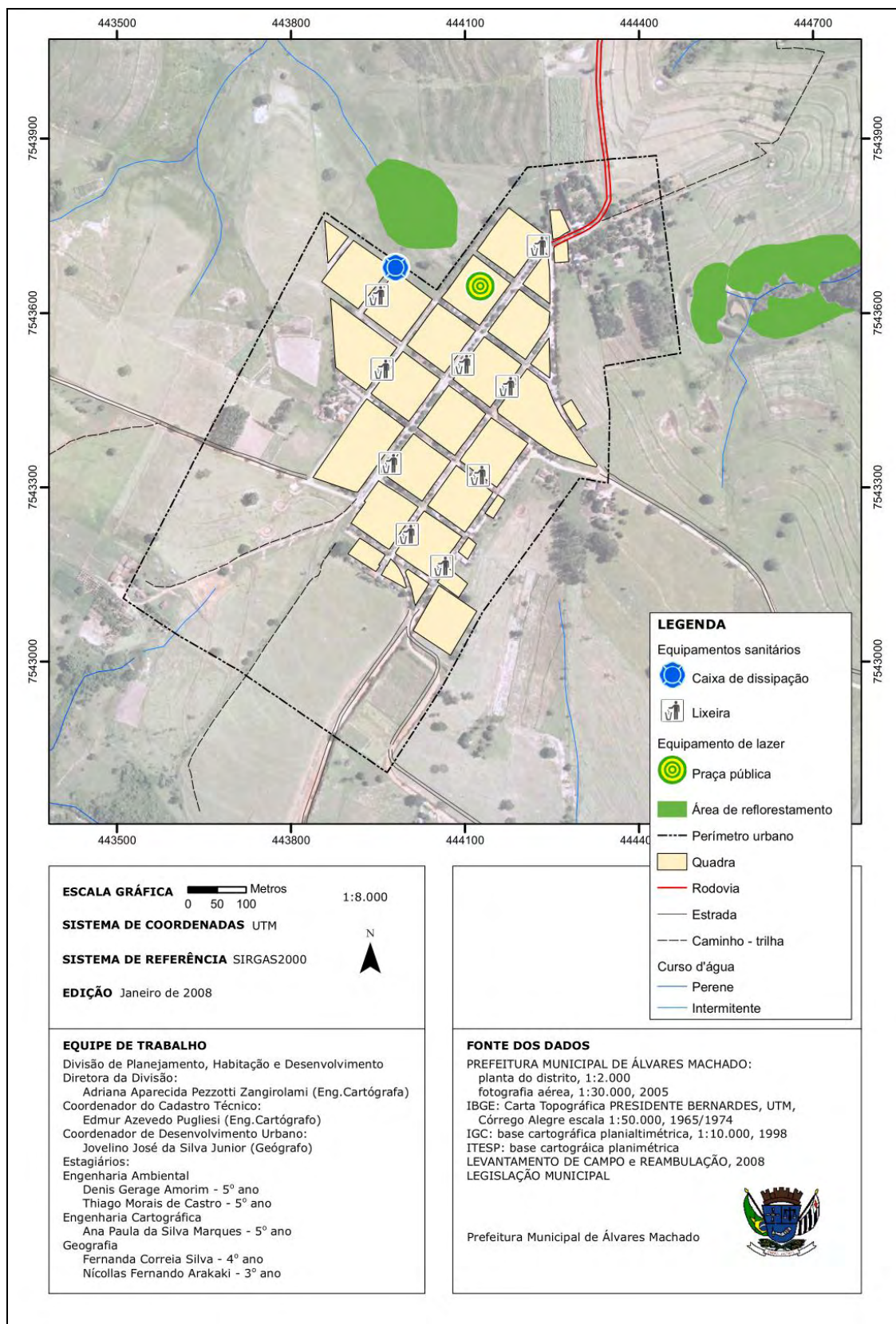
Fonte: Levantamento em Campo. Créditos: Fernanda Correia.

Foto 11: Piso Hidráulico da Igreja de Santa Luzia



Fonte: Levantamento em Campo. Créditos: Fernanda Correia.

Mapa 12: Propostas urbanísticas para o Distrito de Coronel Goulart



Fonte: Prefeitura Municipal de Álvares Machado.

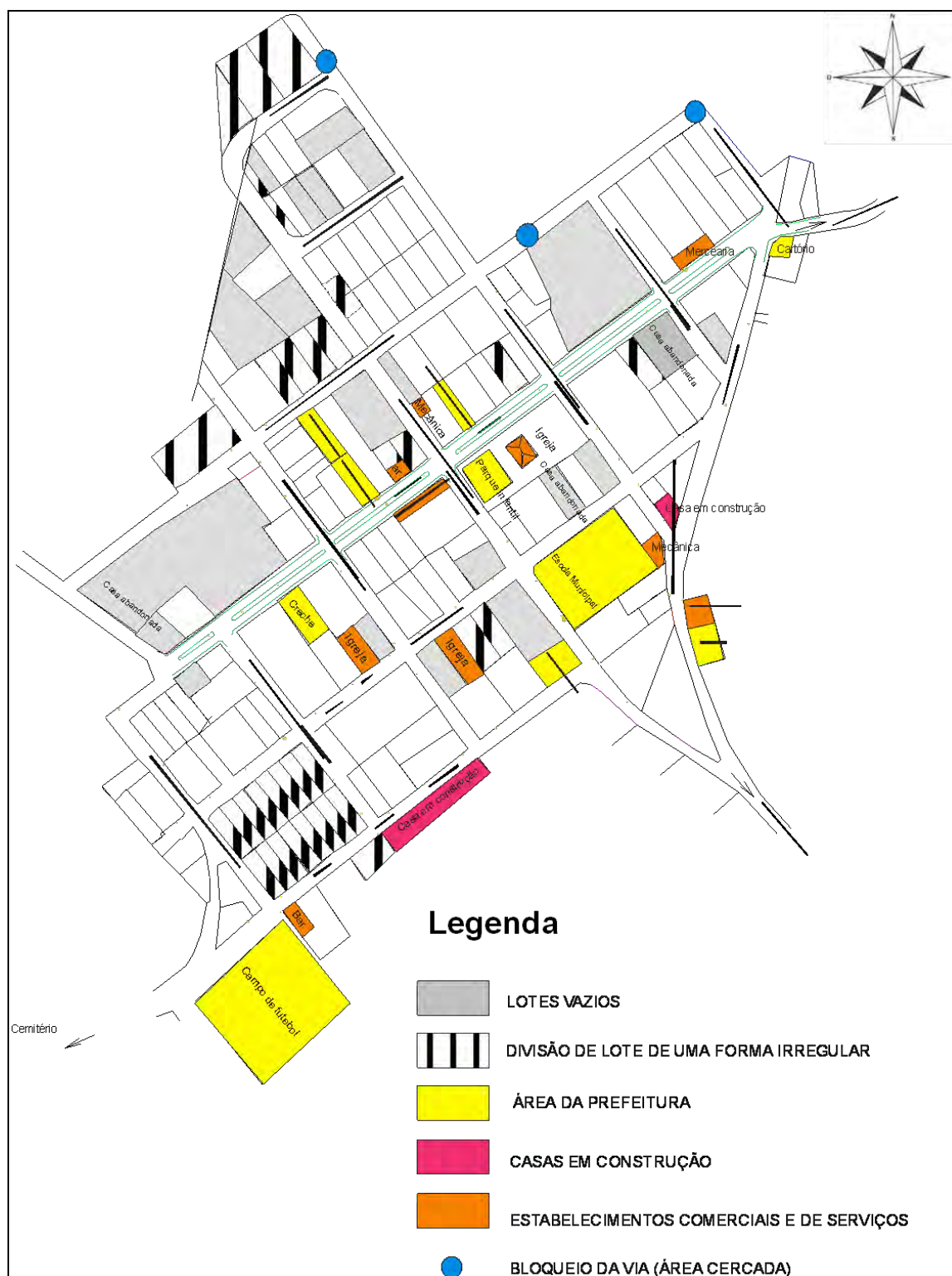
Apesar de todos os problemas observados estarem inseridos no cotidiano da população a algum tempo, o mais comentado e primordial é o acesso, através de uma maior quantidade, ao transporte coletivo que liga tanto a área sede do município (Álvares Machado), quanto às cidades mais próximas (Presidente Prudente e Pirapozinho).

No entanto, a longo prazo, identificamos que a presença de uma melhor infraestrutura faria com que os habitantes não necessitassem se deslocar para outros núcleos urbanos com tanta frequência. Esta análise foi mais fundamentada a partir do acesso aos questionários aplicados e do trabalho em campo realizado durante a formulação do plano diretor (Mapas 13 e 14).

Ainda sobre o assunto sobre a circulação, mobilidade e acessibilidade, exceto a avenida principal, todas as outras vias não estão pavimentadas, o que gera um desconforto para toda a população. Pediu-se ao poder público que o asfaltamento seja feito em piso tipo drenante, garantindo a drenagem urbana do núcleo e que em todos os equipamentos comunitários sejam inseridos rampas de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a fim de permitir sua acessibilidade aos lugares.

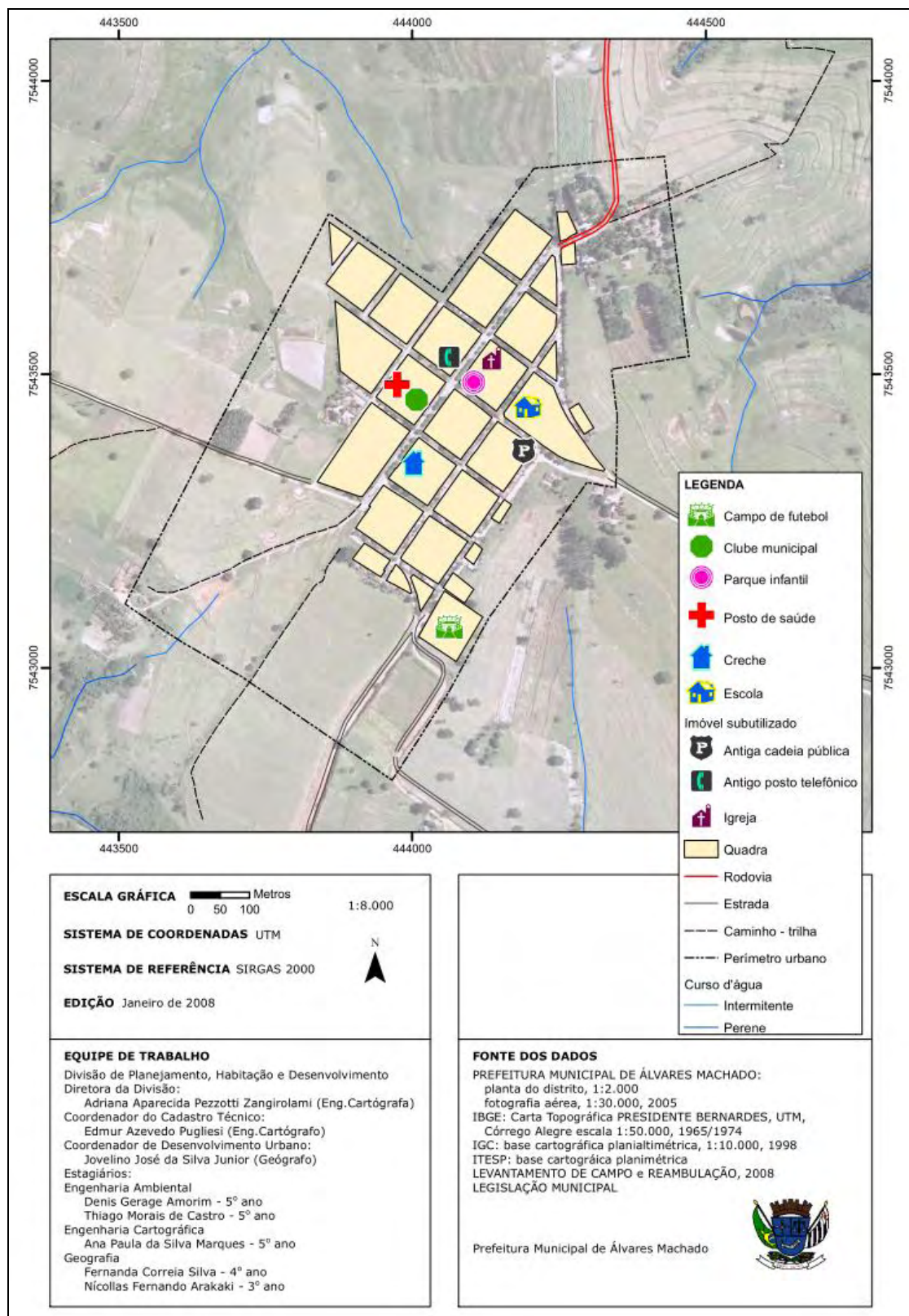
A exclusão sócio-espacial ainda é muito evidente para a população do distrito e todas as ações propostas anteriormente se tornam ainda muito lentas, mesmo depois de dois primeiros anos da aprovação do plano diretor e da exigência de se cumprir o que está na Lei.

Mapa 13: Caracterização dos lotes no Distrito de Coronel Goulart



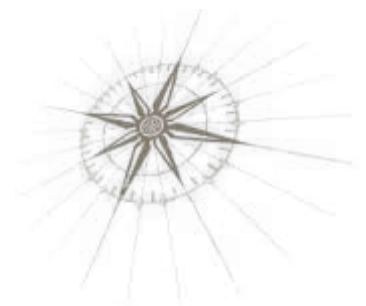
Fonte: Levantamento em Campo. Organização: Fernanda Correia, 2008.

Mapa 14: Localização dos equipamentos comunitários no Distrito de Coronel Goulart



Fonte: Prefeitura Municipal de Álvares Machado.

Considerações finais



A contribuição do profissional em Geografia

A Geografia, enquanto ciência que se comunica com diversas áreas do conhecimento, não tem tido uma atuação mais enérgica e representativa, o que nos remete a pensar sobre as mudanças necessárias no que se refere à qualificação profissional e a contribuição social do geógrafo.

Durante as últimas décadas do Século XX houve uma maior aplicação do saber geográfico e o domínio de técnicas da geografia por outras ciências, sobretudo, devido às rupturas e cisões no seu interior, que culminou na formação de dicotomias (Geografia Geral – Geografia Regional / Geografia física – Geografia Humana), o que afastou, consideravelmente, a ciência geográfica da tomada de decisões e de ações mais intervencionistas no espaço.

A crise de representatividade do profissional em Geografia, em parte, se constitui com base na análise que nos remete às transformações ocorridas na Geografia Brasileira, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, período em que o conhecimento geográfico obteve intensas discussões epistemológicas e teórico-metodológicas profícuas, deixando, de forma geral, a noção de que a Geografia serve para oferecer uma crítica radical e transformadora (por vezes revolucionária) a esse mundo.

A atual crise de representatividade e de produção de estigmas decorre, em parte, dessas transformações das últimas décadas. Esses fatos se materializam, por exemplo, quando analisamos o pequeno número de geógrafos que atuam nas áreas de Planejamento (planos diretores, ordenamento territorial, elaboração e gerenciamento de cadastros, reestruturação dos sistemas de circulação diversas etc.) e Cartografia (mapeamento básico e temático, cálculo de áreas, interpretação de fotografias aéreas, geoprocessamento e cartografia digital etc.). Isso contribuiu para a ampliação da crise de atuação e de representatividade do geógrafo frente aos outros profissionais.

No que se refere ao planejamento, que é base de nosso trabalho, o mesmo é inerente ao Geógrafo. Ao disciplinar a profissão em 1979, a Lei 6.664 deu-lhe atribuições, incluindo esta atividade em seu uso profissional. No artigo 3º, o planejamento se insere:

- a) na delimitação e caracterização de regiões e sub-regiões geográficas naturais e zonas geoeconômicas, para fins de planejamento e organização físico-espacial;
- d) no zoneamento geo-humano, com vistas aos planejamentos geral e regional;
- h) no estudo físico-cultural dos setores geoeconômicos destinados ao planejamento da produção;
- j) no estudo e planejamento das bases físicas e geoeconômicas dos núcleos urbanos e rurais;
- m) no levantamento e mapeamento destinados à solução dos problemas regionais.

Observamos a relevância que o Estado atribuiu ao geógrafo como planejador, dando-lhe a competência no exercício de atividades e funções. No artigo 4º foram especificados os espaços nos quais estas atividades poderão ser exercidas:

- I - órgãos e serviços permanentes de pesquisas e estudos, integrantes de entidades científicas, culturais, econômicas ou administrativas;*
- II - prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de interesse de instituições públicas ou particulares, inclusive perícia e arbitragens;*
- III - prestações de serviços de caráter permanente, sob a forma de consultoria ou assessoria, junto a organizações públicas ou privadas.*

Na Constituição Brasileira de 1988, notamos a independência que os Estados e Municípios receberam mediante o planejamento, tendo como competência comum o equilíbrio no desenvolvimento e bem-estar em âmbito nacional:

Art. 21. Compete à União:

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

(...)

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

(...)

Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

(...)

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º - A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Pela base legal, percebemos que a contribuição dos geógrafos na ordenação do território, através do planejamento nos Estados, Municípios assim no país como um todo, mostra a aplicação relevante para sua atividade. Paviani (1984) considera que a relação entre Geografia e Planejamento influencia não somente na atuação de profissionais em instituições, mas também no volume de reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas pela disciplina.

A existência de bases conceituais do planejamento em outras profissões mostra também que sua essência é interdisciplinar (não existe uma única solução possível para um problema). Ainda que os acontecimentos analisados por outros profissionais e o Geógrafo possam ser os mesmos, estes possuem diferentes pontos de vista. Não estamos aqui para definir e anular um a outro, mas entendemos a importância da compreensão e existência de diferentes interpretações e abordagens nos estudos existentes sobre o tema, pois o planejamento, enquanto parte da atividade humana, pode ser aplicado em distintas esferas: da empresa privada ao Estado, do âmbito estritamente pessoal ao social.

A relação entre planejamento territorial e Geografia é muito ampla, visto que em qualquer escala existirá a exigência dos conhecimentos geográficos e cartográficos para a realização de um plano, sendo primordial para sua realização e, assim, desvendando os processos subjacentes ao território estudado.

O Geógrafo enquanto profissional capaz de fazer a análise espacial utiliza-a como instrumento de transformação da realidade, indispensável para o planejamento territorial. No uso de diretrizes para a organização do espaço (que é fragmentado, dividido e desigual), o mesmo deve intervir na realidade social, possibilitando um desenvolvimento mais harmonioso e racional, buscando estabelecer ao máximo a justiça social.

Apesar da boa intenção de diversos profissionais e estudiosos do assunto, nem sempre o planejamento é usado de maneira adequada. Sendo parte de uma estrutura política (um conjunto de normas e atos do poder público), carregada de conteúdo ideológico, muitas vezes seu uso torna-se um instrumento em benefício de determinado grupo. Todavia, o planejamento nunca será neutro, pois existirão sempre determinados critérios na tomada de decisões.

Mesmo assim, destinada a organizar o espaço em função de determinados objetivos, a necessidade de utilizá-la para a gestão do território é evidente, amparada também na boa conduta política e num modelo mais transparente da ação pública.

A sociedade deve estar atenta, no pleno de seus direitos, exigindo (e usando!) todos os mecanismos possíveis para conquistar condições mais justas de se viver, no intuito de superar desigualdades seja no meio urbano ou no rural.

Em Álvares Machado houve uma série de problemas físico-territoriais presentes no espaço urbano do município, que através da aplicação do Estatuto da Cidade e da elaboração do Plano Diretor podem ser sanadas. Porém, isso só será realidade se o poder público e a sociedade civil trabalharem juntas superando todas as desigualdades. Certamente convergirão opiniões conflitantes, pois o processo de elaboração (ou de revisão, para os muitos casos em que a lei já existe) do plano diretor deverá, em primeiro lugar, respeitar as peculiaridades locais.

Caberá, assim, uma análise crítica das diversas abordagens possíveis e valer-se daquelas que melhor servirem às suas realidades específicas. Se os representantes de um determinado bairro, por exemplo, tiverem contato com as demandas de outros, prevalecerá uma percepção coletiva sobre a visão fragmentada da cidade, obtendo uma maior legitimidade. Nas palavras de Rolnik (2003):

A lei aparentemente funciona como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável. (...) ela determina apenas a menor parte do espaço construído, (...) porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. (ROLNIK, 2003, p. 13)

Quanto à questão cultural da cidade de Álvares Machado, podemos compreender que assim como tantas outras cidades, independente de seu porte físico a concepção de cultura continuará a mesma. Como o conjunto de sentidos e valores, cujo seus significados são produzidos e reproduzidos pela sociedade em seu cotidiano, engloba aspectos materiais e imateriais que podem se modificar. Esses sentidos e valores são incipientes a vida social, estando presente nos mais simples hábitos de vida do homem atingindo todos os segmentos sociais.

A sociedade formula e cria diversas formas de conceitos culturais de acordo com seus hábitos e formas de vida, muitas vezes desqualificando ou até mesmo perdendo outras formas culturais, deste modo a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade.

Assim, a cultura pode ser entendida a partir de aspectos materiais e imateriais. Ela é material quando se é possível de analisá-la empiricamente, como no caso das obras de arte. Ela é imaterial quando é formada por aspectos de se referem às idéias, aos valores que são dados a determinadas relações. Portanto, a

cultura, antes que um refinamento ou sofisticação é uma condição de produção e reprodução da sociedade.

A cultura é consequência das opções dos cidadãos, ela não é algo natural e sim uma realização das seleções e opções feitas na ação social. Portanto, deve-se levar em conta o caráter político do universo cultural. Pois nem sempre essa seleção de valores e sentidos reflete a totalidade dos cidadãos de uma sociedade e sim apenas de uma classe, no caso, aquela que tem o poder de influenciar as demais. Assim sendo, o conflito é fator proeminente para compreensão do que é a cultura. Isso porque para que seja adquirido determinado tipo de cultura outro deve ser deixado de lado. Por isso a necessidade neste trabalho de relacionar a cultura, com política pública e com a formação do geógrafo.

Para enfrentar os desafios do século XXI, a formação do geógrafo se tornou aquém do necessário, sendo urgente realizar uma reavaliação das atuais formas de atuação profissional do Bacharel em Geografia e, sobretudo, enfatizar a necessidade de direcionar sua formação através da fusão entre teoria e prática.

Na lógica atual predomina o interesse por especialistas, em favor da produtividade e da competitividade, refletindo, sobremaneira, na perda de espaços para atuação do geógrafo, cuja formação, abrangente, envolve a relação sociedade-natureza, com um objeto de estudo pouco definido.

Contudo, essa é uma nova realidade colocada: o geógrafo deve cada vez mais se integrar às equipes de profissionais de diversas áreas do conhecimento para elaborar uma análise integrada da realidade.

Referências



Artigos de Jornais

CARDOSO, Z. Museu de Machado inicia as atividades nesta semana. *O Imparcial*, São Paulo, 07 out. 2008. Caderno 2, p.1.

COISSI, J. Cemitério japonês no interior é o único da América Latina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 mai. 2008. Cotidiano, p. 12.

Dissertações, Teses e Trabalhos Acadêmicos

AMORIM, D. G. et al. *Plano de Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do Alto Limoeiro*. 2008. 64p. Trabalho para a Disciplina Gerenciamento de Recursos Hídricos (Engenharia Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BOMTEMPO, D. C. *Os Sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado – SP*. 2003. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA JUNIOR, J. J da. *A lógica contraditória da expansão territorial urbana em Álvares Machado – SP: uma faceta da urbanização desigual*. 2007. 104f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MIYAZAKI, V. K. *Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, E. S. *Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana*. 1983. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TAKENAKA, E. M. M. *Raízes de um povo: a colônia de Álvares Machado – SP*. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Livros

ABREU, D. S. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ANDRADE, M. C. de. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 246p.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 10. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. 484 p.

CARDOSO, L. A. *A cidade e seu Estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da Cidade*. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO; Adauto Lucio Cardoso (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. 27-51p. 192 p.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4. ed. Tradução: Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 590 p.

CASTILHO, J. R. F. Algumas Observações sobre o Estatuto da Cidade. In: *Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania*. BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo (org.). Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000. 114 p.

_____. *Temas de planejamento territorial: apostila destinada aos alunos dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e Geografia*. Presidente Prudente: UNESP, 2005. 138 p.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 148 p.

_____. *Convite a filosofia*. São Paulo: Ática, 2003, 424p.

COVRE, M; de L. M. *O que é cidadania*. 1. ed. 8. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção primeiros passos, v.250)

GRAZIA, de G. Reforma urbana e estatuto da cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, CARDOSO; Adauto Lucio Cardoso (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. 53-70p. 192 p.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. Prefácio e tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510 p. (Coleção a)

LANDIM, P. da C. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: UNESP, 2004. 132 p.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 3. ed. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

LE MOS, C. A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115 p.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p. (Coleção a)

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 204 p.

MEIRELES, H.L. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

MORAES, A. R. de (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990. 199p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v.59)

MORAIS, F. *Corações sujos: a história da Shindo Renmei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 349p.

PAVIANI, A. (Org.); BICCA, P. [et al]. 1. ed. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 258 p.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Temas: Geografia e política, v.29)

REISEWITZ, L. *Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

RODRIGUES, M. *Imagens do passado: a instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. 182 p.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003. 272 p. (Coleção cidade aberta)

_____. *O que é cidade*. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos, v.203)

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p. (Coleção Milton Santos, v.6)

_____. *O retorno do território*. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. de,

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 236 p. (Coleção Milton Santos, v.2)

SANTOS, V. *Álvares Machado: história de sua fundação*. Presidente Prudente, 2001. 122 p.

_____. *Pioneiros da imigração japonesa na Alta Sorocabana*. Presidente Prudente, s.d. 215p.

SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: 1994. 331 p.

SIMÃO, M. C. da R. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 125 p.

SOUZA, M. A. de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: CSABA, D; SCHIFFER, S. R. *O processo de urbanização do Brasil*. (org.) 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 560p.

_____; RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo)

SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFGA; Observatório Comova, 2009. 57 p.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

VASCONCELLOS, E. A. *Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2001. 218p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: In: CSABA, D; SCHIFFER, S. R. *O processo de urbanização do Brasil*. (org.) 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Artigo de Periódicos

NASCIMENTO, R. M. Relações entre o patrimônio material e imaterial: o caso do cemitério japonês. *Rev. de História e Estudos Sociais*, Uberlândia, n. 2, p. 1-12, jun. 2009.

PAVIANI, A. Geógrafo em atividade de planejamento urbano: projeto Águas Claras, Distrito Federal. *Rev. Geografia*, Rio Claro, v. 9, n. 17-18, p. 81-100, out. 1984.

Eventos

II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. 1971, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: IPHAN, 1971.

Fascículos ou Números especiais ou Suplementos

CEMESPP. *Circuitos da exclusão social e da pobreza urbana em Álvares Machado e Rancharia*. (relatório final de projeto de pesquisa políticas públicas aprovado pela FAPESP) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SABESP. *Relatório de Sustentabilidade 2009*. São Paulo, 2009.

Legislações (constituição, leis e decretos, resoluções, emendas etc)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050:2004)*. 2. ed. 2004. 97p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO CONDEPHAAT. *Processo n. 21.029/79*

SÃO PAULO. Constituição (1989). *Constituição do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. 179p.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2006.

Homepage

Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em:
<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2010.

Estatísticas do Memorial do Imigrante. Disponível em:<<http://www.memorialdoimigrante.org.br/portalmi/>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

Tombamento do Cemitério da Colônia Japonesa. Disponível em:
<<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2008.

BARBOSA, T. A influência da geografia teórica-quantitativa na transformação teórica do conceito de natureza em recursos naturais nos livros didáticos de geografia do ensino fundamental. Presidente Prudente: Geografia em Atos, n.6, v.1, p.78, dez.2006. Disponível em:
<<http://www4.fct.UNESP.br/revistas/geografiaematos/artigos/tulio.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

SOUZA, A. A. de. A territorialização dos imigrantes japoneses na Alta Sorocabana. Presidente Prudente: Formação, n.14, v.2, p.119-129, 2007. Disponível em:
<http://www4.fct.UNESP.br/pos/geo/revista/artigos/11_amaro.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2010.

Bibliografia



Artigos de Jornais

MODERNELL, R.; SANCHES, V.; OYAMA, M.; GALLO, R. *Imigração Japonesa, rumo aos 100 anos: a saga de um povo. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2005. H Especial, p.1-10.

Dissertações, Teses e Trabalhos Acadêmicos

BUTUSGAM, S. *Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade brasileira: um grupo referencial – Centro Cívico Nissei de Presidente Prudente*. 1973. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Presidente Prudente.

FERREIRA, I. S. *A tutela penal do Patrimônio Cultural*. 1993. Tese (Doutoramento em Direito) – Faculdade de Direito, USP, São Paulo.

MEDEIROS, W. *Patrimônio, memória e gestão: uma nova imagem de Goiânia*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiânia, Goiânia.

SILVA, V. C. P. da. *Ícones de uma cidade em expansão: imaginário e memória*. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Livros

ALBANO, C. e MARIS, S. *Interpretar o patrimônio um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Território Brasília/Ed. UFMG, 2002

ANDRADE, R. M. F. de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

ARANTES, O. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 2000.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: _____; VAIVER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74. 192 p.

BARRETTO, M. *Turismo e legado cultural*. 3 ed. Campinas: Ed. Papirus, 2002.

BENEVOLO, L. *História da cidade*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 727 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo*. Brasília: Florianópolis: Sead/UFSC, 2008. v.1-v.5.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ed. Atelier, 2003.

CAMARGO, H. L. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.

CHAUÍ, M. et al. *Política Cultural*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 80 p.

CHOAY, F. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Edições 70, 2001. Tradução: Luciano Vieira Machado. 304 p.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

CORREA, R. L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. 94 p.
Cronologia da Imigração Japonesa no Brasil. Centro de Estudo Nipo-Brasileiros. (feita pelo próprio núcleo).

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-Iphan, 2005. 296 p.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (org.) *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001. 103 p.

GONÇALVES, C. S. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume, 2007. 213 p.

HANDA, T. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. 278 p.

LEITE, J. F. *A Ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MEDEIROS, E.B. *O lazer no planejamento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975. 253 p.

ROSSI, A. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

SAITO, H. (org.) *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 243p.

SALGADO, F. C. F. *As colônias Bastos e Pedrinhas: estudo comparativo de Geografia Agrária*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1971. 236 p.

SHINDO, T. *Brasil Japão: os 100 anos de Tratado de Amizade*. São Paulo: Geográfica, 1999.

THE JAPANESE IMMIGRANT IN BRAZIL. Japan, 1964.

YÁZIGI, E; LEMOS, A. F. e CRUZ, R. de C. A. (org.) *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

Artigo de Periódicos

BOSI, E. A pesquisa em memória social. *Rev. Psicologia USP*; São Paulo, n.4, p.277-284, jan/dez 1993.

FOER, J. Mistérios da memória. *Rev. National Geographic*, São Paulo, n. 92, p. 36-61, nov. 2007.

HENRIQUE FILHO, T. H. P. A cultura como elemento de implementação dos direitos humanos: uma tentativa de definição dos conceitos envolvidos. *Caderno do Departamento de Planejamento*, Presidente Prudente, v. 1, n. 3, p. 39-51, 2001.

MIRANDA, M. P de Souza; NOVAIS, A. L. M. Direito de acessibilidade aos bens culturais. *Minha Cidade*, São Paulo, v.11, p. 259, jun. 2009.

ROLNIK, R.; BALBIM, R. N. (Coord.) Reabilitação associada ao patrimônio histórico. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília, v. 3, p. 51-61, dez. 2005.

SCHADEN, E. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. *Rev. de Antropologia*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 41-46, jun. 1956.

SPOSITO, M. E. B.; MELAZZO, E.S. População no Oeste Paulista: dados censitários e análise preliminar. *Rev. Recortes*. Presidente Prudente, v.4, p. 1-21, 1994.

Eventos

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, 3., 2008, Brasília. *Relatório Final...* Brasília: Ministério das Cidades, 2008. 75 p.

ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 15., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

FORUM LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL; SEMINARIO INTERNACIONAL DE TURISMO E ARQUEOLOGIA; ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO E PATRIMONIO CULTURAL, 1.; 2.; 1., 2008, Pelotas. *Caderno de resumos...* Pelotas: UFPEL, 2008.

Fascículos ou Números especiais ou Suplementos

CBH-PP: 10 anos de implantação. *Publicação comemorativa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente: Secretaria Executiva do CBH-PP, 2006. 50 p.

DAEE. *Atendimento integrado aos municípios*. São Paulo: Assessoria de comunicação, mar. 2008.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: caso de vida ou morte. Caxias do Sul: s/e, [1980].

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à memória*. São Paulo, 1992.

Trabalhos completos apresentados em eventos

ENDLICH, A. M. *Rede urbana, urbanidade e as pequenas cidades: ensaiando a discussão*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13. João Pessoa, 2002.

GOMES, M. T. S. *A geografia e a cultura popular*. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 2., Presidente Prudente, 2000.

MELAZZO, E. S.; MARTIN, E. S.; BUCCI, E. *Planejamento municipal: uma experiência interdisciplinar. A elaboração de planos diretores em municípios do oeste paulista*. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 3., Toluca, 1991.

MELO, J. G. de. *História e Geografia: reciprocidade*. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 1., Presidente Prudente, 1999.

SPOSITO, M. E. B. *Alguns caminhos para se pensar o papel do geógrafo no século XXI*. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 8., Maringá, 1998.

WHITACKER, A. M.; SOUZA, J. G. *Os Kaingang no Estado de São Paulo: a busca de identidade como princípio de resistência*. In: CONGRESSO DE BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DA UNESP, 2., Botucatu, 1990.

Homepage

MEDEIROS, W. *Novo patrimônio: decifração da cidade e iniciação urbana*. São Paulo: Arquitextos, 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/ar000/esp321.asp>>. Acesso em: 17 ago. 2005.